

WALDIR GARCIA

À sombra dos igapós



Edições Governo do Amazonas

À sombra dos igapós

CRÔNICAS

2.^a edição

O SEBÃO DE MANAUS
45494

Livros raros e esgotados
Compra e Venda

Rua Joaquim Sarmiento, 201 - Centro
Fone: (92) 3082-7262 / 9621-9357

WALDIR GARCIA

À sombra dos igapós

CRÔNICAS

2.^a edição

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA MANIA DE LER**

Edições
Governodo Estado
do Amazonas



Manaus - 2000

Copyright © 2000 Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

Editoração Eletrônica

Agência XXI

Rua Ramos Ferreira, 628 – Centro – Manaus – AM - Fone: (092) 232-8655

Diagramação e Capa

Nádia Saraiva

Foto da Capa

Alberto César Araújo

(Tela de Sebastião Cândido)

Ilustrações

Edemberg Jr.

Edição de Texto e Revisão

Rosângela Alanís

Colaboração Especial

Norberto Silveira

Tenório Telles

Ficha Catalográfica

Elaborada pela Coordenação de Editoração da UA

Garcia, Waldir

À sombra dos igapós / Waldir Garcia. 2. Ed. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2000.

240 p. II.

I. Literatura brasileira - Amazonas - Crônicas. 2. Literatura brasileira - Roraima. I. Título.

CDD 869.3B

CDU 82-31
869.0(81)

Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Av. Sete de Setembro, 1546 - Vila Ninita

Anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro

Tel.: (0xx92) 633-2850 / 3041 / 1357

Fax: (0xx92) 233-9973 - E-mail: sec@argo.com.br

CEP 69005-141 - Manaus - Amazonas - Brasil

**NOSSO
AMAZONAS**

NOVO CAMINHO PARA O BRASIL

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Amazonino Armando Mendes

Governador do Amazonas

Samuel Assayag Hanan

Vice-Governador do Amazonas

Robério dos Santos Pereira Braga

Secretário de Estado Coordenador da Cultura, Turismo e Desporto

Vânia Maria Cyrino Barbosa

Secretária Executiva de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Inês Lima Daou

Secretária Adjunta

Antônio Auzier Ramos

Assessor das Edições

Saul Benchimol

Presidente da Associação de Amigos da Cultura

Max Carpentier

Diretor Executivo

A razão desta segunda edição de *A Sombra dos Içapós* é pura e simplesmente para que tua lembrança continue eternamente viva em nossos corações e nos corações daqueles que, como nós, sempre te amaram, respeitaram e admiraram.

Enfim, pela pessoa sublime, caboclo guerreiro que, com o próprio esforço e luta, conseguiu galgar as mais respeitadas posições de destaque neste Estado.

*Teus filhos: Celso Castelo Branco Garcia
Sandra Lúcia Teixeira Garcia*

Manaus, julho de 1998.


*Homenagem postuma ao nosso saudoso irmão
Waldir Garcia Filho*



AGRADECIMENTOS

*Ao Exmo. Governador do Estado do Amazonas
Dr. Amazonino Armando Mendes.*

*À Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto,
na pessoa do Ilmo. Secretário Dr. Roberio dos Santos Pereira Braga.*



*Aos meus queridos pais, professores
João Pedro Garcia e Senborinha Grana
Garcia, exemplos de sacrifício e devoção,
esta saudosa homenagem.*

*A Zilma, minha inesquecível esposa,
companheira de lutas e de ideais, minha
perene saudade.*

*A Sandra Lúcia e Waldir Filho,
entes queridos e amigos de todas as horas,
razão maior de meu viver.*

Homenagem Especial

*A Petronio Pinheiro e sua esposa Iclê Baraúna Pinheiro, a
gradidão do autor pela prestimosa colaboração dada à edição desta
obra.*

Dados Biográficos do Autor



Waldir Garcia nasceu na cidade de Silves, Estado do Amazonas. Aos 10 anos de idade mudou-se para Manaus, onde concluiu os cursos primário, ginásial e Pré-Jurídico, bacharelando-se em Direito pela vetusta Faculdade de Direito, em 1946. Licenciou-se em Pedagogia pela Universidade do Amazonas, em 1968. Professor Titular da Escola Técnica Federal do Amazonas.

Exerceu os cargos de Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas; de Juiz Substituto da Comarca de Manaus – Varas Cíveis e Criminais; Juiz Auditor Militar do Estado do Amazonas; Secretário de Educação e Cultura do Estado do Amazonas; Secretário de Segurança Pública e Governador, em exercício, do Território Federal de Roraima. Foi também um advogado militante, Conselheiro da OAB/AM e membro do Conselho Estadual de Educação.

SUMÁRIO

Apresentação	xiii
Razões deste livro	xv
Guily	1
A primeira bola de couro	5
Zé Taquari, o marupiara	7
O aningal do Jauri, sua vida e sua morte	11
A direita-volver do Mendoncinha	15
As lontras	19
Velho relógio	23
A marca do carapanã	25
Português de óculos, cadeia nele	29
Nacionalismo à moda saracaense	33
Os temores de “Mucuim”	37
Os gaiolas	41
A miraanga da ponte	45
A festa do Divino	49
O fracasso de um aprendiz de pajé	53
Buá – o tirador de ovos	57
Chico Padre	61
As estúrdias do Gaivota	65
O macacão da intendência e outras visagens	69
Em defesa de um topônimo urbano	73
Sapotizeiro mutilado	77
O nosso velho Gymnasio	81
A setuagenária Escola Técnica Federal do Amazonas	85
O silvo formidando da cobra-grande	89
Contribuição de Silves para os eventos históricos pátrios	91

O guardião da coroa do Divino	95
Pomerânia – balneário pioneiro	99
A visita do Tenente Jesus à sua terra	103
A função expressional da palavra <i>JÁ</i>	109
Nosso tempo de estudante	113
Três estórias do medroso Elias	117
Tuxauas-açus e tuxauas-mirins	121
As pegadas do tracajá	125
Morto em holocausto ao progresso	129
O lago do Canaçari – seus encantos e encantamentos	131
Grêmio Guanabara – sua gênese, seu viver	135
Treze lustros do esporte	139
O nascer de uma clínica de olhos	143
Evocação telúrica	147
Buriti – árvore símbolo	149
A frustração no primeiro gole	153
O poder mágico do olho-de-boto do Raimundo Nhamundá	157
Caracaranã	161
Os “oriundi”	163
Álvaro Botelho Maia – político ético exemplar	167
Barnabé Gomes – um pioneiro da integração	171
Recordando tio Eduardo	175
Perseverando e perseverante	179
Homenagem a um pai exemplar	183
Anthenor Thiago de Melo – pioneiro do regatão a motor no baixo Amazonas	187
Mosaico esquecido	191
O pedagogo Paulo Sarmiento	195
Recordando o “Rei do Solovox”	199
Primeiro Natal sem ti	203
Lamentável omissão	207
Quarenta anos depois	213
Lirão	217

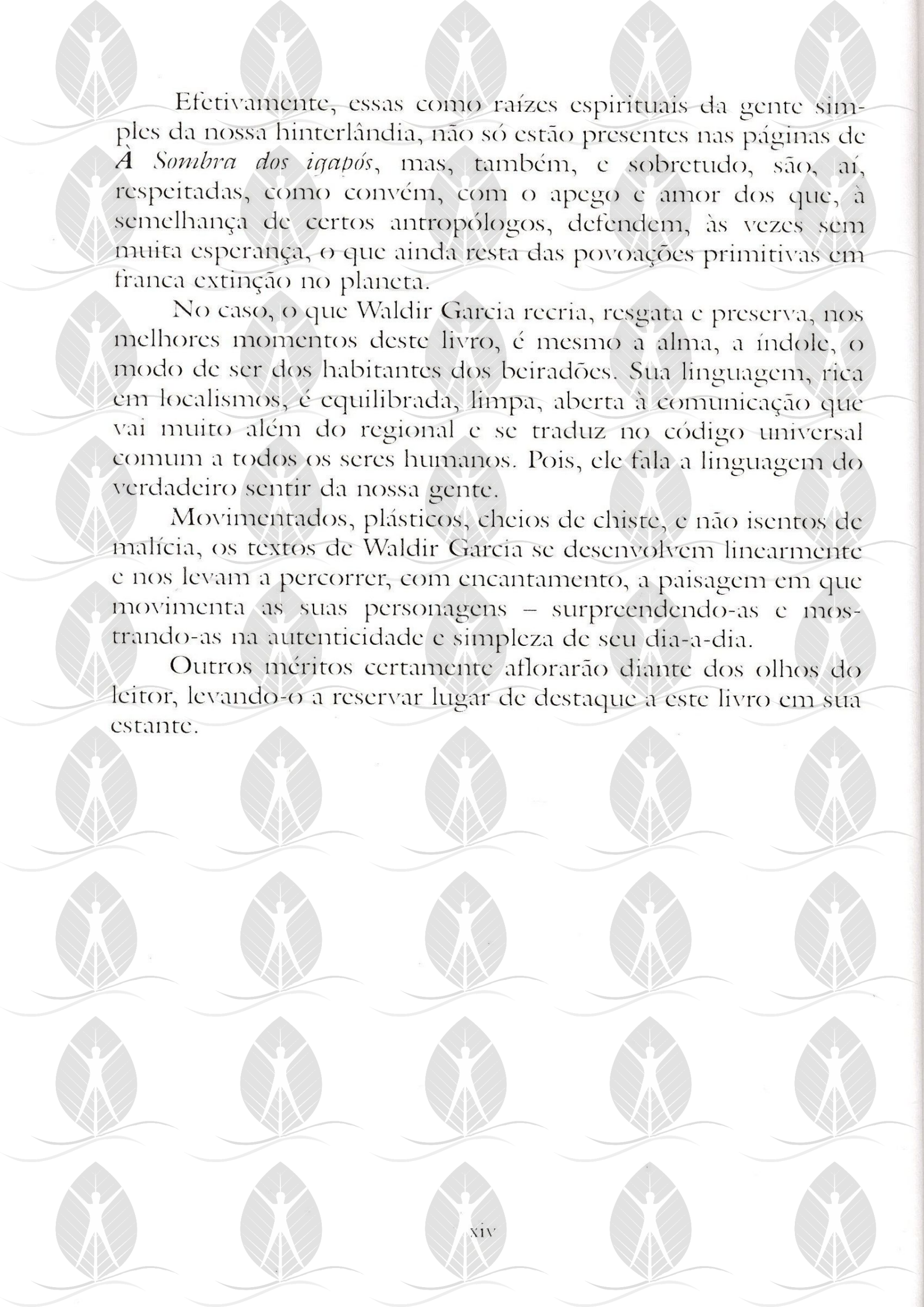
APRESENTAÇÃO

Alencar e Silva

eminiscências, pequenas histórias, flagrantes do dia-a-dia em Silves – vilarejo aqui recriado com a mais persuasiva forma de magia verbal –, compõem este volume o que se convencionou denominar de crônicas. Trata-se, com efeito, de gênero que, pela sua abrangência, e variedade de espécies, inclui mesmo a presença de elementos ficcionais, como ocorre em várias das peças deste livro, destacando-as e emprestando-lhes especial sabor.

Como quer que seja, é gênero em que Waldir Garcia se movimenta com naturalidade e talento, dominando-o perfeitamente, razão pela qual o interesse do leitor se sente imediatamente convocado e envolvido pela atmosfera telúrica em que se movem e vivem os protagonistas de suas narrativas. E passa a acompanhá-los, ao longo de todo o volume, em suas alegrias ou vicissitudes, graças, precisamente, à harmonia do estilo, à sutileza e inteligência do relato, à verossimilhança dos caracteres e, enfim, a impressividade da cor local.

Em verdade, a temática regional, de há muito, necessitava de um cronista com as características e a autenticidade que surpreendemos em Waldir Garcia, ou seja, um cronista comprometido em resgatar, em sua pureza original, o cotidiano dos nossos interioranos, com as peculiaridades de seus usos e costumes, e, também, com o ludismo de suas crenças, seus temores, sua rica mitologia.



Efetivamente, essas como raízes espirituais da gente simples da nossa hinterlândia, não só estão presentes nas páginas de *A Sombra dos igapós*, mas, também, e sobretudo, são, aí, respeitadas, como convém, com o apego e amor dos que, à semelhança de certos antropólogos, defendem, às vezes sem muita esperança, o que ainda resta das povoações primitivas em franca extinção no planeta.


No caso, o que Waldir Garcia recria, resgata e preserva, nos melhores momentos deste livro, é mesmo a alma, a índole, o modo de ser dos habitantes dos beiradões. Sua linguagem, rica em localismos, é equilibrada, limpa, aberta à comunicação que vai muito além do regional e se traduz no código universal comum a todos os seres humanos. Pois, ele fala a linguagem do verdadeiro sentir da nossa gente.

Movimentados, plásticos, cheios de chiste, e não isentos de malícia, os textos de Waldir Garcia se desenvolvem linearmente e nos levam a percorrer, com encantamento, a paisagem em que movimenta as suas personagens – surpreendendo-as e mostrando-as na autenticidade e simpleza de seu dia-a-dia.

Outros méritos certamente aflorarão diante dos olhos do leitor, levando-o a reservar lugar de destaque a este livro em sua estante.

RAZÕES DESTE LIVRO

Nascido no interior do Estado do Amazonas, em minha sempre querida Silves, senti n'alma desde os primeiros momentos a ação forte do determinismo mesológico a comandar-me os sentimentos. A força telúrica sempre agiu sobre mim de forma inusitada. A mataria agreste, as enchentes e vazantes dos rios, o calor escaldante do verão e as chuvas torrenciais na época invernososa, nossos peixes, nossos pássaros, nossos animais silvestres, as lagoas piscosas e seus capinzais verdes circunjacentes, o amanhecer e o entardecer com o céu multicolorido de imagens bizarras, o cantar lúgubre do urutai na calma das noites enluaradas, o canto nostálgico do carão anunciando o verão ou o cantarolar das saracuras ao amanhecer, são tonalidades sentimentais que sempre comandaram minha alma. A figura do caboclo amazonense na sua mansidão e tranquilidade, em seu tapiri característico nos beiradões; a pesca do pirarucu, do tucunaré, do peixe-boi, ou a tiragem de Ovos de quelônios nas praias alvas, nos barrancos, nos igapós e nas queimadas, tudo isso está presente em minha mente, sempre que tenho de escrever algo. Mas, sobretudo, os costumes, as tradições, as aventuras do homem amazônico, a perspicácia do nosso caboclo, são temas que me inspiraram a escrever estas crônicas, os contos sedimentados em fatos reais ou a evocação de pessoas amigas, que deixaram em meu coração o sentimento de gratidão, de admiração ou de saudades. Os leitores deste livro



encontrarão crônicas que envolvem pessoas vivas ou mortas; fatos da vida real; evocações de ambientes, enaltecimento de pessoas, que legaram exemplos inconfundíveis à posteridade, como Alvaro Botelho Maia, Zozimo Severino de Leiros, Francisco Barnabé Gomes, Hamilton Mourão, Luiz Paulo Sarmiento, Eduardo Garcia de Vasconcelos, Perseverando da Trindade Garcia, e tantos outros. Enfim, meus escritos sempre tiveram inspiração em fatos acontecidos no Amazonas. Daí o título do livro: *A Sombra dos igapós*, para caracterizar de modo inconfundível a tipicidade amazônica, que me inspirou a escrevê-lo.

Guily

O bairro de Mucajatuba sempre foi morada predileta de agricultores e pescadores. Ali residiam pescadores marupiaras como Canuto Neves, José Daniel, Antonio, Luiz, Lúcio, Estevão e Angélico Neves, o famoso Poronga, Estefânio e agricultores como Zótico Batista, Raimunda e Antonia Teixeira, Dalila, Carmem e Elísio, e tantos outros. Acontece que o mais destacado morador do bairro era o comerciante Raimundo Neves, possivelmente parente do Neves Barriga, de que nos fala Inglês de Souza em seu famoso romance *O Missionário*.

A casa comercial de Raimundo Neves era tipo palafita: casa grande, toda de tábuas e esteios de itaúba, coberta de telhas tipo “Marselha”, construída a uma altura de dois metros do solo, para evitar alagação nas grandes enchentes. Havia um salão onde se acomodavam as prateleiras com mercadorias diversas: secos e molhados. Era um importante empório comercial. Acontece que por medida de economia, as tábuas que compunham o soalho da casa tinham um afastamento de cerca de cinco centímetros de uma para outra. Raimundo Neves plantara ao fundo de sua casa um belíssimo pomar, composto de fruteiras diversas como laranjeiras, pupunheiras, mangueiras, saptilheiras, jenipapeiros, cupuaçuzeiros, cuieiras. Criava porcos, galinhas, patos, marrecas, picotas e perus, que se aninhavam debaixo do soalho, sob os cuidados de sua mulher, dona Ana Procópio, dama severa e cuidadora. Criava um jovem de nome Raimundo, chamado na



intimidade de Raimundinho. Tinha já seus quinze anos. Com afeição e especial carinho, criava também uma moça bonita, de seus dezessete anos: a Grimaldina, que na intimidade recebia o carinhoso epíteto de Guily: branca, cabelos castanhos claros, olhos castanhos, sobrancelhas fartas e cílios longos, longilínea, curvelínea, lábios carnosos, sedutores, pernas torneadas e proporcionais, mas, sobretudo, era a ninfeta mais cobiçada da rapaziada silvense, uma espécie de Luiza Brunet local.

Raimundo Neves possuía uma belíssima igarité, de dois tol-dos, na qual, aos sábados costumava ir fazer cobrança da dívida de seus fregueses residentes no Canaçari ou Anibá. Guily ficava tomando conta do comércio, atendendo aos fregueses que, aos sábados, assomavam numerosos para fazer compras e bebericar.

Sentados sobre sacas de café em grão, arroz, açúcar, ou sobre caixas de sabão ou latas de querosene marca “Jacaré”, ali os fregueses, pescadores, extratores de madeira e agricultores desfilavam suas aventuras vividas na semana que findava. Armínio Onça contava que havia matado nas matas do Sanabani cinco queixadas. Tapará referia que matara uma anta no igarapé da Ponta Grossa. José Daniel afirmava que arpoara um peixe-boi de doze palmos no lago do Redondo. Canuto Neves dizia que matara cinco pirarucus no lago do Bibiari. Estafânio, por sua vez, gabava-se de haver matado dez patos no Aturiá. E vinham as estórias de amor. Saul Maia jurava que na última festa em casa do Mamédio conquistara o coração de Ursulina Boto. Armando Almeida se empavulava ao afirmar que tinha a cutuba mais bonita da paróquia: a filha do Manoel Martins, na Ponta Grossa. Oswaldo Farias se gabava de haver conquistado uma das filhas do velho Tibúrcio, em uma festa na Enseada. Enfim, as estórias desfilavam animadas, regadas a cachaça, que Guily, com graça e prestimosidade, servia a todos, sob os olhares sequiosos da estúr-dia freguesia.

Os copos em que Guily servia os fregueses eram de vidro, daqueles em que a metade era vidro, e o conteúdo bem limitado. Em dado momento, quando servia o freguês Joaquim Marizeiro, cai da mão de Guily o copo, e a ninfeta, que estava sem calcinha, ao abaixar-se para juntar os cacos de vidro, notou,

por uma das gretas do soalho, que Raimundinho, debaixo da casa, olhava-a atento e sofregamente, acompanhando-lhe os passos aqui em cima, com os olhos atentos a um pontinho negro, que de quando em quando podia lobrigiar. Guily, percebendo as más intenções de Raimundinho, vai ao fundo da casa e comunica o fato à sua mãe, dona Ana Procópia, nestes termos:

— Mãe, o Raimundinho está debaixo do soalho olhando meus fundos.

Dona Ana se enfureceu, e olhando para debaixo do soalho, flagra Raimundinho, que, parado, como um boneco giratório, olhos fitos para o alto, contemplava, embevecido, os fundilhos de Guily. Dona Ana vai ao quintal, corta um galho de cuieira, dos bem nodosos, desfolha-o e chama Raimundinho para ajuste de contas, perguntando-lhe:

— Raimundinho, que fazes aí debaixo do soalho?

A que Raimundinho responde prontamente:

— Estou procurando ovos de galinha e de picota, Mãe!

— Que ovos de picota que nada, seu malvado! Estás é olhando os fundos da Guily. Passa pra cá, velhaco sem vergonha!

Raimundinho, dócil e obediente, aproxima-se de dona Ana e entrega-lhe o lombo para receber as vergastadas de galho de cuieira, que dona Ana, cada vez mais enfurecida, esmerava-se em aplicar, cada vez com maior violência, quando dela se aproxima o Professor da Escola de Silves, que a interpela:

— Dona Ana, por que está batendo tanto em Raimundinho?

Dona Ana responde:

— Professor, o senhor não sabe o que este malvado estava fazendo? Não é que ele estava debaixo do soalho olhando os fundos da Guily?

— Como é que ele podia ver os fundos da Guily debaixo do soalho?

— Ora, Professor, como é que não havia de vê: tamanha racha?...

O Professor deu um sorriso franco e gostoso e se retirou...

A primeira bola de couro

Dia 29 de agosto de 1984, quarta-feira, encontrava-me na cidade do Rio de Janeiro em missão desesperadora, ou seja, em busca de salvação da vida de minha pranteada esposa, mas todos os dias, mesmo assim sob os impactos emocionais, ia comprar o matutino “A Crítica” em uma banca de venda de revistas e jornais na esquina da Avenida N.Sa. de Copacabana com a Rua Hilário de Gouveia, para saber notícias da terra querida. Comecei a ler as páginas do jornal de Calderaro, quando deparei com a notícia do falecimento, ocorrido no dia 27 desse mês, de uma das figuras centenárias mais respeitáveis desta cidade: o cidadão Francisco Xavier Carneiro de Albuquerque, o Doutor Xavier, como era popularmente conhecido em Manaus.

Naquele instante evoquei os momentos fagueiros de minha juventude, parte dela vivida em Silves, minha cidade natal, quando na velha praça da igreja, praticávamos o nosso futebol incipiente, com bola de sernambi, comprada a bordo do Tejo, saudoso gaiola da frota de Nicolau da Costa & Cia. Ltda., da praça de Belém, que regateava todos os meses junto ao comércio local. Era uma manhã de sábado. O vento do Murucutu, espécie de favônio tropical, farfalhava a folhagem das mangueiras vetustas, que sombreavam a praça, quando um cidadão maduro e simpático se aproximou do grupo, e, tocando-me nos ombros, perguntou-me sorrindo:

— Vocês gostariam de jogar o seu futebol com uma bola de couro?

A que respondi, prontamente:

— Não a conhecemos, ainda. Aqui só jogamos com este tipo de bola, comprada a bordo do Tejo.

— Pois bem, – prometeu o cidadão – no primeiro gaiola que vier de Manaus, mandar-lhes-ei uma bola de couro, por intermédio do meu amigo, o Juiz Manoel de Almeida Garcia.

Agradei a promessa. Tratava-se do Dr. Francisco Xavier Carneiro de Albuquerque, que se encontrava em Silves, em missão de médico sanitaria da Secretaria de Saúde do Estado.

Dias depois, dobra a Ponta Grossa, singrando as águas mansas da lagoa do Saracá um navio da frota da Amazon River, o Andirá, afundado na célebre batalha naval de Itacoatiara, e a garotada, como de costume, saudava a chegada do gaiola com este grito estridente de aplauso: “Lá vem o barco!... Lá vem o barco!...”

E o gaiola fundeu ao largo. Desceu o escaler, e nele veio a terra um marinheiro, com seu uniforme branco, faca embainhada à cintura, dirigindo-se à Agência do Correio, com a respectiva mala.

Momentos depois, um funcionário do Correio passou junto a nós, rumo à casa do Juiz Manoel Garcia, conduzindo um embrulho. Era a bola de couro prometida pelo Dr. Xavier, que nos foi entregue, logo a seguir pelo Juiz Manoel Garcia, meu saudoso tio.

Alicei, assim, em minhas recordações, a bola de couro à figura do grande discípulo de Esculápio, que deixou nesta metrópole uma família ilustre, constituída dos filhos: Francisco Manoel, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Nathaniel, o grande empresário Nathan, e as filhas Maria Lívia Sá Peixoto, Zilla Igrejas Lopes e Judith Whitcloc.

Manifestando nossa gratidão ao doador da primeira bola de couro que nossos pés juvenis chutaram, em Silves, desejamos também render nossa homenagem à família do saudoso morto, natural de Alagoas e que, se vivo fosse, teria completado 104 anos em 20 deste dezembro, cuja vida engrandeceu a plêiade de nordes-
tinos ilustres que enriqueceram o Amazonas de valores intelectuais e morais inconfundíveis.

Zé Taquari, o Marupiara

Um dos pescadores mais felizes porque também de maior sucesso em suas mariscagens nos lagos pisco-sara-caenses, que desde minha infância conheci, foi, sem dúvida, José Daniel Neves, mais conhecido pelo afetuoso epíteto de Zé Taquari.

O apelido de Zé Taquari, segundo consta, adveio do fato de que, quando moço, José Daniel, em suas tiradas pávulas, dava preferência em fumar usando uma pequena taboca, o “Taquari”, precursor das famosas piteiras, quando não usava cigarros feitos de tabaco de mole migado a faca e enrolados em papelinhos “zig-zag”, ou em folha de tauari, muito usado, na época, pelo famoso pajé Felismino Borrvalho, o curandeiro que fazia suas estúrdias e milagrosas curas invocando, ao toque do maracá, a cobra-grande da ilha do Mujuí, no grande lago Canaçari. O fato de ser “Marupiara”, palavra indígena originária do tupi *marupi* + *ara*, significando pessoa feliz na caça e na pesca, nos negócios e nos amores, vem do constante uso do termo no interior amazonense. E o apelido encontrou substancial embasamento no fato sobejamente comprovado de Zé Taquari ter sido, efetivamente, um verdadeiro mestre na arte de pescar em nossa grandiosa fauna ictiológica, conhecedor profundo de todos os mistérios dos lagos e igapós. Conhecia os peixes pela forma de boiar ou rebanar. Sabia as fruteiras preferidas dos peixes, como o jauari, o catauari, a seringa barriguda, o araçá, o sabará, o louro, o uruá, o abiu-



Edembono Jr
1986

rana, o socoró e tantas outras. Pescava de flecha, arpão, zagaia, tarrafa, caniço, malhadeira e espinhel. O peixe-boi, o mais arisco dos peixes-mamíferos, pescava-o, geralmente, de espera no lago, ao boiar ou à beira do capim, ou de pari, tipo de pesca que consiste em fincar varinhas cercado a boca do lago ou do igarapé para, na passagem, fincar o arpão no dorso do touro ou da vaca, como chamam ao macho ou à fêmea do peixe-boi, e não “peixe-mulher” (feminino), como inadvertidamente assinala Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em seu *Novo Dicionário Aurélio*. Uma vez arpoado, o peixe-boi dá a grande arrancada para livrar-se da morte, arrastando consigo canoa e pescador, rompendo capinzais e matupás, até cansar, quando o pescador, colhendo a arpoeira com cautela, aproxima a embiara da falca da canoa até poder cravar-lhe nas narinas, um a um, o possante torno, embutido a pancadas de cacete de paracuuba, causando a morte do peixe por asfixia. Uma vez morto, o grande mamífero aquático da ordem dos sirênios e da família dos triquequídeos é posto na canoa de Zé Taquari, que volta a casa remando lenta e compassadamente, eufórico e pávulo. De longe, ao sair do lago do Redondo ou do Bibiari, sua canoa é vista do porto de sua casa e sua mulher e filhos já vislumbram o êxito da pescaria, pois a montaria, com o peso do peixe-boi vem “bebendo água”, isto é, quase afundando. Ao aportar, Zé Taquari é recebido festivamente pela família, inclusive cachorros e papagaios e outros xerimbabos de estimação. Dalila, sua mulher – que certa vez fora vítima de uma dentada de jacaré quando procurava tracajás no choco em capinzais –, retira de um jirau onde está guardado, um grande tacho de cobre, para fazer torresmos. Os filhos, Raimundo e Edgar, apressam-se em cortar galhos secos de acapuranas para fazer o fogo onde o tacho será aquecido para a feitura dos torresmos. O vizinho Canuto Neves se aproxima para ajudar a descourar o peixe. Totó Neves apronta o café e serve ao Marupiará que, sem camisa e ar de cansado, deixa ver a barba nascente, consequência da noite mal dormida. Mas se nota a grande satisfação interior do estúrdio pescador, pelo seu sorriso franco e espontâneo. Aproximam-se os compradores de carne. Quero dois, três, quatro quilos, pedem os fregueses, que depois de aten-

didados, lá se vão satisfeitos a comentar pelos caminhos as peripécias de Zé Taquari. Outros aguardam o torresmo, vendido a litros. Os urubus, dos galhos das árvores próximas, espreitam os restos mortais do peixe-boi, isto é, vísceras e couro, ávidos por devorá-los ao menor descuido. Os cães também rodeiam o ambiente, espantando os urubus e aguardando o seu quinhão. Os aparelhos de pesca são levados para casa: japás, hásteas, flechas, arpoeiras, tornos, bóias, cuias, cacetes, remos, aguardando outro dia de utilização. Essas cenas se repetiram centenas de vezes, ao longo da vida luminosa de Zé Taquari.

Certa vez, faz muitos anos, caçando capivara em companhia de dois parentes seus, encontrou uma grande onça pintada, que também caçava capivaras. Deu-lhe um tiro na boca. A onça ferida atocaiou-se numa casola de capim. Ao aproximar-se para dar o segundo tiro, a onça, de um salto, alcança-o e abocanha-lhe o pé direito, ficando o animal ofegante e vigilante à ilharga de Zé Taquari, que ao voltar a si do susto e do golpe recebido, nota a fera ao seu lado, ferida na boca, cansada e ofegante. A espingarda caída ao seu lado estava engatilhada e na direção da cabeça do felino. Taquari segura a arma sem fazer bulha e aciona o gatilho, disparando-a e matando a enorme onça que quase o devora. Levou, entretanto, muitos meses para sarar da dentada recebida.

Quando de nossas costumeiras viagens a Silves, Zé Taquari era dos primeiros amigos a visitar-nos a bordo da “Gina”, a lancha de nossos recreios. Ali recebia presentes, dando preferência aos que o Major Garcia lhe levava: vitaminas e outros reconstituintes geriátricos, que lhe animavam as energias e o tornavam cada vez mais esperançoso, alegre e pávulo. Em março deste ano Zé Taquari, já nonagenário, driblando a vigilância de seus filhos, saiu para pescar aos primeiros cantos da saracura. Não voltou. Dois dias depois encontraram a canoa em que saiu a pescar. Seu corpo não foi encontrado. A comunidade toda lamentou sua morte. Deixou, entretanto, filhos marupiaríssimos como Raimundo Taquari e Edgar, e em cada amigo a figura simples, alegre e inesquecível da personalidade afável do grande e admirável Zé Taquari, o Marupiara.

O aningal do Jauari – sua vida e sua morte

Quem conhece a encantadora cidade de Itacoatiara, a vetusta e festejada “Serpa”, tem obrigação de saber um dos locais mais tipicamente amazônicos ali existentes. Trata-se do Igarapé do Jauari, localizado próximo à Ponta das Pedras, ao “Remanso do Stone”. Nesse tradicional igarapé domina, desde a entrada, serpenteando pela cidade adentro, um imenso e verdejante aningal, que mantém intacta até hoje sua tradição, suas lendas, suas estórias.

Diz-se que pessoas tradicionais da terra como o Engenheiro Agrônomo Cassiano Secundo, o octogenário Tabelião Vicente Mendonça, Isaac Péres, o velho Hilário, Arico Barros, Antonio Coelho, Óscar Ramos, Roldão Alves, Osório Fonseca, Gonella, Augusto Vasconcelos Dias, o Tabelião Gervásio, os desportistas Parimé e Pequenino Onety e os juízes Marcílio Dias de Vasconcelos e Orlando Soares Monteiro iam costumeiramente ao hoje trepidante bairro do Jauari conhecer as lendas, as estórias do famoso aningal, onde se dizia aparecer Cobra-Grande, Matintaperêra, Tapiraiuára e Miraangas.

Comenta-se, também, que há muitos anos atrás, um filho da terra, hoje ilustre e renomado causídico, era ainda ginasião e tinha no bairro do Jauari uma cutuba, a quem todas as noites cortejava sob a sombra e o farfalhar constante de uma secular mangueira. A essa altura, propalava-se que todas as noites uma misteriosa e atrevida Matintaperêra costumava aparecer no

bairro, saindo do aningal e a incomodar os supersticiosos moradores com o seu agourento pipilar: “Tim Tim... Tim Tim... Tim Tim... Tim...” E os moradores, atemorizados, fechavam portas e janelas de suas casas e se recolhiam prostrando-se genuflexos diante da milagrosa imagem do Divino Espírito Santo, a rezarem contritamente, na esperança de afastar a perversa ave agourenta. Acontece que o nosso herói, muito estúrdio e pábulo, aproveitou-se do estado psicológico dos moradores do bairro para os amedrontar ainda mais, e o fazia imitando a Matintaperêra, no seu piar agourento, com o fito previamente deliberado de afastar os indiscretos observadores de seu namoro, já àquela altura escandaloso e muito comentado pelos vizinhos mais linguarudos.

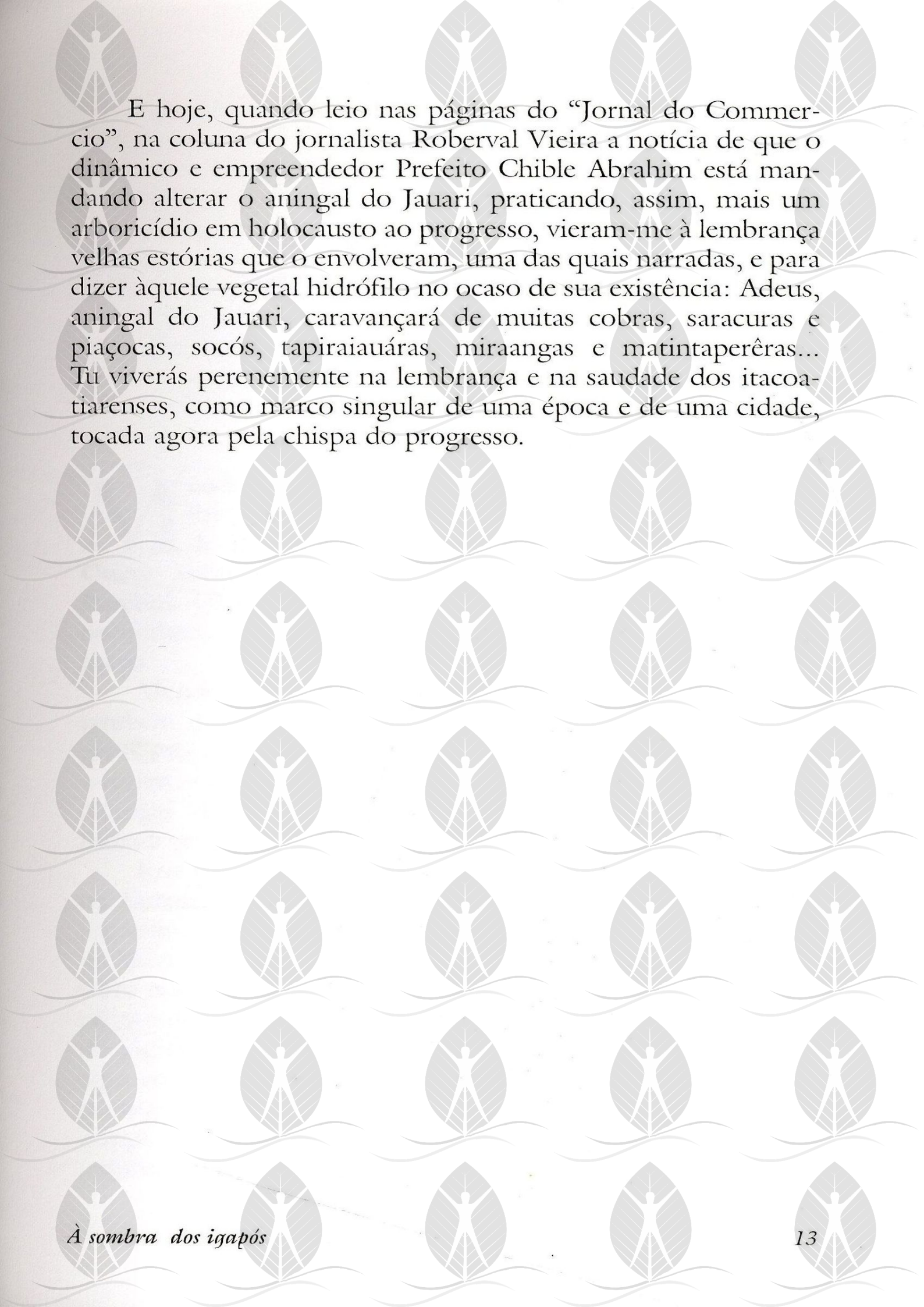
Recorda-se ainda que havia na cidade um grupo de boêmios dos mais aplaudidos, integrado por Roldão Alves, Moisés Alves, Luiz Gama, Domingos Pampolha Pinto, o “Minguinho” e José do Icó, todos exímios tocadores de clarinete, violão, rabeça, bandolim e pandeiro, e certa noite de sexta-feira para sábado resolveram fazer uma “alvorada” ao Joca Vital, que aniversariava no dia seguinte e morava no bairro do Jauari. Pelas 22 horas, aproximadamente, lá se vão os seresteiros com seus instrumentos e sua alegria festejar o salutar evento. Ao se aproximarem da mangueira onde o ginasiano famoso e soberbo estava agarrado às ilhargas de sua cutuba, vendo-os à distância, começou ele a piar, como se fora a Matintaperêra:

— Tim Tim... Tim Tim... Tim Tim... Tim...

Mas os seresteiros, já um tanto “altos” devido ao “xexuá” que haviam ingerido, não se amedrontaram, e Roldão Alves, o mais valente da turma, sugeriu com o seu vozeirão estridente:

— Vamos pegar essa maldita Matintaperêra?!

No que foi prontamente seguido por todos os integrantes do grupo. Aproximaram-se da mangueira, cercaram o falso Matintaperêra e o identificaram, enquanto sua cutuba saía em desabalada carreira, sumindo no escuro quintal de sua residência. E o ginasiano ficou famoso e conhecido com o afetivo epíteto que granjeou, graças à correta imitação do cantar soturno e mefistofélico da “Matinta”.



E hoje, quando leio nas páginas do “Jornal do Comercio”, na coluna do jornalista Roberval Vieira a notícia de que o dinâmico e empreendedor Prefeito Chible Abraham está mandando alterar o aningal do Jauari, praticando, assim, mais um arboricídio em holocausto ao progresso, vieram-me à lembrança velhas estórias que o envolveram, uma das quais narradas, e para dizer àquele vegetal hidrófilo no ocaso de sua existência: Adeus, aningal do Jauari, caravancará de muitas cobras, saracuras e piaçocas, socós, tapiraiuáras, miraangas e matintaperêras... Tu viverás perenemente na lembrança e na saudade dos itacoatiarenses, como marco singular de uma época e de uma cidade, tocada agora pela chispa do progresso.

A direita-volver de Mendoncinha

Mendoncinha sempre foi estúrdio e pávulo. Quando jovem, integrava o time de futebol, que denominaram de Itacoatiara, ao lado de Benjamim, João e Paulo Onety. Surravam no futebol, com freqüência, ao Amazonas Futebol Clube, onde pontificavam os famosos jogadores Secundino e Parimé, que enalteceraam o esporte bretão na velha Serpa.

Mendoncinha quando veio para Manaus, estudar, trouxe também o carinhoso epíteto de “Tim-Tim”, mas aqui, pouca gente sabia disso, pois o singular apelido foi conquistado graças à forma como imitava a “Matintaperêra”, nas proximidades do Aningal do Jauari, quando amedrontava os supersticiosos moradores para ficar a sós com uma cutuba que ali residia.

Em 1942, a Segunda Guerra Mundial continuava acirrada na Europa e na Ásia. Fundado o N.P.O.R. de Manaus, nele ingressaram os estudantes em idade de prestar o serviço militar, inclusive Mendoncinha, que, por sinal, aluno inteligente, obtinha notas elevadas em Topografia e Serviços Gerais, menos na prática de Educação Física, Ordem Unida e Tiro, porque quando jogador de futebol em sua terra natal, e no “Olho Mágico”, aqui em Manaus, time organizado por Domingos Mourão e o português Antonio Coimbra, e que, nos domingos, treinava no campo do Parque Ajuricaba, onde o time chegava às sete da manhã, no saudoso bonde da linha de “Flores”, Mendoncinha

sofreu uma potente pancada no joelho esquerdo, danificando-lhe o menisco, contusão que o fez ficar diminuído em sua movimentação. Um reumatismo impiedoso fê-lo sofrer ainda mais, até hoje.

Aconteceu que certa vez, no N.P.O.R., num exercício de Ordem Unida, comandado pelo Tenente Aníbal Gurgel do Amaral, as vozes de comando eram dadas assim:

— Pelotão, sentido! Ordinário, marcha!

E depois de alguns passos cadenciados, vinha a segunda voz de comando:

— Direita.a.a.a.-volverrr!

Todos voltavam-se para a direita, menos Mendoncinha, que saía em direção oposta. O Tenente Aníbal chamava Mendoncinha à ordem, corrigia-o severamente. Segundo tempo. As mesmas vozes de comando se repetiam. Agora, assim:

— Esquerda.a.a.-volverrr!

E Mendoncinha voltava-se para a direita. Isso irritava bastante o instrutor, que resolveu fazer uma parada para ensinar individualmente Mendoncinha, sob as vistas hilariantes e galhofantes de seus colegas Roberto Caminha, Octávio Mourão e Francisco Monteiro de Paula, o “Salgadinho”.

Na praça São Sebastião, o Tenente Aníbal desenhou na calçada o itinerário a marchar, e com flechas indicativas da direita e da esquerda. E começou a dar as vozes de comando, e Mendoncinha sempre errado. O tenente irritou-se demais, e já bastante encabulado com a atuação do aluno, voltou-se para Mendoncinha e disse:

— 78 – esse era o número dele – você até parece recruta de Itacoatiara! De onde você é, 78?

Mendoncinha respondeu trêmula e pausadamente:

— Sou de Itacoatia...a...a...a...ra, seu Tenente.

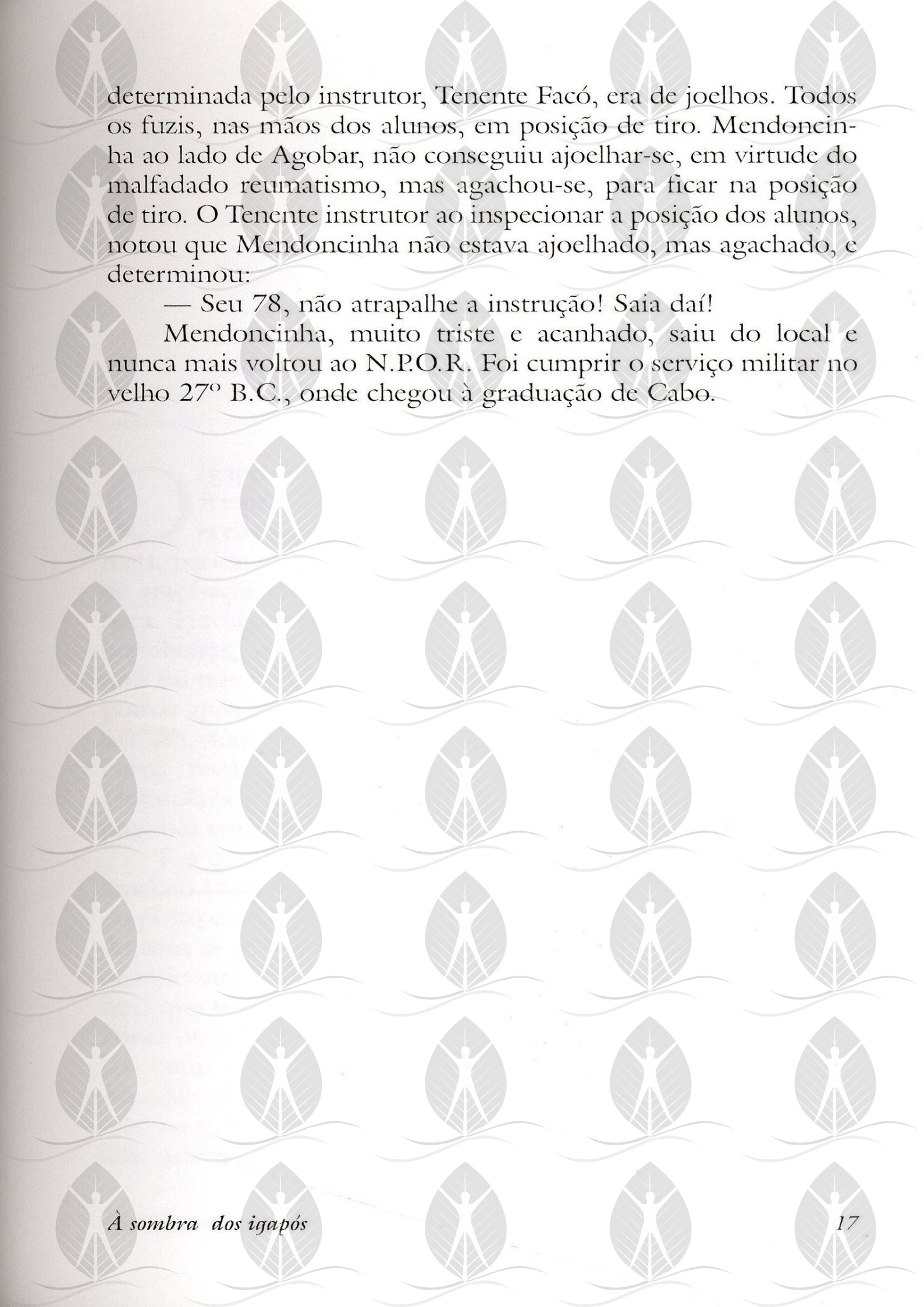
O Tenente Aníbal puxou os cabelos e disse, desabafando sua irritação:

— Eu logo vi...i...i...i..., 78?! Só podia ser, não é?

A que Mendoncinha respondeu convicto:

— É, seu Tenente... e do Bairro de Jauari...

Dias depois, noutra instrução de tiro ao alvo, a posição



determinada pelo instrutor, Tenente Facó, era de joelhos. Todos os fuzis, nas mãos dos alunos, em posição de tiro. Mendoncinha ao lado de Agobar, não conseguiu ajoelhar-se, em virtude do malfadado reumatismo, mas agachou-se, para ficar na posição de tiro. O Tenente instrutor ao inspecionar a posição dos alunos, notou que Mendoncinha não estava ajoelhado, mas agachado, e determinou:

— Seu 78, não atrapalhe a instrução! Saia daí!

Mendoncinha, muito triste e acanhado, saiu do local e nunca mais voltou ao N.P.O.R. Foi cumprir o serviço militar no velho 27º B.C., onde chegou à graduação de Cabo.

As lontras

O Igapó de Mocajatuba era limpo, sombreado pelas árvores típicas da região: acapuraneiras, jauarizeiros, taxizeiros, abiurana, pau-mulato, sarabazeiros, mari-mari, paricarana, catauarizeiros, e com uma bela franja ornada de araçá-açus e aningas, rodeados de canaranas e capim-mem-beca. Havia ainda sorocozeiros, uruazeiros e algumas antigas piranheiras, ilhargadas com velhas seringueiras-barrigudas, e dois ou três vetustos apuizeiros onde, ao entardecer, costumava pousar após a labuta diária, um romântico casal de gavião-panema. Ali, num abarrancado de terra vermelho-branca, mistura de barro com argila, morava um bando de Lontras, que cantarolava pelo Igapó, caçando aqui e acolá, anunciando sua presença com seu vozerio característico.

Era costume do nosso grupo de amigos, após as aulas do saudoso Professor João Garcia irmos banhar-nos no pedregulho do porto da casa da vó Maria José, onde mergulhando, rabanando com as pernas num alarido álaque de nossa infância feliz, de quando em quando éramos surpreendidos pelo bando de lontras, que boiando e mergulhando, passava rente a nós, rumo à Ponta ou à Enseada do Ivo. Era o nosso momento de provocá-las com este arremedo que as irritava: “Ah...Ah...Ah... Ah...Ah...Ah...Ah...Ah...Ah...Ah...”, todos tocando com o dorso da mão na garganta. E as Lontras se enfureciam e partiam contra nós, ameaçadoramente. Quando se aproximavam, todos nós



armados de cacos-de-telha e pedregulhos, começávamos então a afugentá-las a pedradas. E lá se vão elas, unidas e solidárias, afastando-se pouco a pouco, com os olhos faiscantes de ódio, de quando em quando saltando com o corpo quase todo fora d'água, como a desafiar-nos, até que desapareciam na maresia branda, tocadas pelo vento ameno do Murucutu, sumindo-se rumo à Enseada do Ivo ou à Ponta.

E hoje, quando volto à minha querida Silves e recordo a infância feliz ali vivida, relembro as lontras amigas de outros tempos, espécie hoje quase extinta pela ação deletéria do homem, no seu desatino de intervenção inconsciente contra o Ecossistema regional, lamentando, ainda, a imprevidência dos prefeitos saracaenses, que não souberam preservar o belo Igapó de Mocajatuba, hoje completamente devastado, quando poderia ser um atrativo turístico, a deleitar os alienígenas com a placidez de suas águas, com o sombreado de suas árvores, com a sonoridade do canto das saracuras, das piaçocas e dos galos-d'água, com o estridular dolente do carão, com o esvoaçar curto e o xinxar medroso das ciganas e o cantar alegre e animado do arancuã, anunciador perene do alvorecer.

E as nossas lontras amigas daqueles belos tempos de infância, que já vai distante, só nos fazem lembrar os companheiros de então: Hugo, Manoelito, Agobar, Macedo, Dico Maia, Cláudio, Orlando, Joãozinho, Benjamim, Raimundinho, Américo, Nogar, todos vivos, felizmente, que guardam, como eu a recordação perene das manhãs fagueiras, cheias de luz, esperança, fraternidade e amor.

Velho relógio

Dia 1º de fevereiro fluente encontrava-me em Silves em companhia de David Melo, professor universitário de duas gerações de Garcia – minha e de meu filho – de Agobar, Orlando e Ladeira, companheiros de pescaria, além de Felismino Soares Filho, Júlio Pinto, Benjamim Brandão, um de seus filhos e um neto, e João Correa, esse extraordinário boêmio estúrdio e pábulo e “expert” inimitável do violão, após uma bem sucedida pescaria de acará-açus e outros saborosos peixes regionais no lago do Curara, e depois de uma memorável serenata, animada sob os acordes de violões, cavaquinhos, flautas, violino e pandeiro, manejados com maestria por Luís Gama e seu conjunto, Mingos Pinto, João Correa e Siqueira, e com a voz firme e melodiosa de Felismino Filho, quando fomos convidados para um almoço em casa de meu irmão João Garcia Filho.

Meio-dia. Sentados à sala de estar, aguardávamos a chamada para saborear o succulento quelônio sacrificado para o ágape, quando fito na parede um velho relógio, que a meu pai foi dado de presente de casamento, em 1918, por meu avô, Cel. Manoel Antonio Garcia, o qual relógio no seu tic-tac característico, trabalhava normalmente, marcando o correr do tempo com a mesma pontualidade de outros momentos. Fitei-o mais atentamente, com veneração e respeito, e naquele instante evoquei com saudades, os meus distantes oito anos, a época em que frequentávamos as aulas do Prof. João Garcia, em cuja residência

funcionava a Escola Pública, numa sala ampla, de três janelas, bem arejada pelo saudável vento do Murucutu. Recordei os colegas de então: Oswaldo e Américo Farias, Caitano, Homero, Ezequiel, Lourenço, Dídimo, Ventina, Orsina e Rosalina Neves, Aluísio, Macedo, Dico Maia, Sabóia, Raimundo de Leiros, Agobar, Orlando, Hugo, Nonato (Nogar), Benjamim e Manoel Garcia, e tanto outros companheiros. Recordei, ainda, naquele instante, a pontualidade do mestre, sempre presente ao início das aulas: sete da manhã.

Todos em sala, o professor se apresentava de segunda a sexta-feira trajando terno branco de linho HJ, feito na alfaiataria *Aux 100.000 Paletós*. Aos sábados, dia de sabatina, ele trajava azul-marinho. Usava-se para corrigir os erros, a saudosa palmatória. A turma toda se preparava para a sabatina, esfregando folhas de urtiga nas mãos, para minimizar o efeito dos bolos. Nossos livros escolares eram: *Aritmética Elementar*, de Antonio Monteiro de Souza, que assim definia somar: “Somar é buscar as vezes que a unidade se contém na quantidade”. Quem não respondesse a definição nesses termos, era imediatamente corrigido com um bolo, dado de canhota pelo mestre. O livro de leitura era de autoria de Erasmo Braga, e ainda recordo o conto sobre *As Avoantes*, e outros, de alto valor didático e informativo sobre a vida nordestina, por isso que estava em moda um movimento de renovação educacional, inspirado na nova escola europeia, pontificando no Brasil em termos de reforma: Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão e Francisco Campos. Depois da sabatina, a turma toda com as mãos ainda a arder, ia pular n'água no pedregulho do porto da casa do velho André Farias.

Nesse dia, 1º de fevereiro, frente ao velho relógio, que nem os anos conseguiram fazer parar, recordei outros tantos momentos fugazes de minha meninice fagueira e feliz, vividos em minha cidade natal, junto a companheiros já agora com cabelos encanecidos pela ação deletéria do tempo.

E te agradeço, relógio amigo, pelas evocações que me inspiraste e por tudo que representas como escrínio precioso de minhas recordações infantis.

A marca do carapanã

Havia, outrora, na encantadora cidade de Itacoatiara, antes de o aningal do Jauari ter sido aterrado, um famoso grupo de boêmios constituído de figuras expressivas da sociedade local, como Roldão Alves, exímio saxofonista e clarinetista; Moisés Alves, “expert” inimitável do violão; Luiz Calheiros Gama, estúrdio violinista, adorado pelas cunhantãs dos beiradões por onde passava; Domingos Pampolha Pinto, o “Minguinho”, notável tocador de violão e o mais pábulo de todos; e o grande peara do grupo, o inefável cidadão Vicente Canafístula, o mais sério e o de maior “status” funcional da cidade, depois do Padre Joaquim Pereira e do juiz Marcílio Dias de Vasconcelos. Esse grupo se exhibia, com sucesso, nas casas de pastorinhas às margens do igarapé onde se situava o Aningal do Jauari, e também no nascente Bairro da Colônia, ou nas proximidades de Remanso do Stone, perto da residência do Joca Vital, um dos animadores do grupo e seu maior fã.

O ponto predileto de exibição desse famoso grupo de boêmios era Santa Maria do Raman, o maior empório comercial da época, no município de Itacoatiara, situado na margem esquerda do Amazonas, em frente à boca do rio madeira. Ali, todos os sábados, numa ramada adredemente enfeitada, Abdon & Raman reuniam a freguesia para se divertir ao som da boa música do grupo de boêmios, junto aos quais se exhibia um extra-



Edenberg Jr.
1987 ©

ordinário tocador de bandolim, um caboclo imigrado de Itapiranga, Antonio Ribeiro, alcunhado de “Abacaxi”. A festança era animada e transcorria sempre em muita ordem e respeito. As damas se exibiam com bizarros vestidos de chita, muito em moda na época, perfumada com “Royal Briar” e os cabelos untados com óleo de mutamba e o corpo salpicado de priproca do Pará, produtos que Abdon & Raman vendiam a preços popularíssimos, ao alcance de todos, graças à quietude financeira de então, que não conhecia, ainda, o famigerado leão inflacionário, hoje cada vez mais faminto e agressivo.

Diziam que Vicente Canafístula era portador de um virtuoso talismã, um olho-de-boto adquirido de um caboclo do lago do Redondo, um sub-lago do grande Canaçari, o qual bastava apontar para uma cunhantã, ela vinha logo prostrar-se à ilharga do soberbo conquistador, à cata de seu carinho, de seus afagos, de seu amor. Essa fama do pábulo Canafístula chegou logo à cidade de Itacoatiara, e as vizinhas fuxiqueiras foram à casa de Vicente enredá-lo com sua mulher, a distinta e respeitável dama dona Joaquina, como era popularmente conhecida, e lhe segredaram:


— Dona Joaquina, dizem que seu Vicentinho todos os sábados quando vai a Santa Maria do Raman, dança até amanhecer com uma cutuba que ele ali conheceu, e dizem que é uma cabocla muito bonita.

E dona Joaquina sempre despistava e dizia:

— Não acredito, Vicentinho é homem sério, de posição definida, tem filhos bem situados, um deles é advogado e deputado estadual casado com a filha de um desembargador, em Manaus; o outro, o Floriano, é político militante e muito conceituado aqui. Não acredito. Não me contem mais nada; isto é uma infâmia atirada contra Vicentinho. Ainda mais que ele se acompanha de Roldão Alves e Moisés Alves, homens corretos e do maior respeito e confiança.

Dias depois as vizinhas fuxiqueiras voltam à carga, e segredam novamente à dona Joaquina:

— Cuidado, dona Joaquina! Dizem que no sábado passado seu Vicentinho passou a noite toda à ilharga de sua cutuba em



Santa Maria do Raman. Dizem que estão se amando de verdade. Com essa informação, dona Joanhina, mulher de fé inabalável na lealdade do marido, respondeu:

— Eu não acredito nessa estória de Vicentinho ter cutuba em Santa Maria. Mas vou verificar.

— Como? – intervieram as fuxiqueiras.

— Deixa comigo! Quando Vicentinho voltar novamente de Santa Maria, eu vou mandá-lo despír as calças e vou examinar o bumbum dele. Se as bochechas estiveram picadas de carapanã-sovela, então é verdade. Aí, sim, ele fez esturdice...

“Português de óculos, cadeia nele”

O fato que passarei a narrar, acontecido e transmitido folcloricamente até nós, possivelmente não seria bem entendido por ínfima parcela de nossos leitores sem uma prévia explicação didática dos “costumes” e “tradições” sob o aspecto sociológico, assim entendido hoje pelos especialistas no assunto.

Donald Pierson, Ph.D., e sua preciosa obra *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, nos ensina que um modo comum de analisar a herança social tem sido a de dividi-la em **1) costumes** e **2) tradições**. Por “costumes” queria-se dizer *comportamento manifesto (overt)*, isto é, ações exteriores, passíveis de serem vistas. Por “tradições” queria dizer *comportamento não expresso (covert)*, isto é, as maneiras de pensar, os elementos subjetivos internos, da herança social.

É verdade que a herança social pode ser dividida desta maneira. Mas a distinção não é particularmente útil. É mais conveniente analisar a herança social, como fez William Graham Sumner, em **1) folkways** e **2) mores**. Literalmente, *folkways* são as maneiras de agir (*ways*) que caracterizam um povo (*folk*). São as formas de conduta que um povo desenvolveu durante a sua vida. Por exemplo, nossos *folkways* de origem européia (*não os dos indígenas brasileiros*) incluem o uso de cadeiras em vez de sentar-se no chão, o uso de roupas (*em vez de andar parcial ou inteiramente nus*), ir à escola, trabalhar em escritórios e assistir a fitas

de cinema. Um *folkways* surge, a princípio, como o meio de agir adotado por um dado povo em face de um dado problema. Pode ter sido encontrado até apenas por acaso, mas funcionou, isto é, produziu resultado satisfatório. Foi então aos poucos adotado, na sua maior parte inconscientemente, tornou-se parte da vida social do povo em questão e, depois, transmitiu-se às gerações seguintes.

A distinção entre *folkways* e *mores* reside na maneira pela qual a referida forma de conduta é considerada pelo povo que a pratica. Quando um *folkways* passa a ser considerado pelo grupo como absolutamente essencial, isto é, como irrevogavelmente ligado à persistência e eficiência da sua vida grupal, perde sua simplicidade e torna-se um dos *mores*. Os *mores* são, pois, os *folkways* que foram destacados como particularmente importantes na vida do grupo em questão. Representam as formas “sagradas” de comportamento que são prezados, consideradas como sentimento caloroso, mantidas com tenacidade; as formas de comportamento sobre as quais os membros do grupo fazem questão, que consideram essenciais à continuidade de sua vida. Um modo de distinguir entre os simples *folkways* e os *mores* é imaginar como o grupo em apreço agiria se certo costume não fosse seguido por um de seus membros. Se esta desconsideração do costume ocasionar choque, indignação, revolta e severa reprovação, indubitavelmente faz parte dos *mores*; se, por exemplo, eu fosse a uma aula sem roupas, as demais pessoas ficariam não somente surpreendidas, como também chocadas; e, ao menos a maioria, indignada. Por outras palavras, o uso de roupas – como o cuidado dos filhos por parte dos pais, a proibição de matar, roubar, praticar incesto, incendiar – fazem parte dos nossos *mores* e dirigem, canalizam, a conduta de cada um de nós. Se, por outro lado, a violação do costume não ocasionar choque nem indignação, mas apenas riso ou leve ridículo, pode-se ter certeza de que esse costume pertence simplesmente aos *folkways*. Concluindo: os *folkways* são os costumes que os membros do grupo consideram menos importantes. Os *mores* são os costumes considerados imprescindíveis, prezados, mantidos com tenacidade.

Feitas estas considerações explicativas, passemos a narrar o que aconteceu em Silves, faz muitos anos. Ali era costume dominante ser permitido usar óculos somente às pessoas mais destacadas, aos que ostentassem maior *status*, como o padre, o juiz, o professor, o chefe político ou coronel. Conta-se que certa vez chegou à cidade, vindo numa bela igarité, um cidadão português, que desembarcou e não se apresentou à autoridade policial, para declarar de onde vinha e por que vinha à terra. Desembarcou e começou a andar pelas ruas. O alferes, espécie de delegado de polícia, já revoltado, dirigiu-se ao coronel chefe político, que àquela hora estava assistindo à missa na igreja matriz, e lhe comunica:

— Coronel, está na cidade um cidadão que não se apresentou à delegacia e está percorrendo a cidade. Além do mais é português e está usando óculos.

O coronel, revoltado e surpreso, determina:

— Português, e de óculos?!... Cadeia nele!

A ordem foi cumprida imediatamente. O cidadão português foi encarcerado. Depois de curtir a prisão o dia todo, veio a saber-se que o prisioneiro havia chegado, fazia pouco tempo, de Lisboa, e que ali estava à procura de seus irmãos Amadeu e Manoel Martins, pedreiros famosos, que haviam construído a Igreja de N. Sa. da Conceição. Levado à presença do chefe político e explicando que não conhecia os costumes da terra, justificou que usava óculos, desde Lisboa, porque se havia submetido a uma operação de catarata, e que em Portugal não se prendia ninguém por usar óculos. O português foi posto em liberdade, por ordem do coronel, depois de advertido dos costumes da terra.

Hoje, porém, Silves está mudada. Os *folkways* e os *mores* caducos, pertencem ao passado. Mas, mesmo assim, o saudoso ex-deputado federal Alexandre de Carvalho Leal, homem cordial e brincalhão, sabedor desse fato, costumava fazer gozação com o senador Antóvila Mourão Vieira, tido politicamente como português e que usava óculos, dizendo-lhe:

— Antóvila, vai a Silves, vai lá?!... Vai!

Nacionalismo à moda saracaense

A Missão do Saracacá, núcleo de colonização portuguesa fundado no Amazonas por Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, em 1663, foi palco do maior massacre indígena na América do Sul, tendo por algoz e principal executor o ferocíssimo Pedro da Costa Favella, que acompanhou Pedro Teixeira em sua memorável viagem de penetração até Quito. É o que nos revela a História.

A Missão do Saracá cedeu seu nome – graças a Joaquim de Mello e Póvoas, que criou vilas e alusitanou topônimos amazônicos – à atual cidade de Silves, onde ocorreram os fatos narrados a seguir.

É que a extinção das tribos dos Caboquenas, Bararurus e Guanavenes pelo famigerado genocida Pedro da Costa Favella, pela maneira desumana e cruel como foi feita, deixou mágoas perenes nos descendentes dessas tribos, a revolta interior transmitiu-se por herança, criando-se-lhes, enfim, cesuras incuráveis em seus sentimentos nativistas e telúricos.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os submarinos alemães e italianos, aliados fanáticos e que tinham Mussolini e Hitler a comandar as ações belicosas, afundaram vários navios nossos na costa atlântica brasileira, e, dentre eles o “Baipendy”, do Lloyd Brasileiro, que costumava fazer a linha regular entre o Rio de Janeiro e Manaus. A notícia do afundamento do “Baipendy” revoltou Manaus: atearam fogo e saquearam casas

de estrangeiros alemães e italianos, que se supunham mais chegados ao Nazismo e ao Fascismo, havendo verdadeira explosão de sentimento xenófobo.

A notícia de incêndios, saques e agressões a casas de alemães, italianos e japoneses chegou logo a Silves, onde, fazia anos, se estabelecera um italiano ainda moço, o comerciante Alberto Ianuzzi, que comprou de meu pai uma fazendola em frente à cidade: a “Demanda”. Ali Alberto fez progredir seu comércio, e era um tipo alegre, bonitão e conquistador pávulo das cunhantãs saracaenses. Vendia caro e praticava o escambo com sucesso, enriquecendo dia a dia. Por isso, os caboclos não o viam com bons olhos, porque: marupiara no amor, estúrdio no comércio e soberbo nas reuniões sociais de que participava, era sempre o mais notado. Não gostava de vender fiado, e isso irritava ainda mais sua arisca freguesia.

A notícia da revolta ocorrida em Manaus contra alemães e italianos despertou, em Silves, nos descendentes dos Guanavenes, a hora da vingança. Vários elementos se reuniram e tramaram a ação de cunho nacionalista: Joaquim Tuíra e Bomrana, e outros mais, aliciaram companheiros para uma ação rápida e destruidora, verdadeiro golpe-de-mão recentemente aprendido em Manaus pelos últimos reservistas saracaenses egressos do 27º B.C.

Alberto foi avisado da trama preparada e prudentemente retirou-se para a casa de seu irmão Carlos Ianuzzi, residente no Município de Itapiranga. Numa manhã de agosto de 1942, muito cedo, dezenas de montarias conduzindo os revoltosos amados de arpão, flechas, espingardas que funcionavam com espoletas “Pica-pau” e rifles “Papo Amarelo”, rumaram para a Demanda. Em ali chegando, não encontraram Alberto e sua família e passaram à ação: mataram bois, carneiros, porcos, galinhas, fizeram churrascos, comeram. Beberam o estoque de cachaça “Jararaca” deixada na última viagem do Barão de Cametá. Saquearam o comércio e tocaram fogo na casa. Foi uma destruição total.

Chega a Manaus a notícia do saqueio e destruição da casa comercial de Alberto Ianuzzi. O Chefe de Polícia, Dr. Antonio

Cavalcante de Oliveira Lima, credenciou o advogado Dr. Teves de Alencar Dias Pinto para investigar os fatos e instaurar inquérito policial. O advogado chega a Silves e inicia a investigação sumária. Vai indagando de um a um como os fatos aconteceram, e depois de ouvir muitas evasivas, defronta-se com o caboclo Joaquim Tuíra, que lhe fez estas indicações. Pergunta o advogado Teves:

— Quem foi que iniciou o ataque à casa do Sr. Alberto Ianuzzi e quem tomou parte nele?

A que Tuíra responde:

— Sei que tomaram parte no ataque o Sr. Tapiú e seus filhos Walter e Diquinho; o Sr. Benedito Mucum; o Sr. Raimundo Macaco; o Sr. Manoel Boto e seu filho Tote Boto; o Sr. Bento Jabuti; o Sr. Manoel Socó; o Sr. Bico Jacaré; o Sr. Daniel Capivara e seu filho Zito Capivara; os filhos do Sr. André Guariba; o Sr. Manoel Garça; o Sr. Armínio Onça; o Sr. José Pacu; o Sr. Manoel Suçuarana; o Sr. Joaquim Peixe-Boi; os netos do Sr. Chico Padre e outros.

— E quem deu armas a essa gente toda?

Inquiriu o advogado-policial. Responde Joaquim Tuíra:

— Foi o Sr. João Rôla...

Sabe-se que o advogado em missão policial, à míngua de maiores informes nominais para identificar os saqueadores, concluiu o inquérito sem poder indicar os culpados em seus verdadeiros nomes, e o inquérito encaminhado à autoridade judiciária competente, por falta de base para a denúncia, foi arquivado, sem prejuízo do que dispõe o artigo 18 do Código de Processo Penal.

Os temores de “Mucuim”

Mucuim é a denominação vulgar dos acarídeos da família dos trombidídeos, nome que deriva do tupi *muku-i* (*Tetranychus molestissimus*), cuja mordedura provoca intensas coceiras.

Não sei porque cargas d'água epitetaram o alegre Benedito da Costa de “Mucuim”, a não ser pelas coceiras que possivelmente provocava nas cunhantãs que conquistava. Acontece que Mucuim era afilhado do Cel. Manoel Antonio, chefe político de Silves, e que nomeara para o cargo de encarregado da iluminação pública da cidade. Seu trabalho resumia-se em às seis horas da tarde, acender os lampiões da cidade, o que fazia com pontualidade, e para esse mister carregava uma escada, com a qual chegava aos lampiões e os acendia, da mesma forma que os apagava às seis da manhã.

Silves antiga, do meu tempo de menino, era uma cidadezinha com poucas ruas, muito bem cuidadas, e sua iluminação pública era feita com lampiões a querosene, que se estendiam a todas as ruas e ruelas, e na grande praça da Igreja de N.Sa. da Conceição, padroeira local. Essa praça era sombreada de mangueiras vetustas, debaixo das quais parava pensativo, recordando seu passado de estudante, em Recife, ou de suas atividades forenses, o saudoso Desembargador Zózimo Severino de Leiros, a quem respeitosa e chamávamos de “meu avô”. Havia também a grande escada do porto principal, artística-

mente trabalhada em madeira de lei (itaúba preta), com um largo patamar onde, à tarde, a criançada se reunia para ver passar, ao longe, bandos de lontras, que atravessavam a lagoa do Saracá do igapó do Mucajatuba para a Costa do Ivo, no outro lado do rio, ou à espera dos navios da linha, como denominávamos os gaiolas da antiga *Amazon River Steam Navigation*, que ali aportavam duas vezes por mês, com a habitual pontualidade inglesa. Havia ainda a grande praia, com uma burrica, na qual a meninada brincava, rodopiando nela. Enfim, Silves tinha em maior dose seus encantos paisagísticos naturais, mas não era como hoje: uma cidade com hotel turístico, graças ao esforço e investimento do Deputado Aristides Queiroz; campo de aviação e estação de passageiros; água encanada, luz elétrica vinte e quatro horas por dia; ruas asfaltadas, escolas de 1º e 2º graus; duas agências bancárias – Bradesco e Banco do Brasil –; hospital com poucos leitos, maternidade, médico, televisão, clubes sociais e desportivos, quadras de esporte e, sobretudo, um povo tradicionalmente ordeiro e acolhedor.

Ocorre que “Mucuim” era jogador de futebol, ao lado dos famosos jogadores Américo, Simão, Flávio, Feijó e Otílio, pertencentes ao “Team Preto” do Saracá Futebol Clube, conforme refere o jornal “O Alfinete”, daquela cidade, edição de 28 de fevereiro de 1920, de propriedade do cidadão Antonio Duarte Beltrão, e que tinha como Diretor o advogado octogenário Perseverando da Trindade Garcia.

Mucuim era um caboclo estúrdio. Teve várias mulheres, e com a segunda delas, Aurora, teve muitos filhos, dentre eles: Cláudio, Augusto, Lázaro e Tancredo. Aurora era verdadeira Diana saracaense: exímia caçadora de pacas e cutias, caititus e queixadas, lontras, ariranhas e antas, graças aos adestrados cães que criava e amestrava para esse fim.

Acontece que Mucuim, quando moço, arranhou uma cutuba, com quem se amancebou: Sinforosa Bezerra, que tinha um ciúme doentio do amante. Numa noite de sábado para domingo, no mês de maio, Mucuim chegou a casa tarde e um tanto “chumbado” e se desentendeu com Sinforosa, terminando por bater com um remo na cabeça de sua amante, ferindo-a. Foi

preso por haver provocado lesões corporais em sua companheira. Nessa noite o Cel. Manoel Antonio não pôde dormir, tal a algazarra ocorrida, provocada por seresteiros contumazes. Pela manhã do dia seguinte o Cel. Manoel Antonio mandou chamar o Delegado de Polícia e lhe perguntou:

— Seu Delegado, por que tanta algazarra durante a noite na cidade? Eu nem sequer pude dormir?

O Delegado respondeu, então:

— Coronel, foram seus parentes e protegidos que lhe perturbaram o sossego. Até o Mucuím está preso, por haver espancado sua amante Sinforosa Bezerra.

— Traga-me seu Mucuím até aqui – determinou o Coronel ao Delegado.

Daí a momentos o Delegado trazia Mucuím à presença do Coronel, que lhe perguntou, admoestando-o:

— Seu Mucuím, você só vive brigando com a Bezerra? Já que não se entendem, por que você não a deixa de uma vez e passa a namorar com uma das Onças do Mucajatuba? São caboclas bonitas, filhas do Minhão!

Mucuím responde meio apavorado:

— Não! Coronel, Deus me livre! Se com uma Bezerra eu já não posso, quanto mais com uma Onça...

O Coronel Manoel Antonio sorriu e determinou ao Delegado que pusesse Mucuím em liberdade.

Os gaiolas

A palavra gaiola é um substantivo feminino que significa pequena clausura onde se encerram aves. É o seu sentido denotativo. Mas a verve do amazônida masculinizou o nome e deu ao navio regional, moderno, elegante, *de elevada superestrutura, desenvolvidas obras mortas, dois, três conveses, camarotes nas amuradas*, como refere o autor de *Cartas da Floresta*, o apelido irônico de gaiola, que é, também, seu sentido conotativo.

Em passado não muito distante o Amazonas era melhor servido de embarcações a vapor, com navios modernos fabricados na Inglaterra, Holanda, Dinamarca e na América do Norte. Eram os famosos gaiolas, que utilizavam como combustível para acionar-lhes as máquinas, a lenha extraída da grande floresta. Havia os portos de lenha situados em pontos determinados ao longo dos beiradões, todos conhecidos dos comandantes e práticos das embarcações, que trafegavam o grande rio. Do “Guapiassu”, o primeiro navio a vapor que subiu o Amazonas em 1843, como refere Agnelo Bittencourt, aos tempos atuais, centenares de gaiolas têm servido ao tráfego fluvial em nossa região utilizando a grande bacia potâmica equatorial, com suas milhares de antenas líquidas a rendilhar a imensa planície.

Há poucos dias encontrei-me com o nonagenário Comandante Benayon, e lembrei-me de quando ele comandava o “Inca”, um dos maiores gaiolas de rodas da *The Amazon River*

Navegation Company Limited, fundada em 1911 e que dispunha de 47 navios, com o registro de 16.440 toneladas. Essa companhia de Navegação, além do “Inca”, tinha em suas linhas regulares outros gaiolas como o “Índio do Brasil”, “Tupy”, “Aymoré”, “Rio Mar”, “Andirá”, “Ajudante”, “Paes de Carvalho”, que se incendiou há muitos anos, as chatinhas de rodas “Terezinha” e “Paraíba”, e os vaticanos de proa redonda: “Vitória”, “Belém”, “Cuiabá”, “São Salvador”, “Belo Horizonte” e muitos outros. A bordo havia regras de comportamento exigidas com rigor. À hora do almoço ou do jantar, à mesa do comandante sentavam, além dos oficiais, os passageiros de maior status, que eram convidados especiais, e o faziam de paletó e gravata, enquanto o comandante, à cabeceira, se apresentava soberbamente fardado.

A propósito vale recordar que quando Agobar Garcia veio pela primeira vez a Manaus, no “Belo Horizonte”, contava ele 16 anos de idade mais ou menos, já bem taludo, e trajava uma roupa de mescla azul, um “dolmen” muito em moda na época, roupa precursora do famoso “pijânio”, muito bem engomado e passado a estearina, que tia Zolima havia preparado para a viagem do filho querido. À hora do almoço Agobar sentou-se à mesa e se preparava para dar a primeira garfada, quando foi gentilmente convidado por um taifeiro por ir vestir-se convenientemente, isto é, pôr o paletó e gravata. Acontece que Agobar não tinha nem paletó e nem gravata, mas o encarregado do bar arranjou-lhe um paletó e uma gravata bem surrada, com que voltou à mesa, devidamente trajado para o succulento almoço.

Eram regras rígidas, muito diferentes dos costumes atuais, mores desaparecidos pela ação deletéria do tempo. Após o jantar uma mesa de pôquer era sempre formada por comerciantes abastados, caixeiros-viajantes, autoridades. Se o navio aportava numa cidade e havia estranhos a bordo, antes de desatracar era anunciado o sinal de partida com fortes badaladas de sinos, que se repetiam em três momentos e de popa à proa, a última das quais anunciava a desatracação.

Conheci e fiz-me amigo de muitos comandantes de gaiola, como o Comandante Angelim, falecido no ano passado, o

Comandante Bibi, do “Tejo” e do “Barão de Cametá”, o Comandante Benayon, do “Inca”, o Comandante Jucá, e muitos outros.

Os navios ou gaiolas da *Amazon River* eram pontualíssimos nos seus horários de partida e chegada. Em Silves, onde escalavam obrigatoriamente tanto na vinda de Belém como de Manaus, à hora exata dobravam a Ponta Grossa e eram anunciados pela meninada debaixo das frondosas mangueiras, com este coro: “Lá vem o bar...co...o...o...o...o...”. O gaiola ficava ao largo, arriava o ferro, baixava o escaler, no qual vinham a terra os passageiros e um marinheiro trazendo a mala do correio, vestido de branco com uma faca à cintura. Dizia-se que o marinheiro costumava pegar os meninos para encaminhá-los à Marinha, e se não fosse por bem eram castrados sumariamente. Isso atormentava os garotos ingênuos, que tinham pavor dos marinheiros.

Certa vez dois conterrâneos nossos, tinham vindo estudar em Silves, Dico Maria e Macedo, criados pela dona Raimunda Maia. Os dois, que viviam fora da cidade, nunca tinham visto um gaiola em sua vida, mas sabiam das estórias dos marinheiros perversos. Certo dia, quando o “Rio Mar” apontou na baía do Saracá, dando seus cinco apitos característicos e anunciado pela gurizada, Macedo e Dico embrenharam-se no mato, apavorados, e foi um custo o Saul Maia encontrá-los, trêmulos e chorosos, debaixo do mangueirão do “Rabo da Onça”.

São estórias que me fazem recordar os bons tempos dos belos gaiolas que singravam e ainda singram os nossos rios. Mas quem, melhor que ninguém descreveu o gaiola com suas características próprias, suas andanças pelos furos, igarapés e paranás amazônicos, suas peripécias nos altos rios à época dos repiquetes, foi, sem dúvida, Raimundo Moraes, na sua imorredoura Planície Amazônica. São páginas imortais de nossa literatura regional que merecem ser lidas e meditadas.

A miraanga da ponte

Segundo Anísio Mello, em seu Vocabulário Etimológico Tupi do Folclore Amazônico, a palavra Miraanga, ou Miranhanga, significa duende que vagueia pela floresta, como o Mapinguari e o Curupira, e tem dentes salientes como o de um vampiro. Provém do Tupi *mira*, gente, e *anhanga*, alma. Alma de gente. Pois bem, explicado, assim, o significado e a etimologia da palavra Miraanga, passemos à estória ocorrida na heróica cidade de Fonte Boa, que continua lutando, como Leônidas nas Termópilas, contra a própria natureza amazônica, cujas águas, na sua força telúrica, investem contra a intemorata cidade-fortaleza do Solimões, que recua para a floresta mas não se entrega à destruição, continuando teimosamente a sobreviver animada pela inspiração de seus filhos, a formarem uma grandiosa corrente de pensamento positivo pela sua eterna sobrevivência. Estão aí os Lins, os Ferreira Lopes, os Afonsos, os Albuquerque, os Haydens, e tantos outros.

Quando em atividade no Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, tive a oportunidade de trabalhar com um escrivão promovido do interior do Estado – de Fonte Boa – para Manaus. Trata-se do cidadão José Manoel d'Albuquerque, probo, disciplinado, corretíssimo no cumprimento de seus deveres funcionais. Este cidadão contou-me algumas estórias ocorridas na cidade onde trabalhou durante muitos anos como serventuário de justiça.

Havia naquela cidade um cidadão respeitável, a quem ele

chamava de Compadre Lins, chefe do mais importante e numeroso clã do Município, e que, no entanto, como todos os homens de bem, na sua destinação histórica, tinha seus pecadinhos muito naturais, quando se tratava de admirar o belo. Havia também um cidadão que atendia pelo apelido de Cazuzza, um cearense corretíssimo em seus deveres matrimoniais, que, como o Compadre Lins, também pelos mesmos princípios, somava alguns pecados, quando se tratava de admirar o belo sexo. Católico fervoroso, assistia às missas todos os domingos, comun-gava e confessava também, contando ao padre seus pecados mortais, menos um: o de amar clandestinamente.

Conta-se que havia na cidade uma ponte de madeira sobre um igarapé denominado, segundo o Desembargador José de Jesus Ferreira Lopes, de Igarapé do Tanoeiro. O Cazuzza paquerava uma cabocla muito bonita, de nome Raimunda, carinhosamente epitetada de Mundoca. Também o Compadre Lins paquerava a mesma donzela. Acontece que Compadre Lins, soberbo e estúrdio, sabendo que o povo tinha pavor de Miraangas, costumava encontrar-se com Mundoca, às quintas-feiras, alta hora da noite, debaixo da ponte, e para que ninguém o incomodasse, passou a levar para a ponte um lençol branco, que, a partir das onze horas da noite, acionava brandamente. O povo passou então a evitar a ponte, dizendo que estava aparecendo Miraanga. O seu Cazuzza, também paquerador de Mundoca, combinou com ela um encontro debaixo da mesma ponte, onde havia, por antecipação, colocado um belíssimo tupé, para se agasalharem amorosamente. Cazuzza, como bom cearense, andava sempre armado de faca, e na noite do encontro marcado com Mundoca, lá se vai ele, à meia noite, encontrar-se com sua cutuba. Ao aproximar-se da ponte, o Compadre Lins começa a movimentar o lençol, para amedrontar o indiscreto intruso. Em vão! Cazuzza diz de si para si: vou ver de perto essa Miraanga, e cada vez mais se aproxima dela, quanto mais o Compadre Lins aciona o lençol. A um metro de distância Cazuzza diz:

— Vamos justar conta, infame Miraanga!

A Miraanga responde baixinho:

— Deixe a faca, Compadre Cazuzza.

— Quem és tu, Miraanga do inferno?



— Sou eu, seu compadre, deixando-se ver por Cazuzza, que o identifica.

— Que você faz aqui, Compadre Lins?

— Estou à espera de Mundoca, minha cutuba.

— Ah!, compadre, eu também vim encontrar-me com ela. Já deixei até um tupé debaixo da ponte.

— E agora, compadre? – diz Cazuzza.

Compadre Lins observa com sapiência:

— Já que você trouxe até tupé, fique com ela. Amanhã é minha vez.

A festa do Divino

Manoel Lira era um caboclo devoto do Divino Espírito Santo, que residia no Paraná do Pai Tomás, próximo ao Furo do Canaçari, divisa natural entre os Municípios de Silves e Itacoatiara. Manoel Lira promovia, todos os anos, nos dias 4 e 5 de agosto, a tradicional festa do Divino Espírito Santo, que reunia romeiros dos municípios vizinhos: Itacoatiara, Urucurituba, Itapiranga e Urucará. A Casa da Festa, como era chamada pelos locais, era constituída de uma grande ramada, onde os participantes dançavam dois dias seguidos: na véspera e no dia da festa; uma pequena capela, onde no dia da festa havia a reza puxada a capricho pelos “foliões”, e um grande terreiro, em volta do qual se construía muitas casinhas cobertas de palha, para venda de bebidas e guloseimas. No meio do grande terreiro erguia-se imponente, o mastro: um grande esteio, alto, todo enfeitado de folhas de açaí e bacaba, e ornamentado de frutas diversas: bananas, pupunhas, cupuaçu, fruta-pão, cacau, hastes de cana e biscoitos de ovos de tracajás, e encimando o mastro, uma bandeira branca, com a figura do Divino devidamente decorada e uma pombinha sobre a cabeça da imagem.

A festa era precedida de uma viagem da Coroa do Divino, que visitava todo o interior do Município, colhendo donativos dos fiéis. Onde anoitecia, ali o Divino pernoitava, com seus acompanhantes ou “foliões”, como eram chamados. Havia um



responsável pela Coroa do Divino, como Dudu de Matos, Zacarias Pena, Januário Pena, Brígido Alkindar Grana e tantos outros. Ao regressar da viagem, o batelão que conduzia a Coroa do Divino voltava repleto de presentes: galinhas em capoeiras, porcos, tracajás, tartarugas, alqueires de farinha e até dinheiro. Com esses haveres, Manoel Lira fazia a festa.

Uma Semana antes da festa, as ronqueiras se faziam ecoar pelo Paraná do Pai Tomás e adjacências. O eco das ronqueiras era ouvido muito longe, e todos os habitantes da redondeza – moças e rapazes – se assanhavam para participar da grande festa.

A mulher de Manoel Lira, dona Horminda, era uma cabocla baixota, de andar miúdo, muito ativa e gentil. Tomava, com o marido, todas as providências para que todos que comparecessem à festa se divertissem à vontade, com respeito, fartura e ordem. Mandava tirar lenha à farta e encher vários potes d'água, forno de barro para assar porcos e galinhas; muitos alguidares e panelas de barro para fazer a comida.

Na véspera da festa a casa do Lira ficava apinhada de gente, disposta a se divertir. Muitos regatões e lanchas a motor chegavam ao porto da casa: eram regatões ou lanchas do Sarubi, do “Biba-ré”, ou Manoel Esteves do Rosário, do Joaquim Venâncio, do Antenor Melo, em seu “Bom Socorro”, do Indalício Marques, do Adegas e de outros comerciantes.

Os tocadores adredemente convidados eram: Luiz Calheiros Gama e seu irmão Alípio Gama, exímios tocadores de violino; Domingos Pampolha Pinto e Moisés Alves, inimitáveis no violão; Roldão Alves, “expert” do saxofone; Bico Jacaré e o famoso flautista Raimundo Menezes, da Costa do Rebojão.

Às dez da noite começava a dança. Era interessante ver as damas, como se apresentavam bem vestidas e perfumadas. Os cavalheiros impecáveis em seus paletós e gravatas. De Itacoatiara vinha muita gente de bem: Adamastor Onety, Joca Vital, o Auzier, o Joaquim Miséria do Furo do Carão, o Assis Peixoto, o Floro Mendonça, o Gonela, e tantos outros. Quando Luiz Gama começava a tocar sua famosa rabeça, acompanhado de Mingos, Roldão e Moisés Alves, não havia cristão que ficasse sentado: todos queriam e iam dançar. A festa animadíssima con-

tinuava até o dia seguinte, inclusive com a famosa “quadrilha”, marcada por Joaquim Vilaça ou Joaquim Venâncio. Nove horas da manhã acontecia a derrubação do mastro. Era um alvoroço infernal. Aquele que apanhasse a bandeirinha branca com a imagem do Divino, esse seria o responsável pela festa, no ano seguinte.

No dia da festa, ao meio-dia, havia o almoço dos inocentes, seguindo-se o dos adultos. Todos comiam a valer. Havia também muitos foliões caídos pelo terreiro, embriagados. Outros procuravam a sombra dos cacauzeiros para dormir. Na segunda noite, a festa continuava, mas, pela madrugada os foliões começavam a debandar, até que a festa terminava totalmente, já no terceiro dia.

Quando ginasião tive oportunidade de participar de uma dessas festas do Divino em casa do Lira. Quando, em companhia de meu pai, voltava para a casa de meu avô Francisco Grana, ao passar pela casa de um preto velho conhecido por Mestre Tomás, que se encontrava à porta de sua casa sentado num banco, meu pai lhe perguntou:

— Mestre Tomás, você não foi à festa do Lira?

A que Mestre Tomás respondeu:

— Não, professor, porque preto quando vai à festa é o primeiro convidado a carregar água e rachar lenha, o primeiro que apanha e o último que come. Por isso, prefiro ficar em casa — e arrematou: — “Boa romaria faz quem em sua casa fica em paz.”

O fracasso de um aprendiz de pajé

Felismino Borrvalho era o nome do Pajé. Habitava uma modesta casa de palha branca, no igarapé do Murucutu, à margem esquerda do Rio Urubu. A casa em que Mestre Felismino morava com sua mulher e filhos, de chão batido, era nada mais nada menos que um grande quarto, com um esteio de Itaúba ao meio e outros nos cantos, para onde irradiavam as redes na hora de dormir. A mulher do Mestre Felismino, dona Frutuosa, era magérrima, com aspecto de tísica, mas não era doente, apenas saíca. Ela o ajudava nos “mistérios” da pajelança. Nos seus “trabalhos” Mestre Felismino invocava o espírito protetor da cobra-grande da ilha do Mujuí, localizada no grande lago Canaçari, onde se diz existir um poço-perau, que mesmo nas grandes vazantes tem profundidade descomunal. Ali, dizem, habita a cobra-grande, que nas noites escuras e tempestuosas, sai de seu esconderijo e se transforma em navio feericamente iluminado, a navegar tranqüila no grande lago, apavorando os supersticiosos habitantes das margens e pondo em perigo as embarcações de navegantes solitários ou de pescadores notívagos.

Mestre Felismino em sua pajelança curava tudo: espinhela caída, reumatismo, sezão, catapora, ferida braba, picada de cobra e de arraia, dor de dentes e outras mazelas. Para curar seus doentes, Mestre Felismino usava de um cigarro enrolado em folha de tauari, e depois de aceso, convergia a ponta em brasa

para dentro de sua boca e fumaçava a cesura ou a cabeça do paciente, repetidas vezes, deixando-o meio embriagado e envolto numa pequena nuvem diáfana de fumaça. Nessa ocasião invocava o espírito da cobra-grande da ilha do Mujuí, com esta canção lúgubre:

— *É...é...é...marari...merendu... de canhân...nnn...a; É...é...
é... marari merendu de canhã...nn...naaa.*

Chamada a que dona Futuca – apelido carinhoso de dona Frutuosa – respondia do fundo de uma rede armada próxima ao lugar da sessão:

— Marari e cana-rãã... na...vem acudir nesta chu-
pannn...na....

Enquanto cantavam, invocando a cobra-grande, Mestre Felismino sacudia um maracá feito de cuia-do-igapó, recheado de grãos de tento, e que lhe dava um chocalhar de cascavel, advertindo para o bote fatal. Depois, estremeçia e caía no chão, todo gosmento, sendo levantado pelos presentes e falando diferente, com voz do espírito da cobra-grande, passando, então, a receitar os pacientes, muitos dos quais, pelo poder da fé, ficavam curados definitivamente.

O Coronel Manoel Antonio Garcia, chefe político de Silves, não dava crédito à palejança do Mestre Felismino. Aconteceu que certa vez sua filha Arabela foi acometida de uma forte dor-de-dente, que não passava, não obstante os remédios feitos por sua mãe, dona Maroca. Esta sugeriu ao marido:

— Manduca, manda buscar o Mestre Felismino para curar a Beló?

Pedido a que o Coronel Manduca aquiesceu prontamente. Mandou chamar o Mestre Felismino, que imediatamente se fez presente. Disseram-lhe a doença de Arabela, e o Pajé, depois de examiná-la atentamente, receitou: bochechada de goma com suco de casca de limão-rana. Foi pá, terra. No dia seguinte, o abscesso do dente de Arabela havia furado e a dor-de-dente passou. Mestre Felismino ganhou fama oficial e foi agraciado com uma ordem do Coronel, para exercer sua pajelança até o fim de seus dias.

A notícia chegou a Itacoatiara, onde um filho da terra, que

à época era estudante dos mais estúrdios, resolveu ir a Silves fazer um aprendizado de pajelança com Mestre Felismino. Veio de lá muito pávulo, havendo aprendido os “mistérios do ofício” de pajé. Armou sua tenda no Igarapé do Aningal do Jauari, próxima a uma grande e vetusta sumaumeira, dotada de gigantescas sapopemas. Esse estudante que atendia pelo apelido de “Tim-Tim”, começou a anunciar seus feitos milagrosos, e a freguesia começou a procurá-lo. Fazia as defumações, as rezas, batia maracá e ia ganhando seus tostões. Certa vez apareceram ao mesmo tempo dois clientes: um caboclo atacado de polinevrite nas pernas, que o impedia de andar normalmente; só podendo fazê-lo de muletas. Era o Aristides, juteiro do Lago do Arari. Outro era o João, filho de um fazendeiro do Furo do Tauató. Era fanhoso, pois tinha os lábios leporinos. Mestre Tim-Tim lhes disse peremptoriamente, depois de examiná-los cuidadosamente:

— Vou curá-los! Vão para junto daquela sapopema, que vou fazer minhas orações, defumá-los e invocar meu espírito protetor, e quando disser: “Aristides, ande!” você virá andando até mim. E quando eu disser: “João, fale!” você falará normalmente, João.

E os dois clientes foram para o lugar indicado. Mestre Tim-Tim fez a defumação no rumo dos dois clientes, bateu o maracá e invocou o espírito da cobra-grande e disse:

— Aristides, anda!...

Silêncio. Repetiu:

— João, fale!

João respondeu fanhosamente:

— Aristides aaa...iu...u...u.

Buá – o tirador de ovos

A caça indiscriminada aos quelônios na Amazônia tem suscitado veementes protestos tanto das autoridades constituídas como também de pessoas responsáveis, inclusive de intelectuais. Anthístenes Pinto escreveu, com oportunidade, *Quelônios do Carabinani*, um belo livro de crônicas. Mas, com justiça, quem deu enfoque específico ao assunto, foi, sem dúvida, Sebastião A. Ferrarini, em sua excelente monografia intitulada *Quelônios – Animais em Extinção*, publicada em 1980. Ali encontramos o nome científico da Tartaruga: *Podocnemis expansa*; do Tracajá: *Podocnemis unifilis*; do Iaçá ou Pitiú: *Podocnemis sextuberculata*. Ative-me apenas a estes três quelônios mais comuns e mais perseguidos no Amazonas, deixando de lado os nomes científicos do Cabeçudo, do Mussuã, da Irapuca, do Jabuti e do Matamatá, por serem mais raros e menos perseguidos, porque também vasqueiros e menos saborosos.

Em passado não muito distante, o Município de Silves ofereceu logradouros exuberantes para a produção de quelônios. Ainda me recordo de que, quando menino, o velho André Farias saía pela manhã em sua famosa canoa “Samatiã”, levando apenas jaticá, camuri ou linha comprida, arco e flecha, e voltava ao anoitecer com a montaria repleta de tartarugas, capitaris e iaçás para encher sua farta despensa, recebido no pedregulho do porto de sua casa por seus filhos Osvaldo, Dária e Américo, e

por sua inefável esposa, dona Maria José, católica fervorosa, que com suas orações a Santa Bárbara, tinha o condão de desviar os temporais que se dirigiam para a cidade.

Mas a caça indiscriminada aos quelônios continuou, bem assim aos seus ovos. Lagos famosos como Marupá, Canaçari, Redondo, Taxi, Bibiari, Curuçamiri, Araçatuba, Romão, Medonho, Curuçá-açu, Curara e outros, são logradouros preferidos pelos quelônios para morada e desova na época apropriada, isto é, nos meses de setembro e outubro. Os tracajás preferem não somente as beiradas barrentas, como os igapós, as queimadas e as praias alvas das margens do Urubu, nas regiões do Sanabani, Atapani, Umirituba, Murucutu, e igarapés mais distantes como de Ponta Grossa e Enseada.

Ocorre que para tirar os ovos dos tracajás e iaçás, faz-se necessário identificar os locais da desova, não somente através das pegadas ou rastros dos quelônios, como também observar os disfarces que fazem para esconder os ovos, principalmente nas praias, igapós e queimadas.

Há caboclos altamente experimentados nesse mister. Conheci muitos deles, como Estefânio, Nhamundá, Aurora, Caxilé, Chico Beka, Angélico Neves, o famoso “Poronga”, Zé Taquari e mais recentemente Edgar, Domingos e Machado, verdadeiros Jacruarus, os quais, onde põem os “azuis”, aí termina a ninhada dos tracajás, das tartarugas, das iaçás.

Acontece, porém, que o mais famoso tirador de ovos da localidade foi, sem dúvida, o Boaventura Libório, na intimidade conhecido pelo epíteto de Buá, falecido no ano passado. Buá era um caboclo esperto, sagaz, irônico, e que pelas suas características poderíamos classificá-lo de estúrdio. Bom pai de família, trabalhador, nos meses de setembro e outubro costumava madrugar para tirar ovos de quelônios nas praias, e o fazia sempre aos primeiros cantos do aranquã ou da plangente saracura. Conta-se que certo dia de setembro as praias alvas do Urubu o desafiavam para madrugar e tirar ovos dos tracajás e iaçás, que se prenunciava haverem desovado à noite, favorecidos por um temporal que caiu ao anoitecer, com trovões que ecoaram longínquos. Quatro horas da manhã, Buá apanha sua montaria

e se dirige a uma bela praia. Em ali chegando, poronga à cabeça, verificou que um caboclo já o havia antecedido na tiragem dos ovos, deixando rastros e covas vazias. Buá quando voltava à sua montaria para explorar outra praia mais adiante, vê que passa ao largo uma canoa com seis caboclas de vestidos bizarros, de coloridos diferentes: verdes, vermelhos, amarelos, todas suas conhecidas e que o saúdam nestes termos:

— Ei, seu Buá, cadê os ovos?

A que Buá responde:

— Que ovos que nada. Aqui tudo já como vocês!

Uma das tripulantes pergunta:

— Como jantão, seu Buá?

A que Buá, com a ironia que o caracterizava, responde sorridente:

— Só já buraco...

Todas sorriem, e remando apressadas, a canoa que tripulam deixa sobre as águas umas trilhas de espumas flutuantes.

Chico Padre

A igreja de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Silves, guarda em seu corpo os restos mortais do Padre Daniel Marques D'Oliveira, pároco daquela Cidade e que foi Deputado Estadual no Amazonas, em cuja atividade legislativa, segundo pesquisa publicada pelo inefável escritor Genesino Braga, foi o autor da lei que concedeu os primeiros recursos financeiros para a construção da igreja de São Sebastião, desta Capital.

Acontece que o Padre Daniel não fora sacerdote casto, até certo tempo, como foi o Padre Antonio de Moraes, figura central do romance *O Missionário*, de Inglês de Sousa, o qual, afinal, apaixonara-se por Clarinha, vindo, finalmente, fazer amor com ela *sobre o tapete de folhas úmidas do orvalho, dourado pelo sol*, num cacaual na velha Mundurucânia. Ao contrário dele, Padre Daniel parecia-se com o Padre José, que antecederia ao Padre Antonio de Moraes, na mesma paróquia de Silves e que, segundo ainda Inglês de Sousa, *era um pândego: que passava meses nos lagos, tocando violão e namorando as mulatas e as caboclas dos arredores...*

Em que pese o grandioso trabalho missionário desempenhado por Padre Daniel à comunidade silvense, o certo é que prevaricou no cumprimento dos deveres sacerdotais, no que tange ao celibato e à castidade, por isso que deixou alguns filhos havidos com as caboclas saracaenses, dentre eles, Francisco Ferreira Neves, mais conhecido por Chico Padre, sobre quem

iremos transmitir algumas estórias, que, à moda folclórica, correm de boca em boca.

Chico Padre era comerciante, estabelecido no lugar denominado Conceição, situado num igarapé à margem direita do Rio Urubu, atrás da cidade de Silves. Costumava regatear em todo o Município, praticando o escambo, forma primitiva do comércio local: comprava castanha, pirarucu, couros e peles, madeiras, farinhas, balata, óleo de copaíba e de andiroba, breu, cacau, enfim, os produtos agrícolas e extraídos das matas, e os trocava por mercadorias como fazenda, cachaça, sabão, café, arroz, açúcar, querosene etc. Seu regatão, puxado a faia, tinha tolda dupla: uma atrás e outra na frente. Na de trás estavam os armarinhos, as prateleiras sortidas e a cama de Chico Padre. Era um caboclo bem apessoado e metido a conquistador. Gostava que exaltassem suas aventuras amorosas, e isso muito o empabulava e o tornava dócil e acessível mesmo aos fregueses mais recalcitrantes no pagamento de suas dívidas.

Havia em Silves, residente no bairro de Mucajatuba, um dos tipos mais estúrdios que ali pontificara: Angélico Neves, que atendia pelo apelido de Poronga. Inteligente, sagacíssimo, cordial e afável, sabendo que Chico Padre gostava que gabassem suas aventuras amorosas, aproveitava-se da fraqueza do comerciante para conquistar-lhe a simpatia, embora seu nome constasse da lista negra de Chico Padre, porque mau pagador.

Aos domingos, o regatão de Chico Padre estacionava no porto de sua casa comercial, em Conceição. Desde cedo a freguesia começava a chegar para fazer compras e bebericar. As montarias se aproximavam, uma a uma, e o regatão ficava rodeado de canoas. Raimundo Tapiú era o caixeiro de Chico Padre, isto é, a pessoa que atendia a freguesia, enquanto Chico Padre, embalava-se numa rede sob o toldo do regatão, refrescado pela brisa agreste que vinha das matas do Sanabani. A freguesia começava a contar estórias e a bebericar. No meio do regatão, sobre um banco largo de itaúba, um garrafão de cachaça estava disponível para atender aos fregueses.

Onze horas da manhã desponta, ao longe, uma canoa com um só tripulante, que se aproximava do regatão. Pelo tipo de

remada cadenciada, Tapiú identificou o tripulante, dizendo:

— Seu Chico, lá vem o Poronga!

Chico Padre contrariou-se e disse logo:

— Seu Tapiú, esse miserável não leva um tostão fiado! Veja bem, não se vende fiado ao Poronga! Ele não paga as contas, é um refinado caloteiro!...

Aproxima-se a montaria. Era mesmo o Poronga, que amarrara a canoa ao regatão e saúda os presentes:

— Bom dia a todos!

A que os presentes respondem com alegria e um sorriso sarcástico nos lábios.

Dirige-se ao Chico Padre e o saúda assim:

— Bom dia, seu Padre!

A que Chico Padre responde com a cara fechada de mau humor:

— Bom dia, seu Poronga.

Poronga não se perturba. Puxa do bolso da calça uma moeda de um cruzado e pede:

— Seu Tapiú, dê-me duzentos réis de cachaça, um mata-bicho bem dosado!

Tapiú o atendeu prontamente. Poronga, num gesto de elegância, oferece aos presentes, que agradecem, e gentilmente vira-se para Chico Padre e lhe oferece a pinga, e tem resposta negativa de aceitação. Depois de ingerir a bebida, de um só trago, Poronga dá uma cuspalhada para dentro d'água, conserta a garganta e virando-se para o Chico Padre, que continuava a embalar-se na rede, diz:

— Ah!, meus amigos, se aquela rede falasse certamente contaria as grandes aventuras amorosas do Padre. Quantas caboclas ele já deve ter amassado no fundo dessa rede ou sobre as tábuas do soalho. A fama do Chico Padre vai longe, minha gente! Dizem que no Paraná da Boa Esperança, na Costa do Rebojão, na Costa do Cucuiari e no Paraná do Pai Tomás, em cada um desses lugares ele tem duas ou três fêmeas à espera dele. Basta o regatão dele buzinar, que elas já vêm correndo para o barranco, esperá-lo! É um felizardo! É o homem que tem mais cutubas nestas paragens!

Chico Padre ri e diz:

— Deixa disso, Poronga, sabes que não sou tão marupiar para as garotas, não é?

Poronga continua:

— É, pessoal, a continuar assim, daqui a alguns anos em cada um desses pontos referidos vão construir uma capelinha para os filhos do Chico Padre.

Os fregueses riam a valer, enquanto Chico Padre ficava cada vez mais vaidoso e regozijado com os elogios que Poronga fazia de sua macheza.

Poronga pede mais duzentos réis de cachaça e Tapiú o serve. Ele oferece a Chico Padre, que aceita e bebe a cachaça toda. Chico Padre passa a contar, ele mesmo, as suas aventuras de amor, e, daí a momentos, é o próprio Chico Padre quem oferece a bebida a Poronga, bem à farta, e lá pelas quatro da tarde, Chico Padre já está meio bêbado, eufórico, palrador, coração mole, de que se aproveita Poronga para dar o golpe fatal, dizendo:

— Seu Padre, quero fazer um ranchinho para a família, posso?

Chico Padre ordena:

— Seu Tapiú, atenda o Poronga no que ele quiser.

Poronga faz a lista das mercadorias de que precisa: sabão, cachaça, arroz, querosene, tabaco, papelinho “zig-zag”, tauari, isqueiro, anzóis ingleses, linha para arpoeira, dois pares de tamanco, duas redes, uma saca de sal, um alqueire de farinha. Coloca tudo na Cornicha, sua canoa, e cobre a mercadoria com uma japá. Bebe mais alguns goles e se despede dos presentes, e especialmente de Chico Padre:

— Bem, seu Padre, até o próximo domingo, Deus o proteja!

Chico Padre diz:

— Amém!

E já embriagado, volta à rede a delirar, vivendo as emoções amorosas postas em destaque por Poronga e fazendo planos para novas aventuras, enquanto Poronga, distanciando-se do regatão, deixa mais um fiado a fundo perdido, no alegre regatão do Chico Padre.

As estúrdias do Gaivota

A Costa do Rebojão é um logradouro limite do município de Silves com a margem esquerda do rio Amazonas. Ali existiu um furo denominado Furo do Rebojão, conservado durante muitos anos pelo Coronel Manoel Antonio, chefe político do Município, que mandava limpar anualmente, à época da vazante, retirando-lhe os matupás e troncos de árvores, desobstruindo-o completamente, a fim de que desse passagem durante o ano inteiro para o grande lago Canaçari, encurtando, assim, em quatro horas, a navegação a motor para a capital Silvense. Na Costa do Rebojão moram famílias de agricultores e pescadores, como João Ehm, Joaquim Reis, mais conhecido por “Joaquim Paxiúba”, Domingos Pampolha Pinto, o “Minguinho”, exímio tocador de violão, Raimundo Menezes, famoso clarinetista, Bico Jacaré, esperto tocador de rabeça, além de Manoel Grana, mais conhecido por “Concho”, e o cidadão Romualdo Terço, casado com uma cabocla sagacíssima e trabalhadora de nome Sinforosa. O casal Terço tinha muitos filhos, e dentre eles uma cabocla bonita e muito namoradeira, que atendia pelo apelido de Tapuia. Numa festa em casa de “Joaquim Paxiúba”, um caboclo metido a bonito e muito pávulo morador também da localidade que atendia pelo apelido de “Gaivota”, enamorou-se da filha do velho Terço. Depois passaram a encontrar-se clandestinamente. Os mexericos começaram a espalhar-se pelas redondezas; os cochichos domi-

navam as conversas entre as linguarudas, recriminando os encontros ocultos de Tapuia e Gaivota. Só quem não sabia do namoro eram os familiares de Tapuia. Acontecia que à hora do jantar, sempre ao anoitecer, quando todos estavam à mesa, ouviam-se três pancadas curtas e três longas na sapopema de uma grande samaumeira existente na beira do lago do Curuçá-miri, nos fundos da casa de Romualdo Terço. Bastava Tapuia ouvir os baques na sapopema para dizer a sua mãe, dona Sinforosa:

— Mãe vou fazer uma “precisão”.

Isto é, ia satisfazer necessidades fisiológicas numa sentina distante da casa. Isso acontecia sempre às terças e sextas-feiras. Ocorre que um dos irmãos de Tapuia observou que tão pronto escutava as batidas na sapopema, Tapuia desaparecia. Resolveu ele seguir a irmã, numa dessas saídas, passando a observá-la à distância, e, de longe, constatou o encontro da irmã com Gaivota. Na sexta-feira seguinte, inventou ele uma pescaria, e armado de arco e flecha, foi ter ao costumeiro local de encontro de Gaivota e Tapuia. Trepou numa árvore bem próxima, armou um muitá e ali ficou à espera do casal de namorados. Por volta das seis horas da tarde chega Gaivota. Amarra a montaria a uma touceira de juquiri e sai à terra com um bocó, no qual trazia óleo de mutamba, um vidro de loção “Royal Briar”, uma lata de brilhantina “Brasileira”, espelho, pente e um cigarro de tauari com dirijo, que costumava fumar para resistir às ferroadas de “moscade-boi”, quando a espera de pirarucus. Gaivota tira a blusa, salpica “Royal-Briar” nos sovacos, coloca brilhantina nos cabelos e se penteia; acende o cigarro de dirijo e toma uma cenca de xexuá, que comprara do Sr. Arnóbio, em sua última estada em Itacoatiara, por isso que Arnóbio lhe recomendara a bebida como o especial estimulante erótico, dizendo-lhe, para causar efeito e garantir a eficácia, que essa era a bebida predileta do famoso advogado Dr. Mendonça Júnior. Preparado assim para o encontro amoroso, chega Tapuia, que ao ver o amante, abraça-o e beija-o calorosamente, deitando-se logo sobre uma japá macio, que Gaivota trouxera de sua montaria, coberta por uma luxuosa panacarica. Quando Tapuia deita, já despida e pronta para ser consumida pelo estúrdio namorado, ao olhar para cima,

depois de dar um suspiro forte, abraçada amorosamente por Gaivota, vê seu irmão trepado no muitá próximo, apontando-lhe a taquara com o arco retesado. Tapuia dá um salto violento, safando-se de Gaivota e desaparecendo no igapó. Gaivota levanta, assustado e ainda com o membro ereto como uma haste de muiratinga, sem atinar para os motivos da fuga repentina de sua cutuba. Olha para os lados, observando o ambiente, e quando levanta a vista, depara com o irmão de Tapuia, trepado no muitá, que lhe diz enraivecido:

— Te peguei, filho da puta: Agora vou te varar com esta flecha!

Gaivota, de mãos postas, suplica:

— Não faça isso, seu mano, eu caso com Tapuia! Prometo!...

No dia seguinte, Tapuia e Gaivota, acompanhados de seus familiares, dirigiram-se para a sede municipal, onde, diante do Juiz, casam-se, legalizando, assim, seus encontros amorosos.

O macacão da Intendência e outras visagens

O caboclo amazonense é, por natureza, extremamente supersticioso, devendo-se esse fato, possivelmente, à sua origem de mesclamento indígena. Habitando quase sempre estreita faixa de terra entre o rio e a floresta – a várzea –, o caboclo amazonense vive sob o impacto de verdadeiro terror cósmico. Daí, certamente, ser ele um ente assombrado, amedrontado pelas feras que o rodeiam. Do lado do rio, os jacarés, as sucuris, as piranhas vampirescas, as arraias, os botos-vermelhos, os poraquês, as piraíbas, os candirus; da floresta, as onças de todos os matizes, pintadas ou não, os queixadas, as cobras venenosas como a papagaio, a coral, a jararaca, a surucucu, a cascavel e tantas outras. O urro da onça, o assobio ou silvo das serpentes, o bufar do boto, o saltar da piraíba e o ranger das queixadas, são indicadores de ameaça, de perigo, de assombração, de terror. Os habitantes de Silves, em sua grande porção, não poderiam fugir à sua origem autóctone. Daí haverem sido eles, no passado, extremamente supersticiosos, salvante ponderáveis exceções, que, com mentes arejadas sempre se posicionaram em plano elevado, com sua ótica ambiental de cima para baixo, a discernir entre o real e o imaginário.

Silves, um dos primeiros núcleos da colonização portuguesa no vale amazônico, já em junho de 1823, através de sua população, jurava obediência à Constituição Política Portuguesa. A essa época deveria existir o prédio onde funcionava a Intendên-

cia Municipal, construída de pedras e que, pelo abandono e decadência da cidade, ficou apenas como marco do apogeu do passado. Com a mudança da sede municipal para Itapiranga, Silves ficou verdadeira tapera. O velho prédio denominado Intendência Velha, cheio de mato destelhado, tinha apenas as paredes e janelas em pé. Dizia-se, então, que ali, à noite, costumava aparecer um grande macaco preto, olhos cor de fogo e dentuça branca, a pular de janela em janela. O povo temia passar à noite em frente à Intendência Velha. Aconteceu que certa vez, quando menino, o advogado Manoel Felipe de Leiros Garcia estava brincando numa burrica existente na grande praia da frente onde a gurizada se divertia nas noites de luar, rodopiando nela e, quando voltava para casa, ao passar em frente à Intendência Velha, fechou os olhos para não ver o macacão e deu uma carreira a fim de passar logo do local da assombração. Ocorreu que um jumento da velha Maroca passava na ocasião em frente ao jovem Manoelito, como era cognominado, o qual deu com a cabeça na barriga do burro, que também amedrontado, desferiu um coice, que passou raspando o queixo do supersticioso. Ao bater com a cabeça na barriga do burro, Manoelito gritou:

— Acudam-me, o macacão me pegou!

Vários moradores acudiram Manoelito e viram que o pobre burro, gemendo, corria do local, enquanto Manoelito era socorrido com sal e água na moleira.

Conta-se também que uma porca braba costumava sair do mato e atacar os transeuntes, principalmente no bairro denominado Rabo da Onça, onde moravam, dentre outros, o Chico Beka e um ferreiro feioso, de cabelos encaracolados e encarquilhado apelidado de Perico. Certa noite apareceu em Silves um caboclo metido a valente e que atendia pelo nome de Tapará, avisando que iria enfrentar a porca braba, dando-lhe uma pisa com cacete de paracuúba e folhas de pião, para desencantá-la. De fato, nessa noite de uma sexta-feira, Tapará ficou à espera da porca braba, que não demorou a atacá-lo. Tapará puxa do cacete e passa a espancar a porca, que depois de muito apanhar, levanta-se já em figura de homem e diz:

— Não me bata mais, basta!

Quando Tapará viu, era o Perico, todo batido e ofegante.
Diz Tapará:

— Ah! seu Perico, você que é a porca braba?.

— Sim, seu Tapará, foi feitiço que o pajé Mestre Felismino Borrvalho jogou em mim.

E assim foi descoberta a assombração da porca braba.

Comentava-se também que no pedregulho do porto da casa da dona Maria José aparecia um cavalo, que saía d'água à noite e passava pela beira do rio, rinchando. Dizia-se que era um Cavalo Marinho ou uma Tapiraiauara. Essa visagem existiu por muito tempo, e o próprio tempo encarregou-se de levá-la ao esquecimento.

Dizia-se ainda que um pé grande costumava assombrar a cidade. Na semana santa, principalmente nas noites de quinta e sexta-feira, o pé grande aparecia. Eram baques que estrondavam longe e lúgubres, vindo sempre do cemitério para o centro da cidade. Descobriu-se, depois, que o Oswaldo Farias é que fazia o papel de pé grande, dando baques na terra com um peso de 20 quilos, que herdara de seu pai, o Coronel André Cursino de Farias.

Em defesa de um topônimo urbano

Há muitos anos a edilidade amazonense, inspirada, certamente, por sentimento nativista e puramente glebário, decidiu denominar várias ruas e avenidas de nossa urbe com nomes de municípios amazonenses, numa homenagem das mais justas e plausíveis. Assim é que passaram a existir as ruas Urucará, Itacoatiara, Parintins, Manicoré, Borba, Barcelos, Humaitá, Waupés, Ipixuna e as avenidas Tefé e Silves.

Acontece que após a implantação do regime revolucionário, a partir de 31 de março de 1964, a mesma edilidade no ardente desejo de homenagear um dos Presidentes Revolucionários, no caso o Presidente Costa e Silva, escolheu a Avenida Silves para ser sacrificada, para mudar-lhe o nome, substituindo-o pelo do Presidente em referência, em verdadeiro holocausto à tradição toponímica urbana, para tristeza e menosprezo dos filhos de Silves aqui radicados.

Entendemos que o Presidente que cedeu seu nome à toponímia urbana manauense merecia, pela projeção do cargo que exercia, uma avenida de maior projeção, como p.ex. a Avenida do Contorno, mais ampla, mais abrangente. Mas a idéia da edilidade em sacrificar a Avenida Silves, não obstante haverem mudado as placas de denominação, nem por isso conseguiu superar a tradição, e tanto isto é certo que até hoje, decorridos já vários anos da mudança toponímica, os ônibus continuam a trafegar naquela artéria com placas indicativas do

primitivo nome – Avenida Silves. Assim vemos: linha “Japiim – Silves”, e outras invocando-lhe a primitiva denominação.

Mas à época em que a edilidade resolveu denominar de Avenida Silves uma das artérias suburbanas de Manaus, havia uma inspiração histórica, uma homenagem à tradição de um dos primeiros aglomerados humanos nas paragens amazônicas, que merece ser recordado.

Ao retornar de Quito o audaz sertanista Pedro Teixeira traz consigo os primeiros mercedários, solicitados para a fundação de um convento em Belém. Dentre eles, Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, que em 1663 fundou a aldeia do Sacará, um dos primeiros núcleos da colonização portuguesa no Amazonas. Em 1759 o governador de então, Joaquim de Melo e Póvoas, elevou a Missão do Sacará à categoria de Vila, alusitanando-lhe o nome para Silves. Em 1853, com a execução do Código de Processo Criminal, tiraram-lhe a categoria de Vila reduzindo-a a simples Freguesia. Mas na administração do Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, foi-lhe restituído o antigo topônimo – Silves – e reconduzida a povoação à categoria de Vila, pela Resolução nº 4, de 21 de outubro de 1852. Desde então Silves vem partilhando do processo político do Estado, tendo sido sua Câmara Municipal a primeira a movimentar-se em histórico memorial endereçado a D. João VI, solicitando a elevação da Capitania do Amazonas à categoria de Província, o que veio apressar a promulgação da Lei nº 592, de 5 de setembro de 1850, que concedeu a independência do Amazonas, terminando sua sujeição ao Pará.

Mas Silves há contribuído, também, para o progresso de Manaus, com a força de trabalho de seus filhos aqui radicados. Estão aí o advogado Perseverando Garcia, que exerceu, inclusive, o governo do Estado; o facultativo Dr. Manoel Antonio Garcia Gomes, o Dr. Agobar Garcia, destacado membro da Associação Comercial; o Major Orlando Garcia, atualmente servindo na Portobrás; o ativo advogado Manuel Felipe de Leiros Garcia; as professoras Graziela e Euclídia Grana Ehm; o cronista social Raimundo Nonato Garcia Filho (Nogar); o médico Dr. Ivan Souza; o jornalista Bianor Garcia e tantos

outros, no exercício das mais diversas profissões.

E os filhos de Silves, dos mais diversos clãs: Garcia, Almeida, Neves, Farias, Batista, Grana, Teixeira, Pena, Vilaça, conclamam os edis de Manaus e o seu ilustre Prefeito para que, num ato de justiça, restabeleçam o nome primitivo da atual Avenida Costa e Silva, transferindo o nome do ex-Presidente para uma artéria urbana digna de nome presidencial.

Sapotizeiro mutilado

Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro.

Rui Barbosa

Lembro-me ainda – e com que saudade! – de meu despertar matinal do casarão vetusto da minha querida Silves, sob o pipilar constante e encantador da passarinhada alegre nos galhos seguros do meu velho sapotizeiro.

Olhando-o diariamente, folhas verdes, galhos recurvados ao peso de seus saborosos frutos, alguns rêmiges apontando para o além em busca de força heliotrópica – eis minha árvore querida, que passei a amar desde os dias mais felizes de minha meninice.

Durante toda minha vida de estudante, na minha mocidade e agora na maturidade, todo esse tempo – quanto tempo! – minha árvore amiga a dar-me seus frutos de mel.

No ano passado, trazendo de Silves alguns de seus frutos, resolvi plantar algumas sementes, amarelas como topázio, no quintal de minha casa. Dias depois o rebento nasceu, ou melhor, os rebentos nasceram. Escolhi a arvorezinha mais viva, mais



Edenberg Jr.
1986

vigorosa e transplantei-a no local que julguei ideal para, na minha velhice, escutar o pipilar assanhado e musicado da passarinhada alegre, a que me habituei a ouvir desde criança.

E a arvorezinha crescia. Toda manhã eu a olhava e parece que já nos compreendíamos. Ela sorria para mim e me acenava com seus galhinhos que começavam a brotar, como mãos de anjo, do tronco-mãe. Outros caules rebentavam aqui e ali e cuidadosamente eu os contemplava, ajuizando o que seriam no futuro, e já começava a aguçar o ouvido para receber a sonora e inebriante voz dos pássaros.

Ontem mandei limpar o quintal de minha casa por um jardineiro palaciano. Estava certo de que minha arvorezinha continuaria a crescer para o futuro, guiada pelo mesmo pensamento de Rui sobre o carva-lho: *para a felicidade dos meus descendentes, para o benefício do gênero humano...*

Hoje pela manhã, quando abri a janela de meu quarto a fim de rever e cumprimentar minha encantadora arvorezinha, no local onde ela se erguia, cheia de vida e esperanças, só restava uma cova semi-aberta e algumas minhocas circundavam ao redor, como espontâneas carpideiras, na aflição do arboricídio imperdoável.

A tristeza invadiu-me a alma. Um vegetalzinho foi mutilado – meu sapatizeiro! – e senti no fundo do coração uma pontada aguda do dardo da saudade, e lágrimas em abundância umedeceram-me os olhos...

O nosso velho Gymnasio

Domingo passado fiquei algum tempo observando o prédio do nosso velho *Gymnasio Amazonense Pedro II*, venerável monumento arquitetônico da Avenida 7 de Setembro, onde fiz o curso ginásial. Corroído pela ação deletéria do tempo, com acentuados ares de abandono, grades circundantes quebradas e até um pé de apuzeiro nascente em uma de suas paredes verifiquei, há algum tempo atrás, e fiquei parado, estático, passando a recordar principalmente o ano de 1936, quando era secundarista, e o Gymnasio tinha a dirigi-lo a figura nunca esquecida de mestre e amigo: o Professor Carlos Mesquita, que nesse ano promoveu uma festa maravilhosa comemorativa do cinquentenário de sua fundação. Evoquei, então, meus colegas do 2º ano ginásial, com os quais mantinha maior ligação de companheirismo e estudos: Alípio Meninéia Netto, Antero Riça, Adiles e Laís Galvão Bivar, Asdrúbal Pedrosa de Oliveira, Carlos Lopes Rodrigues, Cláudio Coelho, Friné Benayon, Guilherme dos Santos Ferreira, Graciliano Muniz, Hugo Garcia, José Bezerra, Lúcio Cavalcante, Manoel de Leiros Garcia, José Alonso, Mário Fernandes da Costa (o Mário Broa), Moisés Benarrós Israel, Murilo Gama Rodrigues, Rodolfo Guimarães Vale e Yolanda Pinto. Recordei nossas equipes desportivas de futebol e basquete, aguerridas e sempre triunfantes. No futebol pontificavam: Yano Monteiro, goleiro já famoso, seguido de José Bezerra, Manoelito, Hugo, Cláudio

Coelho, Zé Bento e sobretudo René Monteiro e Minos Azevedo, famosos goleadores da época. No basquete brilhavam Clovis e Clodomir Coelho, Jurandir Costa (o Bacurau), Silvio Tapajós, Paulo Saldanha e muitos outros. Recordei a rivalidade então existente entre os alunos do Colégio Dom Bosco e do Gymnasio e lembrei da briga havida entre Geraldo Coimbra, do Dom Bosco, e Mário Broa, do Gymnasio, dois gigantes que se defrontaram de igual para igual sem haver vencido nem vencedor. Mas evoquei sobretudo, a figura de nossos velhos Mestres, que saudosamente passo a enumerar: Álvaro Botelho Maia, Padre Manoel Monteiro, Carlos Mesquita, Vivaldo Palma Lima, Antonio Teles de Sousa, José Joaquim Martins Santana, Ricardo Mateus Barbosa de Amorim (o velho Buda, como respeitosa-mente o chamávamos), Padre Israel Galdino de Sousa, Aurora Ramos de Moraes Rego, Augusto Rocha, Maria Augusta Baccelar, Maria Nogueira Marques, Manoel Bastos Lira, Artur César Ferreira Reis, Antonio Comte Teles de Sousa, Pedro Silvestre da Silva, Maria Luiza de Saboya, Paulo de Mello Rezende, Alcides Nogueira, Maria do Carmo Samico, o instrutor militar Sandoval Amorim, e sobretudo o inefável Agnello Bittencourt, o qual, de todos os mestres que tive nessa época, foi o que me deixou a mais nítida recordação e exemplo, pela sua postura elegante e sóbria, educador paradigmático, cuja presença em sala de aula ou fora dela, por si só, imprimia respeito e veneração de todos seus alunos. Sua voz mansa, paternal, explicações objetivas e pragmáticas, sem contar com os recursos pedagógicos de hoje, eram suficientes para um proveitoso aprendizado da matéria que lecionava. Foi professor de duas gerações de Garcia. de meu pai, formado em 1912, e da minha geração. Tornei-me amigo de seus filhos Mário, que militou comigo na Magistratura, Agnello Filho e Ulisses, a quem devoto sincera admiração pelos trabalhos intelectuais que produz, e pelo amazonismo que defende e venera.

À época do cinquentenário do Gymnasio Amazonense Pedro II, em 1936, seu então Diretor, Professor Carlos Mesquita, publicou a seguinte Mensagem:

Ao comemorar o Ginásio Amazonense Pedro II o seu cinquentário, eu quero saudar os trezentos e cinquenta ginasianos que cursam suas aulas, animando-os, incentivando-os ao estudo que eleva, ao bom comportamento que enobrece. Unamo-nos todos – professores e alunos – e vise-mos a defesa do Ginásio, que é a do Amazonas, que é a do Brasil. Trabalhemos, estudemos, legando, assim, às gerações ginasianas futuras, o exemplo dignificante dos amazônidas de hoje.

Avante, ginasianos amazonenses! Pelo Ginásio! Pelo Amazonas! Pelo Brasil!

a) Carlos Mesquita – Diretor.

A mensagem do Professor Carlos Mesquita, supratranscrita, anima-nos a lutar pelo soerguimento do velho Gymnasio Amazonense Pedro II. Anima-nos e conforta-nos, sobremodo, a alvissareira notícia que nos foi transmitida pela atual Secretária de Educação e Cultura e Presidente do Conselho Estadual de Educação, Dra. Freida Bittencourt, de que o dinâmico Governador Gilberto Mestrinho mandará, em breve, soerguer o prédio do nosso velho Gymnasio Amazonense Pedro II.

A setuagenária Escola Técnica Federal do Amazonas

O Brasil de ontem saiu das Academias, o de amanhã sairá das Oficinas.

Nilo Peçanha

O dia 1º de outubro tem um significado importantíssimo para a educação no Estado do Amazonas. É que a 1º de outubro de 1910, foi implantada em Manaus uma escola simples, modestíssima, destinada a formar operários e contra-mestres, e que se intitulava Escola de Aprendizes Artífices, produto de uma nova era do ensino profissionalizante no Brasil, marcada sua oficialização em 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha, que de acordo com a autorização constante da Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, instituiu através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, em número de 19, uma em cada Estado, com exceção do Rio Grande do Sul, onde ficou mantido como escola congênere o Instituto Parobé, anexo à Universidade Técnica, subvencionada pela União.

A Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas foi instalada, inicialmente, em uma chácara de propriedade do cidadão Afonso de Carvalho, na Rua Urucará, cedida à União pelo Governo do Estado, sendo seu primeiro Diretor o jornalista e pro-

fessor Saturnino Santa Cruz de Oliveira, e Secretário e Escriturário o sr. Antonio Teixeira, nomeado através de portaria do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.

No início a Escola contava com os cursos Primário e de Desenho e as Oficinas de Alfaiataria e Marcenaria, onde se alojavam seus 33 alunos matriculados naquele ano. Foram seus primeiros professores: Maria Ester Pamplona da Silva (Curso Primário), Antonio Mariano de Lima (Desenho), Filobaldo Garrido Teixeira (Alfaiataria) e Anísio Antonio Brandão (Marcenaria).

O prédio era, àquela época, distante do centro da cidade e insalubre. Não servia, de nenhum modo, ao fim a que se destinava, mas como não havia outro recurso, a Escola de Aprendizes Artífices ali funcionou até janeiro de 1917, quando o Governo do Amazonas, a título precário, emprestara à União o edifício em que funcionava, até então, a Penitenciária do Estado. A finalidade para que haviam construído o prédio exigira a colocação de grades e janelas, a existência de celas e de longos corredores sombrios, que tornavam o ambiente pouco favorável ao processamento da vida escolar nos moldes modernos. Assim mesmo contra-indicado achou o Governo estadual de reclamá-lo, em 1919, a fim de novamente instalar nele a Penitenciária Central do Estado, a Upicentro de hoje. E a Escola foi removida para um barracão coberto de zinco, onde estivera instalado um mercado no Bairro de Cachoeirinha, construído pela municipalidade para atender aos reclamos dos moradores do bairro. Aí permaneceu a Escola de Aprendizes Artífices uma vida sem conforto e sem higiene, num ambiente acanhado e impróprio, até que em 1942 se transferiu para o novo e grandioso edifício que o Ministério da Educação e Saúde fez construir para sua sede definitiva, na Avenida 7 de Setembro.

Seus diretores, em ordem cronológica, foram os seguintes: Saturnino Santa Cruz de Oliveira (de 1910 a 1913); Generino Maciel (de 1913 a 1916); Esmeraldo Américo da Silva Coelho (de 1917 a 1930); Jorge Tibiriçá de Oliveira (1930); Esmeraldo Américo da Silva Coelho (de 1930 a 1932); Antonio Carlos de Melo Barreto (de junho de 1932 a julho de 1935); Luiz

Paulo Sarmiento (de 1935 a 1947); Hildemar Paes Barbosa (de 1948 a 1951); Sílvio Serra de Menezes (de 1951 a 1953); Dário Faria de Lima (de 1954 a 1961); Waldir Garcia (de 8 de fevereiro de 1961 a 11 de fevereiro de 1964); Guilherme Pinto Nery (de fevereiro de 1964 a dezembro de 1964); Hugo Mário Tavares (dezembro de 1964 a março de 1965); Oyama César Ituassu da Silva (de abril a junho de 1965); Dário Hernani de Sousa Vizeu (de julho de 1965 a setembro de 1966); José Ribamar Costa (de setembro de 1966 a maio de 1969); José Roberto de Melo Barreto (de agosto de 1969 a julho de 1970); Lupericino de Sá Nogueira Filho (de julho de 1970 a janeiro de 1972); João de Pinho Pessoa Neto (de janeiro de 1972 a outubro de 1976); Jorge Humberto Barreto, atual Diretor, desde 13 de outubro de 1976.

Nestes seus setenta e cinco anos de vida, a antiga Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas mudou de nome três vezes: passou a chamar-se a partir da Constituição de 10 de novembro de 1937, Liceu Industrial de Manaus; por força do Decreto-Lei nº 4.119, de 21.02.1942, Escola Técnica de Manaus, e, finalmente, em decorrência da Portaria Ministerial nº 239, de 03.09.1965, passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Amazonas.

Ao longo dos quinze lustros de sua vida, a Escola Técnica Federal do Amazonas há propiciado oportunidade educativa a várias gerações de jovens, muitos dos quais se têm destacado na Educação, como Pedro Silvestre da Silva, Orígenes Martins, Moacir Couto de Andrade; na Advocacia, como Aldévio Praia Soares, Edson Oliveira, Agnus Veloso, Antonio e José Gilvandro Raposo da Câmara, e tantos outros. Grande parte do corpo docente da ETFAM é constituído de ex-alunos seus, como Hélio Assayag, João Costa, Nicolau Libório, Mário Benício Libório, Júlio de Souza Filho, Honorino de Oliveira Gomes, e tantos outros.

A Escola Técnica Federal do Amazonas que se destinava a menores carentes de recursos, hoje é altamente elitizada. Procuram-na os filhos das famílias mais abastadas de Manaus, graças à qualidade do ensino ali ministrado. Seu corpo docente é com-



posto na sua quase totalidade por docentes portadores de curso superior, nas suas mais variadas especialidades.

De Saturnino Santa Cruz de Oliveira, seu primeiro Diretor, a Jorge Humberto Barreto, seu dirigente atual, medeiam setenta e cinco anos de trabalho permanente, de abnegação e sacrifício, no sentido de colocar a Escola Técnica Federal do Amazonas como a melhor opção da juventude em busca da educação técnica profissional.

Parabéns, ESCOLA querida! Parabéns, pedaço de minha vida!

O silvo formidando da cobra-grande

O velho Elias Maia residia na antiga Rua-de-Baixo, hoje denominada Avenida Álvaro Maia, na cidade de Silves. Tratava-se de um cidadão correto, probo, pai de família numerosa, ciente e consciente de seus deveres familiares e, por isso mesmo, tinha acendrado amor à vida, e não era por qualquer nonada que se arriscava a aventuras intemoratas. Fugia dos perigos. Afastava-se, quanto possível, das situações temerárias, iminentes ou não, e a tal ponto chegavam suas precauções, que ao aproximar-se um temporal, e quando os trovões estrondeavam ao longe ou quando os coriscos riscavam o céu com suas centelhas elétricas, Elias caía n'água, pensando encontrar ali abrigo certo e seguro.

Conta-se que certa vez Elias saiu para uma pescaria de tambaquis em companhia de seu afilhado Aprígio Neves. Antes, porém, preparou sua montaria, colocando nela um japá, um bocoró de cuia com seus pequenos apetrechos: anzóis e arpões sobressalentes, tabaco migado, papelinho “zig-zag” e algumas folhas de tauari para preparar os cigarros, gapongas, uma quicé bem amolada e até sua milonga, isto é, um amuleto herdado de seu avô, para dar sorte; dois fortes caniços de envireira, armados com possante linha americana tingida de murici, e em cada um dos caniços, fortemente amarrados às linhas, um anzol inglês, além de arco e flechas, zagaia, um cacete de paracuíba, arpoeiras e hásteas para arpoar pirarucus e peixes-bois que encontrasse.

Às quatro da manhã Elias e Aprígio embarcam na montaria e rumam para o Lago do Redondo, onde iriam começar a pescaria. Quando atingiam certa distância da terra, eis que, na Ponta Grossa – local onde, dizia-se, costumava habitar uma gigantesca cobra-grande que, no passado, havia engolido um vaqueiro do Desembargador Zózimo de Leiros, que ali tinha uma fazendola –, surge a lancha “Galgo”, do abastado comerciante Aquilino de Barros, da cidade de Itacoatiara, a qual naquele dia fazia sua primeira viagem a Silves. A “Galgo” tinha um apitar diferente, como que um miado de onça enraivecida ou de gatos no cio, estridente e aterrorizador. Quando a “Galgo” dobrou a Ponta Grossa e deu alguns apitos, que ecoaram, medonhos, pela floresta a dentro, acordando a pacata população da pequena cidade e de suas adjacências, Elias, ao ouvir o apitar da lancha, apavorou-se e disse a Aprígio:

— É a cobra-grande da Ponta Grossa! Vamos para a terra! Te faz de homem, Aprígio!

E ambos remaram a toda força rumo ao porto da casa. Ao chegarem ao porto, Elias foi o primeiro a saltar da canoa, e, ao fazê-lo, foi dificultado por um puxão para trás, e nesse instante, apavorado, gritou:

— Acudam-me que a cobra-grande me pegou!

Aprígio, por sua vez, correu para terra pedindo socorro para seu amado padrinho. Várias pessoas acordaram e foram pressurosas acudir Elias que, caído na areia alva, tremendo de medo, não tinha forças para levantar-se. Quando os vizinhos chegaram para socorrê-lo, todos de lamparinas, terçados e espingardas na mão, perguntavam-se, admirados:

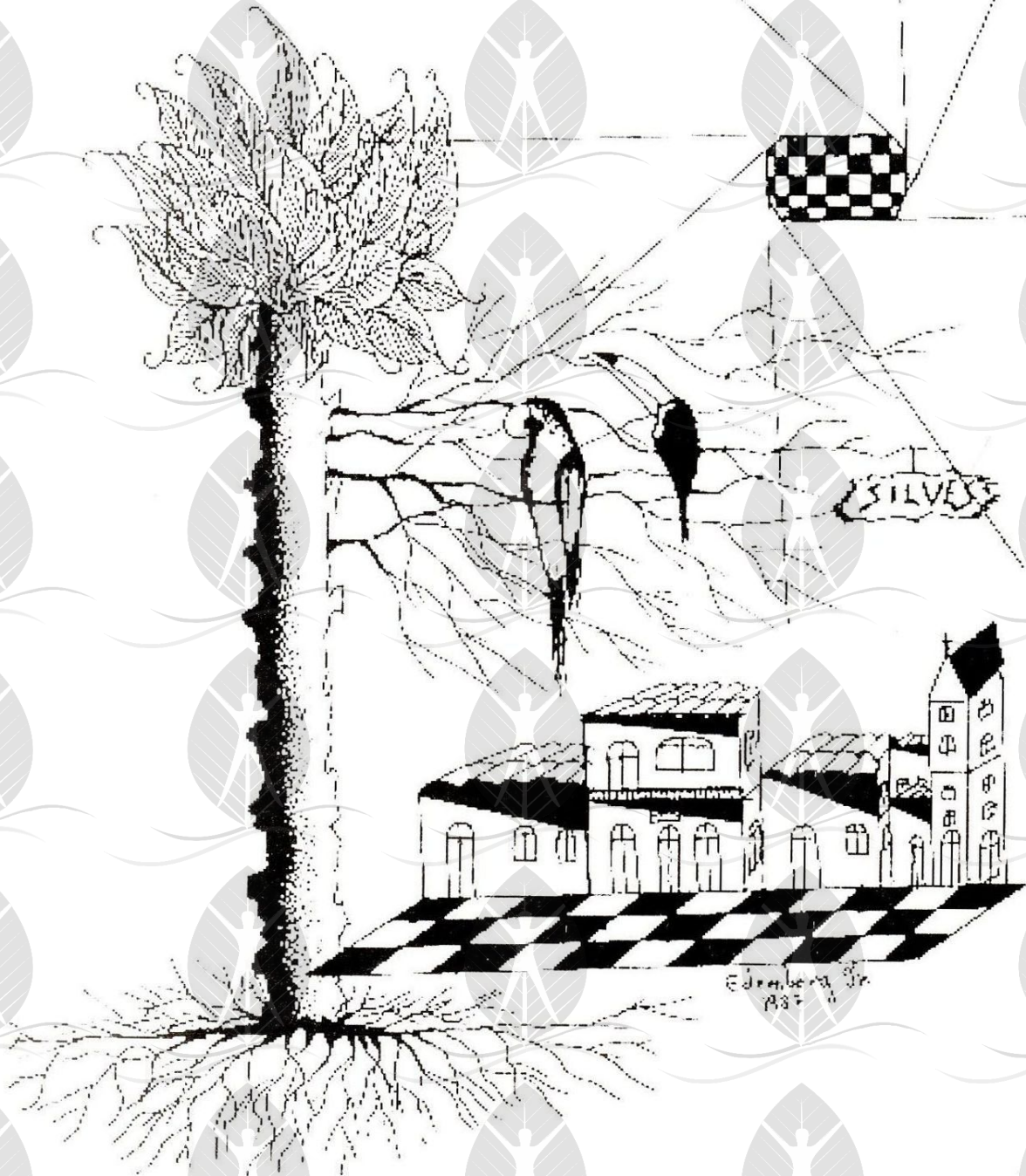
— Cadê a cobra?... Cadê a cobra-grande? – procurando-a cuidadosa e cautelosamente.

Um dos socorristas voluntários não descobriu a cobra-grande, mas encontrou um possante anzol inglês de um dos caniços engatados no cós da calça de Elias, e o caniço preso aos bancos da canoa, impedindo que Elias prosseguisse, puxando-o para trás. E o desprezioso anzol inglês era a pavorosa cobra-grande, que tanto susto deu ao nosso mofino herói...

Contribuição de Silves para os eventos históricos pátrios

No dia 7 de setembro fluyente encontrava-me em Silves em companhia dos diletos amigos José Menezes Ribeiro e Afonso Lima e de seus filhos Marco Aurélio e Edson, e assisti ao desfile dos estudantes saracaenses pelas ruas principais e o enaltecimento da efeméride feito por um professor local. Os estudantes, em fila e em ordem, empunhavam bandeirinhas do Amazonas e do Brasil, sob a entonação de hinos patrióticos emitidos por possante alto-falante.

Aquele acontecimento tocou-me a sensibilidade cívica e glebária, e, naquele momento, comecei a recordar a história da fundação de Silves em meu solilóquio, a coragem de Frei Raimundo da Ordem das Mercês ao enfrentar corajosamente os ataques dos caboquenas, bararurus e guanavenes; o grande massacre dos indígenas da região pelo ferocíssimo selvaticida Pedro da Costa Favela; a heróica resistência de Silves à investida dos cabanos; o alusitanamento do município por Melo Póvoas; o romance *O Missionário*, de Inglês de Sousa, reconstruindo a vida pacata da cidade em excelente obra de ficção, que mereceu os mais destacados encômios da crítica nacional; o esforço de Lauro Garcia e de Renato Farias de Almeida para traçar-lhe o perfil histórico; para, enfim, deter-me em dois fatos que merecem ser recordados neste setembro, de tanta evocação cívica. O primeiro deles é o que se refere à iniciativa da Câmara Municipal de Silves que, em 1818, instada pelo último governador



SILVEST

Edenborg Jr.
187

colonial do Amazonas, o coronel Manoel Joaquim do Paço e percebendo que a Capitania tinha como dos males maiores que a infelicitavam a sujeição ao Pará, em memorial dirigido a D. João VI, solicitou a autonomia da Capitania do Amazonas, o que veio apressar a promulgação da Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850, que elevou o Amazonas à categoria de Província.

O segundo fato foi a adesão de Silves à Constituição Política Portuguesa, narrado em substancioso trabalho de pesquisa histórica da lavra do conceituado, inteligente e culto historiador amazonense, que é o Dr. Geraldo de Macedo Pinheiro. Contamos ele:

Dia 24 do mês de julho do ano da graça de 1823, o Brasil, nessa época, já se tornara independente de Portugal, mas a alviçareira notícia que empolgou o ânimo de todos os brasileiros ainda não chegara a Silves.

A longa distância que se encontrava das Cortes e os sucessos e motins políticos que tinham curso em Belém, concorreram para que em junho de 1823 os habitantes de Silves jurassem obediência à Constituição Política Portuguesa, de conformidade com o que preceituava o decreto real de 10 de outubro de 1822.

Na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, logo depois do cerimonial católico da missa cantada, como era de praxe naquele tempo em todas as solenidades cívicas, foi processado o juramento solene, com a presença de todas as autoridades eclesiásticas, civis, militares, empregados públicos e do povo, perante as mãos sagradas do vigário Nuno Alves do Couto.

As palavras que foram pronunciadas com ênfase transcreveu-as o escrivão da Câmara, Antonio Teixeira da Cunha, no auto que lavrou: “Juro guardar, e fazer guardar, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, que acaba de decretar as Cortes Constituintes da mesma nação”.

Mais de 30 assinaturas constam do documento em foco, encabeçadas pelo vigário Nuno Alves do Couto, por si e como procurador de Frei José Alves das Chagas e do Padre João Pedro Pacheco. Seguem-lhe o cabo de esquadra da milícia, Alexandre Antonio Coimbra; o presidente da Câmara, Ciríaco Francisco; os camaristas João Evaristo Roiz, Preto e Felizardo Ferreira Gato; o substituto Manuel Antonio Gouveia; o procurador Pedro José Teixeira; o servente Aulete Antonio da Costa; o escrivão Antonio Lins Teixeira da Cunha; o arrecadador João Ramos de Oliveira, como procurador do juiz ordinário João José Dias; o tenente Crispim Lobo de Macedo como procurador do juiz substituto Joaquim da Fruta Chaves; o tesoureiro do selo Luiz José Coelho; os juizes de julgado Luiz José de Azevedo e Manoel Antonio Cidade; o capitão do 9º Regimento da 2ª linha, comandante no lugar Maués, Fábio José da Serra; ainda o tenente Crispim Lobo de Macedo; o alferes Henoch Friglono Peroglon Calle; o cavaleiro fidalgo da Casa Real Manoel da Silva Xavier; Luiz José de Azevedo, como procurador de d. Leonor da Cunha Xavier; o alcaide João da Costa, os porteiros João Francisco da Silva e Antônio Zacarias e, finalmente, os elementos do povo em número limitado.

Esses fatos tão significativos, sob o ponto de vista histórico, são o testemunho maior da contribuição de Silves para os eventos pátrios que se comemoram sob o mais caloroso entusiasmo cívico neste setembro canicular, revelando a disciplina e o patriotismo de um povo ordeiro e inflamado pelas nobres causas do nosso Amazonas e do Brasil.

O guardião da coroa do Divino

De todos os santos cultuados pelos ribeirinhos amazônicos, poucos podem ombrear-se ao Divino Espírito Santo. Há pessoas chamadas “festeiros”, isto é, aquelas que têm o privilégio de guardar em suas casas a Coroa do Divino, geralmente de prata, toda ornamentada de fitas multicoloridas, que dão à imagem apresentação bela e respeitável, e diante da qual quedam, genuflexos e contritos, os devotos, implorando-lhe a proteção, a felicidade, enfim. Por isso mesmo o Divino é sempre bem-vindo a qualquer casa, flutuante ou tapiri amazônico. Conheci vários festeiros, e, dentre eles, Manoel Lira, no Paraná do Pai Tomás, e Raimundo Pena, no Furo do Canaçari, divisa natural entre os municípios de Silves e Itacoatiara.

É tradição a Coroa do Divino, antes da grande festa, sair em peregrinação pelo interior do Município, ensejando aos moradores devotos darem acolhedora guarida por um dia ou uma noite ao Santo milagroso. Nessa peregrinação, acompanham a Coroa do Divino o festeiro ou seu suplente e os “foliões” ou acompanhantes. Levam uma grande caixa de couro e tamborins, além de bandeiras de cores variegadas: branca, verme-lha, azul, verde e amarela, tendo o mastro de cada uma, a encimá-lo, uma pomba esculpida em madeira. Recebem dádivas diversas: galinhas, porcos, carneiros, bois, quelônios, frutas, farinha e dinheiro, presentes que são entregues ao festeiro para

custear a grande festa em dia e mês predeterminado. Bidiano e Cabo Verde foram famosos foliões, acompanhantes perpétuos da Coroa do Divino. Bidiano batia a caixa com a cadência apropriada, ecoando longe; Cabo Verde flexionava bandeira com excepcional maestria e graça.

A chegada da Coroa do Divino em sua sede, ou sua brevíssima excursão no dia da festa, é gloriosa e cerimoniosamente festejada. A Coroa é colocada numa canoa grande ou igarité e dá uma volta pelo rio, soltando luminárias, que consiste em colocar n'água cascas de laranja-da-terra com azeite de andiroba incandescente, formando trilhas luminosas, por onde passa a imagem, sob toques de caixa compassados e lúgubres, acompanhados do entoar de cânticos sacros puxados pelos foliões e outros acólitos. A igarité que conduz a Coroa do Divino é seguida de canoas e lanchas, de onde soltam foguetes, anúncio de regozijo, alegria, festa.

Conta-se que Raimundo Pena, um dos guardiães da Coroa do Divino, era agricultor. Possuía cacoal e passou a ser juticultor, em cuja faina de colheita, com rio cheio, a enfrentar água, chuva, sanguessuga e poraquês, apanhou uma polinevrite que o deixou muitos meses doente no fundo de uma rede, da qual não podia sequer levantar-se a não ser com a ajuda de familiares. Em sua casa, Raimundo Pena guardava a Coroa do Divino, coberta com uma toalha branca e bordada, sobre uma mesa, num canto privilegiado de sua alcova. Gostava de bebericar boa cana, e, mesmo doente, guardava uma garrafa de aguardente ao lado da Coroa do Divino. Era casado com uma cabocla gorducha de nome Esperança e tinha uma filha moça com o mesmo nome da mãe, a qual o atendia a todo instante. Impossibilitado de locomover-se de sua rede sem a ajuda física de uma pessoa da família, quando lhe dava vontade de tomar um trago da boa cana, começava esturdidamente a rezar a Salve Rainha. E iniciava:

— “Salve Rainha Mãe de Misericórdia, vida, doçura, Esperan...an...an...an...ça nossa, Salve!”

Ao enfatizar alteando a voz na palavra *esperança*, logo vem a filha e pergunta:

— Senhor, meu pai, me chamou?



A que Raimundo Pena respondia:

— Não te chamei, querida filha, estou rezando Salve Rainha, mas já que vieste, traze aquela garrafa de tiquira que está à ilharga da Coroa do Divino e me dá um trago naquela cuinha preta ao lado.

A filha o atendia, e depois de tomar um gostoso trago, Raimundo Pena dava uma cuspinhada para o lado e continuava sua oração, dedicada ao Divino, implorando proteção para a volta de sua saúde profundamente afetada, e que encontrava paliativo na tiquira, para seu sofrimento. Assim, dizem, viveu um dos guardiões da Coroa do Divino.

Pomerânia – balneário pioneiro

A década de 30 transcorria sob a égide do Estado Novo, implantado pelo gaúcho Getúlio Vargas que, rompendo, já àquela época, com a Velha República, trazia com enfáticas promessas de esperança a renovação dos costumes políticos, a austeridade administrativa, combate implacável à corrupção e às ideologias alienígenas, acabando por impingir-nos nova Carta Constitucional – a de 10 de novembro de 1937 – de modelo e inspiração totalitárias. Não obstante o regime discricionário imposto, no Amazonas vivia-se em clima de paz, tendo o Estado como timoneiro a inefável figura de Álvaro Botelho Maia, cuja irradiante bondade, lhanza de trato e formação acendradamente democrática, permitiu-nos a nós, amazonenses, atravessar o regime então vigente sob a placidez da liberdade, da concórdia, da fraternidade, enfim. A essa época Manaus era uma cidade bem iluminada e servida por um invejável sistema de transporte urbano – o Bonde –, que, sobre trilhos, oferecia-nos com pontualidade britânica e barato as linhas de Cachoeirinha Circular, Adrianópolis, Pobre-Diabo, Parada Campelo, Fábrica de Cerveja, Parque Amazonense, Flores, Alto-Nazaré, Saudade e Remédios, estas duas últimas preferidas dos jovens, principalmente aos domingos e feriados, para os tradicionais passeios e namoricos.

Na Rua Lobo D'Almada, onde hoje pontifica o renomado esculápio Raimundo Moura Tapajós, situava-se o escritório de

procuradoria do meu saudoso tio e amigo Francisco Barnabé Gomes, que detinha o serviço de procuradoria de quase todo o funcionalismo público do interior do Estado, bem como da Magistratura e do Ministério Público, havendo ainda em seu escritório afinado serviço de advocacia cível e criminal prestado pelos renomados juristas da época: Waldemar Pedrosa, Leopoldo Carpinteiro Peres e Huascar de Figueiredo. Nessa década Barnabé Gomes adquiriu um balneário a que denominou de Pomerânia, situado na Av. Constantino Nery, e que tinha um belíssimo pomar, uma casa de madeira coberta de telha tipo “Marselha”, e um refrescante igarapé de águas correntes e límpidas, onde se reuniam, aos domingos e feriados, os familiares e amigos, dentre os quais recordo-me de Zulmar Bonates da Cunha, Tancredo Moreira Lima, César Ituassu, Lulu Levy, Rubens Sena, Cícero Menezes, Flávio de Castro, Waldemar Pedrosa, Péricles Moraes, Antonio Maia, Carvalinho, diretor dos Correios, José Galvão, Oyama Ituassu e os desportistas Sálvio Correa, Almir e Adair Marques da Silva e tantos outros.

Eu era ginasiano e morava na Pomerânia. Às seis da manhã apanhava o bonde de Flores para as 6h30min, saltar no Canto do Quintela e assistir às aulas do Gymnasio Amazonense Pedro II, a partir das sete horas. Meus primos e companheiros inseparáveis Benjamim e Manoelito participavam comigo dos entretenimentos domingueiros: caça aos tucanos, pesca de acarás e piabas, no igarapé que se dividia em duas partes distintas: uma rasa, de fundo arenoso, limpo e transparente, e outra com perau, de águas escuras, onde moravam acarás, cobras e até jacaretingas, de porte pequeno, que eram por nós eliminados a tiros de rifle. Aos domingos e feriados Barnabé Gomes estava na Pomerânia com toda a família: tias Mingota, Nenén e Sabá, dona Maroca, velhinha e afável, os filhos Manoel Antônio, Jurandir, Hindemburgo, Jandira, Jacira, Marília, Glorinha, Elvira, Yolanda, Mário Hindemburgo, Guilherme, Lizandro e Roberto, e o seu afilhado Estácio, que tomava conta do balneário, alimentando as criações e cuidando do “Dox”, um belíssimo pastor alemão, que, à noite, guardava o sítio.

Vizinhos da Pomerânia eram os balneários de Armindo de

Barros e a Chapada dos Turcos, onde se localiza hoje o Clube Sírio-Libanês. Barnabé Gomes costumava comunicar-se com seu vizinho Armindo de Barros dando pranchadas com um terçado 128 no tronco de uma velha árvore ali existente. Quando Armindo chegava, começava o banho no igarapé, regado a suculentas batidas de maracujá, caju e outras frutas cítricas regionais. Pomerânia tinha ao fundo um imenso areal e ali improvisamos um campo de futebol, onde jogávamos todas as manhãs de domingos e feriados. Em 1938 Pomerânia foi vendida ao pranteado amigo Jacob Benoliel. Hoje, com suas águas poluídas, como geralmente estão as de todos os balneários vizinhos, Pomerânia traz-nos recordações imorredouras, como de haver sido um dos balneários pioneiros de nossa encantadora Manaus.

A visita do tenente Jesus à sua terra

O ano de 1942 transcorria sob o impacto emocional da Segunda Grande Guerra Mundial. Todas as manhãs enormes aviões-transporte quadrimotores americanos acordavam a pacata gente do Bairro de Educandos e adjacências, com o estrondear dos motores das gigantescas naves, que alçavam vôo rumo a América, abarrotadas de borracha que a Rubber Development Corporation, aqui sediada, colhia de nossos seringais, extraída pelos valorosos “soldados da borracha”, como eram apelidados esses heróis anônimos em sua participação no esforço de guerra, a que o imortal Álvaro Maia lembra com simpatia na sua obra *Na Vanguarda da Retaguarda*.

A essa época fundou-se em Manaus o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva – N.P.O.R. –, com o fito de preparar a juventude amazonense para os embates da guerra. A primeira turma teve como seus instrutores: Capitão Luís de França Oliveira, Tenente Paulo Ramos, Tenentes José Costa Cavalcante e Manoel Costa Cavalcante, Tenente Aníbal Gurgel do Amaral, Tenente Facó, Tenente Petrônio Vieira, Capitão Eurípedes Ferreira, Capitão Mário Libório Pereira, e os Sargentos Antonio Gadelha, Achão, Oriel Benevides e José Lemos de Aguiar. Com eles aprendemos ordem unida, manejar armamentos diversos como o fuzil, a metralhadora “Madsen”, o fuzil-metralhador “Hotkis”, montar a cavalo, marchas longas e cansativas, golpe-de-mão, educação física, atirar de morteiro e o

manejo do telêmetro e determinar a paralaxe usando régua comum, instrução geral, topografia e outros mistérios do ofício. Um aprendizado longo e cansativo, que exigiu de todos esforço incomum, dedicação, trabalho e perseverança.

No dia 25 de agosto de 1944, em pomposa solenidade realizada no estádio “General Osório”, em frente ao quartel do 27º B.C., numa manhã cheia de sol e de alegria, a primeira turma de Aspirantes a Oficial formada pelo N.P.O.R. de Manaus recebia das mãos do Comandante do Núcleo e Diretor do Ensino, Coronel Waldir Lopes da Cruz, seus Certificados de Curso e a espada de aspirante, através de suas respectivas madrinhas. Dentre os novéis Aspirantes figurava o jovem infante, filho de Fonte Boa, o festejado Desembargador José de Jesus Ferreira Lopes, rapaz humilde, perseverante, pacato e dono de uma forte e poderosa vontade de vencer. E venceu. Seu primeiro gesto telúrico, após colocar à ilharga a espada que granjeou graças à sua tenacidade, dedicação e perseverança, foi promover sua primeira visita à terra natal – Fonte Boa.

Seu genitor, o cidadão Flávio Lopes, que exercia o cargo de Coletor de Rendas do Município, foi avisado da visita do filho e preparou a festa. Mandou comprar na capital cinco barris de pólvora marca “Elefante”, que a firma J.G. Araújo & Cia. Ltda., representava em Manaus. Uma semana antes da chegada do Tenente Jesus, os foguetes-de-rabo subiam aos céus, acompanhados do badalar dos sinos da igreja e o estrondear das ronqueiras, sempre às seis da manhã, ao meio dia e às seis da tarde. Com o estrondo dos foguetes e das ronqueiras, de muitos decibéis, os socós, as piaçocas, as arirambas, as garças, os maguaris e as raras ciganas que balouçavam nos galhos das oiraneiras das margens do Solimões, mudaram de pouso. Até os ratos corós deixaram de guinchar à noite. Os sapos baixaram o seu coaxar. A cidade de Fonte Boa se engalanava para receber o filho ilustre. Era Juiz de Direito da Comarca o Dr. José Amaro Coelho Cintra, que recebera como visitante seu filho, o bacharel Ivan Coelho Cintra, hoje Procurador de Justiça do Estado. Era Prefeito do Município o cidadão Francisco Barnabé Gomes. As famílias Lins e Hayden, amigos dos Lopes, participavam dos

preparativos dos festejos. Fabiano Afonso, comerciante forte, cooperava com a promoção.

No dia aprazado, em setembro de 1944, pela parte da manhã, o navio “Ajudante”, da frota da *Amazon River Steam Navigation*, que fazia a linha Manaus-Iquitos, dá seus quatro apitos característicos: um longo, dois curtos e um longo, e Fonte Boa toda vai à praça principal para receber o filho herói, o primeiro oficial do Exército filho do Município. Ferros arriados, o “Ajudante” fica ao largo. Desce o escaler e nele embarcam o Comandante Benayon, o marinheiro com a mala do Correio e o Aspirante Jesus. Ao pisarem a terra, mergulham por debaixo de um alameado previamente preparado por Flávio Lopes e finalmente bóiam na grande praça onde estava armado um palanque, no qual se postavam as autoridades da terra: juiz, prefeito, coletor, delegado de polícia, vereadores, promotor público, amigos do visitante e o orador previamente escolhido, o Dr. Ivan Coelho Cintra, que proferiu vibrante oração diante do Aspirante Jesus, que vestido com sua farda branca engomada a estearina, talim brilhante à ilharga e a espada pendente, de luvas e quepe, em posição de sentido, escuta atento e sem pestanejar.

Povo de Fonte Boa! Digníssimas autoridades! Meus senhores e minhas senhoras! Benvindo Aspirante José de Jesus Ferreira Lopes, ilustre filho desta terra bendita. Designado para fazer-lhe saudação ao ensejo de sua visita à terra-natal, é-me profundamente grato e honroso ter este privilégio, em momento tão grave pela emoção de que está tomado o povo de sua terra, seus irmãos de gleba. Atentai bem, povo de Fonte Boa, para o nome do jovem infante: José de Jesus Ferreira Lopes. Este nome, por si só, traduz e retrata esta personalidade serena, cheia de méritos incontestáveis, gloriosa e patriota. Podemos dividir seu nome em duas partes distintas, para efeito de glorificação: José de Jesus e Ferreira Lopes. O primeiro leva-nos a encontrar o homem bom, fraterno, social, o bom filho de família, o amante da paz e da concórdia. Vejamos: José: nome bíbli-

co, esse carpinteiro padrão, marido de Maria, o protótipo do pai de família bem formada, o homem exemplar de dedicação ao trabalho e ao sacrifício familiar. Jesus: esse excelso sacrificado na cruz para salvar a humanidade, pregando pelo exemplo do sofrimento a fraternidade, a benquerença, a igualdade e o amor. Esse é o lado do homem família, do homem sociedade, do homem trabalho, do filho exemplar, do bom companheiro, do bom amigo. Vejamos a segunda parte. Ferreira: quem sabe descendente de Virgulino Ferreira, esse intemorato e audacioso lutador dos sertões, que praticou muitos atos condenáveis mas também muitos atos de justiça, de solidariedade e de amor, tirando do rico para dar ao pobre, desfalcando o produto de seus saques para mitigar a fome da gente sertaneja, sacrificada e ultrajada pelo impiedoso determinismo mesológico e pela indiferença dos governantes! Lopes: possivelmente descendente também de Solano Lopez, o audaz guerreiro paraguaio, que enfrentou Caxias em batalhas memoráveis, e embora derrotado, inscreveu na História sua gloriosa tradição de terrível combatente e soldado audaz. Esses os traços do guardião da Pátria e das instituições, do oficial do Exército de Caxias, do intemorato filho desta grande terra: Fonte Boa! Nossas boas vindas ao Aspirante Jesus, que entrego agora aos abraços acolhedores de seus conterrâneos e ao beijo carinhoso de seus familiares!

Palmas. Muitas palmas. Abraços congratulatórios. Acontece que o orador Ivan Coelho Cintra, em sua exaltação dialética, referiu que o homenageado era possivelmente descendente de Virgulino Ferreira e Solano Lopez, quando é sabido que o Aspirante Jesus é um autêntico, verdadeiro e puro glebário amazonense, oriundo das barrancas do Solimões, de que muito se ufana. Mas Jesus sorria, garboso e soberbo, enquanto as cunhantãs o olhavam com embevecimento. À noite houve um baile no principal clube da cidade, quando Jesus, em traje de gala, ao som de um conjunto musical constituído de rabecas, violões, cavaquinhos, flautas, clarinetes, sanfonas e gambás, dançou a

valer com as jovens mais belas da sociedade local. Antes, porém, de começar o baile, houve distribuição de um chocolate amigo, servido em grandes charões multicoloridos, untados com gema de ovos e borrifados de biscoitos moídos de ovos de tracajás, oferta de seus amigos do Rio Jutai, que Flávio Lopes guardara para a grande festa. No dia seguinte, pelas nove horas da manhã, o pai de Jesus, homem católico e cordial, chamou um curumim de sua criação, colocou a espada de oficial que Jesus recebera, oferta do Interventor Álvaro Maia sobre um belíssimo charão, cobriu-a com uma toalha branca e se dirigiu à Prefeitura, onde foi recebido pelo prefeito Barnabé Gomes, havendo entre ambos o seguinte diálogo:

— Bom dia Senhor Prefeito!

— Bom dia compadre Flávio. Que o traz por aqui a estas horas?

— Ah!, seu compadre, vim mostrar a espada de oficial de Jesus.

O prefeito apanhou a espada, desembainhou-a, ergueu-a para o alto e disse:

— Bem uns quinhentões, não compadre Flávio?

— Que quinhentões que nada, compadre, custou um conto e quinhentos...

Depois que Flávio saiu, o Prefeito deu um sorriso franco admirado da pavulagem e soberbia do compadre e da estúrdia de Jesus.

A função expressional ênfaticante da palavra *JÁ*

Sob o aspecto morfológico, a palavra *JÁ* é um advérbio. Sob o sintático, funciona, geralmente, como adjunto adverbial, termo acessório da oração. Mas essa palavra tão usada no linguajar caboclo da Amazônia, tem função expressional que merece o estudo e a atenção dos pesquisadores nos seus mistérios, no seu emprego denotativo e conotativo, no seu uso despretensioso ou afetivo. Surge, assim, na subconsciência e afetividade da linguagem, espontânea e ênfaticante, como refere com erudição Jesus Belo Galvão.

Nossa constante vivência com os compatriotas interioranos, deu-nos oportunidade de observar alguns aspectos do emprego da palavra *JÁ*, que passamos a relatar, aliada a fatos vividos por companheiros e amigos diletos.

Conta-se que certa vez, um magnífico reitor, filho dileto da "Terra das Arirambas", fez uma visita de cortesia à sua terra natal, onde sua irmã exercia com proficiência o cargo de prefeita. Em ali chegando, a pompa natural e espontânea, o rugir das ronqueiras e o pipocar de foguetes, o tanger dos sinos da Igreja Matriz davam apoio logístico à multidão alvoroçada, que aguardava o "Magnífico", cujo tratamento, no local, só era dispensado ao Divino Espírito Santo, daí nascer nos menos avisados um ar de desconfiança, e se perguntavam entre si: "Como já ele se

tornou magnífico?...” E na hora da chegada, ao ser cumprimentado por um dos mais antigos filhos da terra, dirigiu-se ele ao reitor com esta cordial saudação:

— Como vai *já* o magnífico reitor, disque, paresque?...

Veja-se, aí, o *JÁ* entonando uma situação de desconfiança, se o reitor era ou não verdadeiro, ou um Divino farsante.

Outra passagem interessante assisti, faz pouco tempo, quando, em companhia de uma notável figura do comércio e da política local, e outros companheiros, comentávamos a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, referindo que em cada cidade visitada, entoavam-se versos alusivos ao singular acontecimento, como em Manaus, por exemplo:

Manaus está em festa / O Papa é da floresta...

E como esse amigo a que me refiro é “Mocorongo”, alguém da roda perguntou:

— E no Pará, qual era o verso alusivo à chegada do Papa? Um dos circunstantes recitou, com presteza, este versículo:

*Ulha, ulha já,
O Papa é do Pará...
Ulha, ulha já,
O Papa é do Pará...”*

Nota-se aí, o tom enfatizante e conotativo da palavra *JÁ*.

Outras passagens desse linguajar temos observado. Wilson Correa Lima, o “Cabo Lima”, como afetuosamente o tratam seus amigos íntimos, ao visitar certa vez sua terra natal, foi a uma roda de samba e ali encontrou Mundiquinha, sua ex-cutuba do tempo de ginásiano, e lhe perguntou:

— Mundiquinha, *já* casaste?

— Ora, se *já*...

Aderbal Menezes recentemente foi a Parintins assistir ao Festival Folclórico, cidade em que passou o melhor tempo de sua mocidade, à época do velho Tude, e ali encontrou Pulquéria, sua antiga conhecida e amiga, agora mãe de muitos filhos. O diálogo entre eles foi este, segundo credenciada fonte informativa:

— Como vai *já* o Dutur Aderbal?

— Eu muito bem, Pulquéria, e você?

— Ah!, Dutur, estou *já* abandonada, só tenho *já* filhos. São seis, *já* Dutur...

Veja-se, no diálogo acima, o emprego constante, permanente, enfatizante, da palavra *JÁ*, na expressão de Pulquéria.

Vejamos mais este exemplo do falar caboclo:

— É verdade, Chiquinha, que esta grávida do Xindola?

— Quando, *já*...

Quer isto significar, que nunca, que Chiquinha não está, de nenhum modo, grávida de Xindola.

O linguajar caboclo é riquíssimo de expressões enfatizantes, com o emprego da palavra *JÁ*.

Nosso tempo de estudante

Nas décadas de 30 e 40, o interior do Amazonas era carente de escolas de primeiro e segundo graus, que funcionassem a contento. Escolas primárias, entretanto, havia em todos os municípios. Só freqüentavam os ginásios da Capital os interioranos filhos de pessoas de certas posses, tais as dificuldades existentes na época. Em Manaus existiam internatos para moças nos colégios Santa Dorotéia, N.Sa. Auxiliadora e no Instituto Benjamin Constant, e para jovens masculinos, no Colégio Dom Bosco. Quem não tinha parentes ou amigos na Capital, que os acolhessem, ou que não fossem financeiramente abastados, a dificuldade era tamanha, que poucos podiam progredir no campo do saber.

Alfabetizei-me na Escola Municipal de Silves, sob a regência de meu saudoso pai, Professor João Pedro Garcia, Bacharel em Ciências e Letras pelo antigo Gymnasio Amazonense Pedro II, turma de 1912. Comigo, meus primos Agobar, Benjamim, Manoel Felipe, Orlando, Hugo, e tantos outros. Nossos pais resolveram mandar-nos estudar em Manaus. E assim o fizemos. Ingressamos no Gymnasio Amazonense Pedro II. As aulas começavam em março, férias no mês de junho, exames finais em dezembro. Estávamos em plena Reforma Francisco Campos (Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932), posta em execução em 1935 pelo então Ministro Gustavo Capanema. Era Diretor do Gymnasio o saudoso professor Carlos Mesquita.

Foram nossos professores, dentre outros, Vivaldo Palma Lima, Álvaro Maia, Antonio Telles de Sousa, José Joaquim Martins Santana, Ricardo Mateus Barbosa de Amorim, Padre Israel Galdino de Sousa, Aurora Ramos de Moraes Rego, Augusto Rezende Rocha, Maria Augusta Bacelar, Maria Nogueira Marques, Manoel Bastos Lira, Arthur César Ferreira Reis, Antonio Comte Telles de Sousa, Pedro Silvestre da Silva, Maria Luiza de Saboya, Paulo de Mello Rezende e Padre Manoel Monteiro da Silva.

Na época das férias, eis a revoada de jovens voltando alegremente a seus pagos. Do Médio Amazonas, éramos muitos estudantes a voltar. Aderson e Alberi Menezes, filhos do velho Tude Menezes, então Coletor de Rendas de Parintins. Vicente Mendonça Júnior, – o famoso “Tim-Tim”, como àquela altura era amavelmente cognominado –, João Batista Cruz e Silva e seu irmão Miguel, de Itacoatiara, Áderson Dutra e suas irmãs Socorro e Raimunda, além de Manoel Joaquim Martins, de Barreirinha, de Itapiranga, Ida Marques da Silva, filha do comerciante Laureano Dias da Silva; de Maués, Iva e Ena Desideri, Piero Desideri e Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa.

Regressávamos aos pagos ou voltávamos à Capital, geralmente, ou nos navios da firma Nicolau da Costa & Cia. Ltda., como o “Barão de Cametá”, o “Tejo”, o “Benjamim”, o “Mondogo”, o “Envira”, o “Amonea”, ou da frota de A. Pimenta & Cia. Ltda., como o “Aquiri”, o “Júpiter”, ou ainda o “Moacir”, da firma Ferreira Sobrinho, de Belém, ou ainda nos gaiolas da antiga *The Amazon River Steam Navegation Company*, como o “Rio Mar”, o “Aymoré”, o “Ajudante”, o “Índio do Brasil”, o “Andirá”, este posto a pique pela flotilha comandada pelo Comandante Lemos Bastos na célebre “batalha naval” de Itacoatiara, de 24 de agosto de 1932, ou nos confortáveis vaticanos da mesma Companhia: “Vitória”, “Belo Horizonte”, “Belém”, “Cuiabá”, ou num dos chatões de roda como a “Paraíba”, o “Inca”, a “Teresina”. Mas o gaiola preferido era o “Amazonense”, comandado pelo Capitão Henrique Soares Dutra, tio de Áderson Dutra. Esse navio tinha a bordo um antigo piano alemão, que era tocado pelas estudantes, acompanhado de

cavaquinho, violão e rabeça e um barulhento caracaxá, instrumentos que a tripulação de bordo guardava como escrínio precioso, na segunda classe. Era música ao vivo, e de quando em vez aparecia um improvisado cantor, a ensaiar um entoado carimbó, imigrado do Pará, já que àquela altura não dispúnhamos, ainda, como hoje, dos sofisticados aparelhos-de-som fabricados na Zona Franca de Manaus.

E assim, nesse vaivém contínuo, prosseguimos nossa medrança estudantil durante vários anos. Terminado o curso ginásial, muitos ingressaram na Faculdade de Direito; outros tomaram rumos diferentes, optando por outras profissões. As moças, depois de terminarem seus preparatórios, casaram, pois eram belas demais para ficarem solteiras, ou continuaram na luta pela vida, optando por profissões condignas.

E hoje, transcorridos tantos anos, recordando aqueles momentos fugazes, mas fagueiros, é com alegria que vejo os companheiros todos realizados em seus sonhos de estudantes, ávidos de aprender: o pranteado Aderson Menezes foi professor catedrático da faculdade de Direito, advogado, deputado estadual, escritor e meu colega de Magistratura; Aderson Pereira Dutra, também professor catedrático, Juiz Federal, advogado talentoso, hoje Procurador Geral de Justiça; Vicente Mendonça Júnior, deputado estadual, Procurador Municipal e notável advogado do foro de Manaus; Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, admirável e talentoso desembargador do nosso Tribunal de Justiça e ex-Grão Mestre da Maçonaria amazonense; João Batista Cruz e Silva, jornalista e advogado no Rio de Janeiro; Agobar Garcia, advogado e industrial; Orlando Garcia de Vasconcelos, Major do Exército, hoje na reserva, mas em atividade na Portobrás; Manoel Felipe Garcia, advogado de nomeada; Benjamim Garcia, funcionário federal, aposentado; Hugo Garcia, profissional liberal em atividade no Rio de Janeiro; Manoel Joaquim Martins, funcionário do território de Roraima; Alberi Menezes, funcionário público aposentado, residente em Fortaleza; Ida Marques da Silva, esposa do Dr. Moacir Paixão da Silva; Iva Desideri, casou com o médico, Dr. Heraldo Correa; Ena Desideri foi desposada pelo Desem-

bargador Domingos Queirós; Raimunda Dutra, casou com o professor Antenor Sarmiento; Socorro Dutra, destacada funcionária da Assembléia Legislativa, casou com o Dr. Coriolano Lindoso e exerce hoje, com admirável proficiência, o mandato de Deputada Estadual; Piero Desideri, que estudou no Colégio Dom Bosco, é hoje um bem-sucedido agropecuarista.

Nossa geração realizou seus sonhos e ideais à custa de muita luta, transpondo obstáculos de toda ordem até atingir, gloriosamente, a vitória, certa de que a sábia regra pedagógica – *O homem aprende quando tem necessidade de aprender* – é uma verdade indesmentível, uma sentença transitada em julgado no dramático pragmatismo da vida.

Como os do Médio Amazonas, estudantes de outras paragens do “hinterland” afluíram a Manaus em busca do saber. Do rio Negro afluíram: Arthur Gabriel e José Maria Gonçalves, Osmar e José Bento e Ludovico de Oliveira Reis; de Fonte Boa: José de Jesus Ferreira Lopes, Belarmino e Eurípedes Ferreira Lins; de Humaitá: Plínio e Raimundo Coelho; de Coari: Dorval dos Santos Melo, Cônego Walter Nogueira e Deolindo Dantas; do Rio Branco (RR): Álvaro e Esmeraldino Figueiredo; de Manicoré: Coriolano Cidade Lindoso, Bernardino José Lindoso e José Bernardino Lindoso. A geração interiorana aqui referida pode ufanar-se de haver medrado as mais altas posições nos três poderes do Estado: Judiciário, Executivo e Legislativo.

Três estórias do medroso Elias

O velho Elias era sobejamente conhecido como o cidadão dedicado à família. Trabalhador, ótimo caçador de patos e marrecas, não dava tempo a que as penosas chocassem no tronco das piranheiras ou dos araparizeiros na época da desova. Vivia todos os dias observando o movimento delas na Ilha Grande, na Ilha Vermelha, na Desgraça, no Tijucoquara, no Aturiá ou no Inajatuba. Mal as marrecas acabavam de desovar, Elias e seu afilhado Aprígio se aproximavam das árvores e colhiam os ovos. Só lhe fazia parrelha nesse mister o Angélico Neves mais conhecido pelo epíteto de “Poronga”, que na perseguição aos marrecos se fazia acompanhar sempre do seu “belíssimo sobrinho” Xindola, como ele o chamava. Conta-se que Elias era meio sovina, e preferia levar sua caça para sustento da família, e, por isso, dizia sempre que não havia matado nenhuma marreca, nenhum pato ou nenhum ananaí. Acontece que certa vez, depois de negar aos fregueses a venda do marreco, Elias havia escondido umas vinte embiaras dentro de um japá e os conduzia para casa quando, inesperadamente, deu uma topada numa pedra em seu caminho, caindo, e o japá que conduzia na cabeça, ao se abrir, deixou à vista as vinte marrecas mortas, para deleite de seus fregueses, que não puderam conter o riso desdenhoso e galhofante.

Outra vez apareceu um rapaz doido, em Silves, e, além de doido, era forte e agressivo. Por isso Elias tinha verdadeiro

pavor do maluco, e por isso trazia a porta de sua casa sempre fechada e trancada. Na cidade todos temiam o doido, uma vez que a família não cuidava dele com a necessária vigilância. Certa noite Saul, um dos filhos de Elias, saiu para dar uma volta no Bairro Rabo da Onça e namoriscar, e chegou a casa depois das dez da noite. Bateu à porta com certa violência para acordar seus familiares. Elias julgou que fosse o doido e apelou para o seu afilhado Aprígio, dizendo em voz alta:

— Aprígio, segura a porta, não deixa o doido entrar! Te faz de homem, Aprígio!

Aprígio atendeu de pronto ao padrinho, depois de vários gritos de Saul, que teimava em se identificar, a porta foi aberta para que ele entrasse, enquanto Elias estava escondido em seu quarto, debaixo de uma grande caixa de madeira, dessas que trazia para o comércio, tremendo de medo, com os olhos arregalados, trêmulo e pálido. E assim, gaguejando perguntou a Aprígio:


— Cadê o doido, Aprígio?

A que o afilhado respondeu:

— Não era o doido, padrinho, era o seu Saul que queria entrar...

Elias costumava, nas tardes de domingo, sentar-se à sombra de uma vetusta mangueira em frente à sua casa, para admirar a bela lagoa do Saracá e a paisagem natural que a matéria agreste e distante lhe oferecia, o trajeto dos jacarés, o boiar dos botos-vermelhos e dos tucuxis; o passar dos bandos de lontras, agressivas e gritantes rumo à enseada do Ivo, e de deliciar-se com a acariciante brisa do “vento do Murucutu”, espécie de favônio tropical, que lhe assanhava os cabelos já encanecidos, enquanto prazerosamente tragava seu cigarro feito a capricho em folha de tauari. Usava ceroula longa, que amarrava em cima dos tornozelos. Estava nessa postura, alegre e feliz, quando sentiu que algo lhe entrava pela calça, subindo, e notou que o rabo de uma cobra verde – dessas que habitam as mangueiras e que são miméticas – desaparecia em sua calça, fazendo-lhe cócegas nas pernas. Elias dá um grito medonho, dizendo:

— Acudam-me que uma cobra está me mordendo!



Quando o acudiram e retiraram a cobra, que havia penetrado entre a ceroula e a calça. Elias quase morre de medo. Mataram a cobra, mas Elias ficou vários dias doente do grande susto por que passou, sendo massageado todos os dias por sua esposa, dona Mundica, com óleo de andiroba, cânfora e folhas de arruda, para lhe reabilitar o ânimo deveras abalado.

Tuxauas-açus e tuxauas-mirins

Com o advento da Nova República inaugurada em 15 de março do corrente ano, trabalho urdido com o inegável talento conciliador e percuciência política do pranteado Presidente Tancredo Neves, que a morte levou antes de subir, com vida, à rampa do Planalto para assumir o poder que o povo brasileiro, através de seus representantes no Colégio Eleitoral delegou-lhe democraticamente, vêm-me à lembrança alguns aspectos das lideranças políticas que existiram no Amazonas, particularmente no interior do Estado.

A denominação de “Tuxaua”, atribuída ao líder político, nasceu com Álvaro Maia quando, em 1951, disputava o Governo do Estado. A essa época eram muitos os “Tuxauas” interioranos, epíteto que substituiu a denominação antiga de “Coronel de Barranco”, como eram apelidados os verdadeiros líderes da política partidária, ou os senhores do poder econômico, isto é, os patrões.

Álvaro Maia e Manoel Severiano Nunes foram os “Tuxauas” dos grandes partidos políticos organizados após o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, em termos estaduais. Ambos arrimavam seu poderio político no interior, confiantes nas lideranças de seus “tuxauas-mirins”, isto é, tuxauas menores, com o poder de liderança adstrito aos seus respectivos municípios. As justas político-eleitorais eram das mais acirradas, e os partidários quer do PSD, quer da UDN, o primeiro

liderado por Alvaro Maia e o segundo por Manoel Severiano Nunes, se combatiam ardorosamente. Em Tefé, segundo o testemunho de um de seus filhos, – o barbeiro Osiris, do Salão Tropical – nos comícios políticos em que se defrontavam PSD e UDN, duas damas se engalfinhavam costumeiramente na via pública, em cenas de pugilato verdadeiramente hilariantes: uma, partidária de Cleto Praia, do PSD, e outra do Túlio Azevedo, da UDN. Era briga para valer, e só não chegavam à letalidade graças à intervenção de políticos mais moderados.

Conheci muitos “tuxauas-mirins”, e, dentre eles, em Itacoatiara: Isaac Péres, que foi, sem dúvida, um dos prefeitos mais dinâmicos da Velha Serpa, construindo igrejas, escolas, o grande muro de arrimo da frente da sede municipal, e foi ainda quem instalou luz elétrica na cidade, abolindo os velhos e saudosos lampiões, além de outros feitos memoráveis; Raimundo Perales, Osório Fonseca, Adamastor Onety de Figueiredo, Estácio Alencar, Floro e Antonino Mendonça, irmãos do soberbo político e jurista Vicente Mendonça Júnior; João Nelson de Oliveira, Teodorico Nunes, Antonio Araújo Costa, João Bezerra, e mais recentemente, João Valério, inteligente e combativo, e Antonio Vital de Mendonça, morto prematuramente. Em Parintins, Tomás Meirelles, Júlio Belém e Souza Filho, o famoso “Garça Morena”. Em Maués, Raimundo Albuquerque, José Albuquerque Mello e Homero de Miranda Leão. Em Urucará, Antenor Thiago de Melo. Em Urucurituba, Licínio José de Araújo e Augusto Pessoa Montenegro. Em Barreirinha, Militão Soares Dutra e Vicente Correa Lima. Em Coari, sobressaiam Deolindo de Freitas Dantas e Alexandre Montoril, que imaginou e criou em Manaus o bairro de São Francisco, quando deputado estadual. Em Fonte Boa, Fabiano e Antonio Afonso, João Fábio D'Araújo e Belarmino Lins. Em Benjamim Constant, José Veiga e o comerciante Braga. Em Codajás, Meton de Alencar. Em Boca do Acre, Danilo de Aguiar Correa e o famoso Cezonol. Em Barcelos, Albino Pereira da Silva. Em Manacapuru, Agapito Pereira e a família Ventura. Em Manicoré, Orlando Cidade e Coriolano Lindoso. Em Borba, Muniz de Castro e Tupinambá de Paula e Souza. Em Humaitá,

Edmundo Monteiro e Oswaldo Tonnyson Chaves Monteiro, que foi brilhante deputado estadual. Em Canutama, Francisco das Chagas Gomes de Araújo e Antonio Fonseca. Em Lábrea, José Muzio de Paiva. Em Itapiranga, Deocleciano Carmo dos Santos, Antonio de Almeida Santos (Tóquio) e Perseverando da Trindade Garcia, alvarista dos mais leais e que, como deputado estadual, chegou a exercer o governo do Estado, em substituição ao titular, havendo transmitido o governo ao Doutor Plínio Ramos Coelho. Em Silves, pontificaram o Coronel Manoel Antonio Garcia, duas vezes deputado estadual, Eduardo Garcia de Vasconcelos e Lauro Garcia, que foi prefeito e promoveu a grande festa centenária do Município, em 1951.

Na política interiorana sempre ocorreram fatos pitorescos. Na apuração das eleições, esperavam-se sempre os célebres “camburões” de votos, deste ou daquele município. Urnas eram salvas pelos botos cor-de-rosa, ou levadas para o fundo do rio, no alto Solimões. Conta-se que em certo município, à época da Velhíssima República, o partido que estava em cima, era o situacionista, e o que perdia e estava debaixo, seus partidários eram chamados de decaídos. A coisa era para valer. Não havia perdão. Os eleitores eram relacionados nominalmente em um livro, com a indicação do partido a que pertenciam. Na hora da eleição, o coronel chefe de um partido assistia à chamada dos eleitores. E foi feita assim:

— Romualdo Terço!

Responderam:

— Coronel, seu Terço morreu no ano passado.

— Então chamem o Felismino Borrvalho para votar por ele, a rogo...

As pegadas do tracajá

Silves é um município onde muitos de seus habitantes são conhecidos pelos apelidos. Conheci, ali, muitos amigos com estes apelidos: Raimundo Tapiú, Armínio Onça, Pedro Suçuarana, Raimundo Macaco, Daniel Capivara, André Guariba, Bico Jacaré, Bento Jaboti, Raimundo Socó, Manoel Boto, Joaquim Peixe-Boi, Raimundo Gaivota, Manoel Garça, João Rola, Joaquim Tuíra, Raimundo Bomrana, Dico Onça, Manoel Panelão e tantos outros. No bairro de Mucajatuba residiu, há tempos, uma operosa agricultora que se chamava Francisca, na intimidade apelidada de dona Chica e que tinha duas filhas diletas: Raimunda e Antônia, exímias torradoras de farinha. Acontece que na época do verão os camaleões costumavam desovar nas praias, imitando os quelônios, e dona Chica saboreava ovos de camaleão. Conta-se que certa vez um camaleão estava em desova num buraco por ele cavado na areia, deixando à mostra apenas a ponta do rabo. Dona Chica para retirar o camaleão da cova e apropriar-se dos ovos, puxou o camaleão pelo rabo, e nesse instante o camaleão saltou desesperado, procurando fugir, deixando parte do rabo nas mãos de dona Chica. Daí veio-lhe o apelido de “Chica Saca-Rabo”.

Dona Chica costumava fazer suas farinhadas e, para tanto, tirava lenha nos igapós, principalmente galhos secos de acapurana, tenha que dá um braseiro formidando. Certa vez, com a ajuda de Tonica e Mundica, suas filhas, tirou um lote de lenha,

deixando-o no porto de sua casa para ir consumindo à medida das necessidades ocorrentes. Era época de verão. Os igapós todos de fora. Galhos secos de acapurana, à vontade. As praias alvas e os igapós sombrios convidavam a uma boa sesta, com o suave ruído das folhas dos arvoredos farfalhando, tocadas pela brisa amena vinda do Murucutu.

Era Juiz Municipal de Silves meu saudoso tio Manoel de Almeida Garcia, que tinha em sua companhia um caboclo forte, musculoso, de cor tuíra, identificado principalmente pelos pés descomunais que ostentava. Calçava tamancos ou sapatos número 48. Chamava-se Fortunato, e onde punha os pés, ali ficava-lhe a marca indelével e inconfundível. O Juiz tinha uma padaria doméstica, com um forno de barro aquecido a lenha de acapurana. Tinha também uma canoa possante de nome “Bibiari”. Certa manhã, o Juiz chama Fortunato e lhe determina:

— Fortunato, vá tirar lenha para o forno da padaria e para o fogão doméstico. Apanhe a “Bibiari” e cuide disso!

Fortunato não se fez de rogado. Apanhou remo, machado, terçado, cigarros e uma garrafa de tiquira e parte para os igapós, pelas quatro da madrugada, aos primeiros cantos das saracuras. Sabia, de antemão, que no porto da casa de dona Chica, no Mucajatuba, havia um lote de lenhas, que ela e suas filhas haviam apanhado na véspera. Fortunato embarcou toda a lenha de dona Chica na “Bibiari” e foi para trás da ilha de Silves curtir a tiquira e um sono nos igapós de areia alva. Pelas cinco da tarde, remando contra um forte “vento de baixo”, lá vem Fortunato na “Bibiari” “bebendo água”, tão carregada de lenha, que daria para o consumo durante um mês. Desembarcou a lenha, amontoou-a no lugar de costume e deu por cumprida a missão.

Quando dona Chica foi apanhar a lenha no porto de sua casa para esquentar o forno de farinha, só encontrou o rastro de Fortunato sulcado na areia e o monte de lenha havia desaparecido. Disse logo de si para si:

— Foi o caboclo Fortunato que roubou minha lenha. Vou me queixar ao Dr. Garcia.

Logo ao anoitecer, dona Chica dirige-se a casa do Juiz para formular sua queixa. Chega cansada e vai logo entrando no

assunto, dizendo:

— Meu sobrinho – era como tratava o Juiz – teu caboclo Fortunato roubou toda a minha lenha do porto de minha casa. Lenha que eu e tuas primas Tonica e Mundica havíamos tirado com sacrifício para a farinhada que iríamos fazer.

Indaga o Juiz:

— Como a senhora sabe que foi o Fortunato que furtou sua lenha?

— Ora, meu sobrinho, conheci pelo rasto. Foi ele que deixou a marca daquele pezão que todo mundo conhece!

O Juiz chama Fortunato para ser acareado com a queixosa, e pergunta:

— Seu Fortunato, como é que você vai furtar toda a lenha da tia Chica?

— Eu? – redargüiu Fortunato.

— Sim, ela afirma que foi você!

Intervém dona Chica:

— Foi ele, meu sobrinho, eu conheci pelo rasto!

Fortunato muito encabulado, rebate com esta frase própria de caboclo interiorano:

— Ah!, diacho, lá já o tracajá!... – com um sorriso cínico a tremelicar-lhe a face.

Identificado pelas pegadas, o Juiz mandou que Fortunato devolvesse a lenha de dona Chica, vindo Fortunato a confessar a veracidade da queixa.

Morto em holocausto ao progresso

Não sei se foi no ano de 1967 ou 1968 que o então Prefeito de Manaus, Dr. Paulo Pinto Nery, resolveu re-arborizar a Avenida 7 de Setembro, onde tenho a minha residência. Em frente dela foi plantado um tenro pé de Oitizeiro. Cercaram-no com algumas tábuas ponteagudas e pintaram-nas a cal, de branco.

Vem o verão forte, quente, de agosto e setembro. Da janela de minha casa notei que o pequeno Oitizeiro definhava dia-a-dia. Resolvi, então, associar-me à Edilidade e assumir comigo mesmo o compromisso de ajudar aquela árvore-criança a crescer. E todas as manhãs mandava molhá-la, quando eu mesmo não podia fazê-lo.

Notei, depois de algum tempo, que o Oitizeiro já começava a sorrir alegremente para o Céu. Comparava-a, assim, pela graça e felicidade que ostentava, com o menino faceiro que estréia terno novo no dia de Natal, ou no dia do aniversário.

E o meu Oitizeiro começou a crescer. Aqui e ali eu xingava os escolares que lhe arrancavam as folhas, sempre e sempre procurando protegê-lo.

Quando o Presidente Costa e Silva veio a Manaus e visitou o Governador de então, eu o vi entrar no Palácio Rio Negro, olhando-o por cima do Oitizeiro. Quando o presidente Geisel esteve em nossa Metrópole para a inauguração do Aeroporto Supersônico, já a bela árvore, crescida e adulta, empanava a

visão da entrada da sede do Governo Estadual, com a sua ramagem farta e cheia de vida.

O Coronel Paulo Figueiredo, quando Comandante da Polícia Militar, ajudou-me a policiá-la, evitando que carros particulares ou de praça pernoitassem debaixo dela e com seus tubos de descarga, maltratassem-na com os jatos de gás venenoso que expeliam.

E o meu Oitizeiro estava belo, bem crescido, vigoroso, adulto. Era o mais belo da Avenida Sete de Setembro, deixando para trás os plantados em frente às casas de dona Nena Cintra e de Ovídio Monteiro, que guardavam dele uma inveja tremenda.

Ontem à noite, pelas 20h30min, precisamente, recebia a visita de meus primos Orlando e Vitória, quando um alarido na rua nos chamou a atenção. Fomos às janelas e assistimos, estarecidos, ao arboricídio que então se praticava: uma turma de machadeiros, da Prefeitura Municipal, cumpria sua perversa missão, pois com seus machados afiadíssimos, golpeavam-na impiedosamente. Derrubaram-na, enfim, cortaram-lhe os galhos, e em poucos minutos ali jaziam apenas as raízes ainda gotejantes de seiva, a indicar que ali nascera, crescera, vivera e morrera um Oitizeiro. Os protestos foram muitos. Vitória, visivelmente revoltada, gritava:

— Assassinos! Assassinos!

A mulher de um popular advogado, nosso vizinho, bradava:

— A morte da minha árvore será a minha eleição para a Câmara Municipal! Por toda a minha vida de professora ensinei a meus alunos como plantar uma árvore. Agora, com este aprendizado, vou ensinar-lhes como matar as árvores.

Depois de assistir a toda essa odisséia, passei a analisar friamente os fatos. Senti o impacto emocional da morte do meu Oitizeiro, e vai ser difícil esquecê-lo. Mas com o progresso de Manaus, com o alargamento e asfaltamento de suas ruas admiti que muitas transformações ainda vão ser feitas. Muitas lágrimas ainda vão rolar pelas faces de meus conterrâneos. E o meu pobre Oitizeiro foi morto em holocausto ao progresso de Manaus.

O lago do Canaçari, seus encantos e encantamentos

O Amazonas será um portão turístico, é o que se apregoa insistentemente, após a recente determinação oficial de incentivo ao turismo nacional e regional.

O Município de Silves será um pólo turístico dos mais festejados. Para esse fim, está sendo construído na sede municipal, no outeiro ali existente, um belíssimo hotel, que se denominará “Pousada de Caça e Pesca do Amazonas”, produto da obstinação, tenacidade e perseverança de um moço corajoso e intrépido: o Comandante Aristides Queiroz.

Silves possui seu campo de aviação, com uma estação de passageiros construída à conta e risco de Agobar Garcia, retribuindo, desse modo, à generosa denominação dada pela edilidade ao aero-porto saracaense, que tomou o nome de seu saudoso genitor: Eduardo Garcia, o qual será inaugurado auspiciosamente no dia 18 de outubro próximo, dia de aniversário do Saracá Futebol Clube, a maior organização esportiva do Município.

Prepara-se em Silves uma infra-estrutura para atendimento dos turistas que para ali, certamente, afluirão, em busca dos encantos naturais que a bela paisagem oferece aos alienígenas ávidos de prazer, em seus momentos de ociosidade.

Além do vento terral que sopra do igarapé do Murucutu, uma espécie de *ventos de junho no Maranhão*, de que nos fala Aluísio Azevedo em *O Mulato*, além dos bandos de queixadas

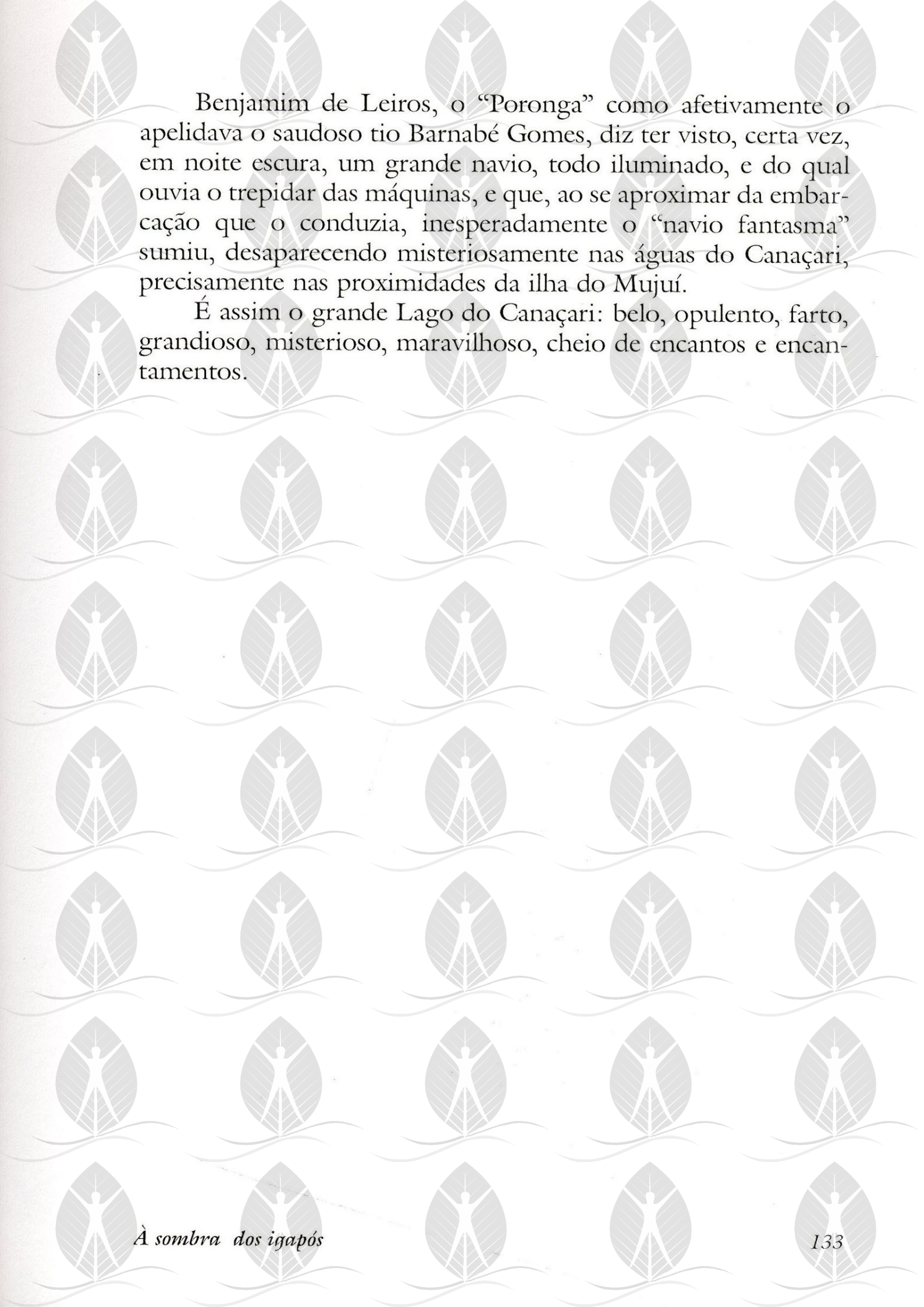
que habitam o lombo de terra que separa o Rio Urubu do Uatumã; além dos cardumes de jaraquis, que descem do alto Urubu, do Sanabani e do Atapani, existe o majestoso Lago do Canaçari, um dos maiores existentes na bacia amazônica. Esse lago é rodeado por inumeráveis lagoas piscosas, formando uma tessitura potâmica “sui generis”, na justa impressão de Euclides da Cunha, ao afirmar, quando viu pela primeira vez a grande planície: ... *o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão...*

Lago de pouca profundidade, sem muitos peraus, o Canaçari, nas grandes vazantes, chega a secar quase inteiramente, restando aqui e ali poços e poções, onde se abrigam as muitas espécies ictiológicas que habitam o grande Lago. Cercam-no lagoas menores, como o Bibiari, o Araçatuba, o Redondo, o Curuçá-Mirim, o Atuirá, o Medonho, o Puruzinho, o Taxi, o Tracajá, o Seringatuba, todos eles oferecendo locais propícios à pesca do pirarucu, do tambaqui, do peixe-boi, dos pacus e sardinhas e do saboroso tucunaré, tão abundante na região.

O Lago do Canaçari se comunica com o grande rio Amazonas através dos furos do Rebojão e do Canaçari, este traçando limite com o Município de Itacoatiara, que é banhado, também, pelo grande lago.

Nos meses de agosto a dezembro, bandos de patos, marrecas, garças, maguaris e mergulhões invadem o grande Lago e suas adjacências, e os matupás ficam repletos de piaçocas e socós. O amanhecer, ali, é saudado pelos cantos nostálgicos de saracuras e carão, seguidos de revoadas de passarinhos, como os canários, japiins e tangarás, que demandam os lagos em busca de alimento e pouso.

Mas, além desses encantos naturais, há, ainda, outros encantamentos. São lendas, superstições sobre a ilha do Mujuí, em pleno Lago do Canaçari, onde se diz existir cobra-grande, que se transforma em luxuoso navio, nas noites de lua nova e quando o céu é iluminado apenas pelas estrelas, das quais ressalta o Cruzeiro do Sul, que reflete nas águas mansas sobre as quais trafega o soberbo espécime, na sua pávula aparição.



Benjamim de Leiros, o “Poronga” como afetivamente o apelidava o saudoso tio Barnabé Gomes, diz ter visto, certa vez, em noite escura, um grande navio, todo iluminado, e do qual ouvia o trepidar das máquinas, e que, ao se aproximar da embarcação que o conduzia, inesperadamente o “navio fantasma” sumiu, desaparecendo misteriosamente nas águas do Canaçari, precisamente nas proximidades da ilha do Mujuí.

É assim o grande Lago do Canaçari: belo, opulento, farto, grandioso, misterioso, maravilhoso, cheio de encantos e encantamentos.

Grêmio Guanabara – sua gênese, seu viver

A princípio era um igarapé ermo de águas límpidas, escondido na sombra de velhas árvores, ladeado de buri-tizeiros, patauazeiros, e mais acima uma campina sombreada de muricizeiros, debaixo dos quais capins rasteiros formavam um tapete esmeralda, onde se podia deitar e contemplar o céu sempre plúmbeo nos meses chuvosos, ou olhar o sol aberto nos dias caniculares. Ali recolhiam-se nas horas de lazer, Aluízio Marques Brasil, Celino Menezes, Lucano Antoni e outros destacados funcionários da Prefeitura Municipal de Manaus, do grupo do Lucano e Aluízio. O lugar ermo e acolhedor era então denominado “Tenda de Ali”.

Conheci o local pela primeira vez, levado pelo companheirismo de meus saudosos e pranteados amigos Danilo de Aguiar Corrêa e Ladislau Torres da Silva. Depois surgiu na área o Grêmio Guanabara, ponto de frequência do Professor Lúcio Fonte de Rezende, Pietro Antonio Celani, Euclides Souza Lima e tantos outros distintos cavalheiros, que elaboraram, inclusive, o primeiro Estatuto do Clube, dando-lhe destinação de vida social.

No início o Grêmio Guanabara resumia-se num tapiri, coberto de palha branca, com bancos toscos de madeira e uma pequena praia à margem do igarapé do Mindu, onde nos reuníamos aos sábados e domingos para saborear o delicioso pirarucu assado na brasa por essa figura simples, prestativa e amiga, que ainda hoje serve ao Clube; o velho “Chico”. Seguin-

do à risca o gosto brasileiro, arranjamos num areal próximo um improvisado campo de futebol, e ali o praticávamos aos sábados à tarde e aos domingos pela manhã. Lembro-me ainda dos companheiros de então: Luiz Monteiro, Douglas e James Souza Lima, Roberto, Aduino, Tiba e Iran Caminha, Ruy e Ari Gavinho, Ilmar Oliveira, Agobar Garcia, Roosevelt Pereira de Melo, Maurício Araújo, Oswaldo Gesta, Flaviano Limongi, Walmizão, Chico Tinoco Guedes, Teomário Costa, Waldir Pimenta, Rui Santos (Lloyd Aéreo), “Camisa Branca” e tantos outros craques consagrados.

No voley pontificavam com maestria Edgar Monteiro de Paula, Tical, Milton Marques, Tito Grangeiro e tantos e tantos. No dominó, Giacomo Arone, Wanderley, Clemente Simões, Manoel Octávio, Armando Freitas, Afonso Lima, José Cidade de Oliveira, Felipe Abraham, Mário Sahdo. No carteadado era frequente a participação de Acrisolda, Ilza Garcia, Helena de Paula, Alba, Dra. Dulce Costa. Havia também uma mesa cativa de Afonso Lima, Cleomilton Braga, Manoel Lima, Francisco Monteiro de Paula, Mário Verçosa, Waldir Garcia, Agobar, Teomário Costa.

As manhãs de domingo eram sempre de uma confraternização sem par. Arnóbio Valente armava no meio do igarapé a sua tenda e ali servia aperitivos gratuitamente a todos os companheiros, ajudado por sua dedicada esposa, dona Zila Said Valente. Havia uma velha árvore caída sobre o igarapé, que servira de ponte de uma margem à outra. Era denominada “O Pau dos Velhos”, que suportava aos domingos e feriados mais de seiscentos anos de vida sobre ele. Eram o Coronel Auton Furtado, o comandante Montenegro, o Tabelião Antonio Marrocos, o Sr. César Ituassu, Sílvio Malheiros Franco, Senhor Almeron Caminha Monteiro, Euclides Souza Lima e Glicério Vieira, a desfilarem, num “papo” informal velhas estórias de sua mocidade, do ciclo da borracha, do comércio antigo de Manaus, da sociedade de então, um recorde feliz da juventude de cada um. E o faziam sob o manto protetor de fraterna, cordial e sincera amizade.

As reuniões sociais realizavam-se em casas de amigos. Todos contribuíam com pratos e bebidas regionais. Dançava-se à vontade. Bebia-se, comia-se, conversava-se a valer: enfim, confrater-

nizava-se à moda da época. Há quantos anos?

No dia 27 de abril último, o Grêmio Guanabara completou trinta anos de fundação. Cresceu e prosperou sob a égide de seus diretores e associados. De Euclides Souza Lima, seu primeiro Presidente, a Clemente Simões, recentemente eleito e empossado, medeiam três decênios de vida e progresso. Hoje o Grêmio Guanabara tem um respeitável patrimônio: campo de futebol, de voley, piscinas, salão de dança, bar, enfim, é um clube de campo que merece a dedicação, o entusiasmo, mas, sobretudo, a reaproximação de todos os seus associados, velhos e novos, para seu maior progresso, para sua maior glória e de todos que o criaram, pelo seu sucesso cada vez maior.

Treze lustros do esporte

Quando Frei Raimundo da Ordem das Mercês chegou ao rio Urubu para fundar a sua Missão, em 1663, ali encontrou, certamente, em abundância, uma espécie de formiga muito ativa e laboriosa, de cor avermelhada – a formiga Saracá, da qual tirou o nome para dá-lo à sua Missão. Daí a denominação de Missão do Saracá, atribuída também, por extensão, ao lago que circunda a ilha onde se ergue hoje, alta-neira e bela, a cidade de Silves. Dessa tradição deriva o nome do maior clube sócio-esportivo da cidade: o Saracá Futebol Clube.

O dia 21 de outubro assinala uma das efemérides mais gratas à mocidade esportiva de Silves. É que nesse mesmo dia, no ano de 1917, foi fundado o Saracá Futebol Clube por uma plêiade de jovens da época, entusiasmados com a novel prática do futebol, que aparecia como o esporte predileto da mocidade, entre eles: Alcebíades, Zózimo, Floriano e Zoroastro de Leiros Garcia, filhos do Desembargador Zózimo Severino de Leiros, todos eles estudantes em Manaus e aficionados do Nacional Futebol Clube, cujas cores e escudo levaram para Silves e os tornaram padrões do Saracá. Aliaram-se aos quatro jovens, os silvenses: Perseverando, Lauro, Rômulo, Otílio e Vivaldo Garcia, Simão de Miranda Lira, Flávio Almeida, Raimundo Nhamundá Neves, Benedito da Costa, além do Prof. João Pedro Garcia e do então Juiz Municipal, Dr. Manuel de Almeida Garcia, para fundarem a tradicional agremiação esportiva.

A princípio praticavam apenas o futebol, esporte que à época, como ainda hodiernamente, é o predileto das multidões. Outras gerações viriam a suceder a dos fundadores, como a minha, e da qual integraram os quadros do Saracá: Manuel Felipe de Leiros Garcia, o “Manoelito”, que foi centroavante do Atlético Rio Negro Clube, bem como Hugo Garcia e Abelardo Garcia, o célebre e famoso “Juvenil”, que por sua excepcional performance foi transferido para Belém, contratado pela Tuna Luso daquela metrópole; Agobar Garcia e eu, que atuamos pelo Olímpico Clube, dando-lhe o primeiro campeonato; o Major Orlando Garcia, que se destacou na Escola Militar como um “crack” excepcional. Da geração mais recente, destacaram-se: Raimundo Domingos Neves, o “Boca Cheia”, que atuou pelo Fast Clube sob o comando de João Liberal e ainda pela Escola Técnica; Antonio Celestino Garcia, o “Celé”, que atuou pelo Nacional; Luiz Grana, Delson Grana Pinto, Edemberg Grana Ehm, Raimundo e Ivan Souza, que integraram a seleção da Escola Técnica, à época em que foram estudantes desse estabelecimento de ensino.

Merecem especial referência pela decidida colaboração que deram às vitórias do Saracá, os futebolistas Dudu Garcia, Raimundo e Agnaldo de Leiros, João Garcia Filho, Raimundo Macedo, Cláudio da Costa, Dico Maia, João Marques, Américo e Oswaldo Farias, Walter e Diquinho Viana, Bento de Castro, Levi Assunção, que com invulgar entusiasmo e amor ao Clube, souberam engrandecê-lo e fazê-lo triunfar nas pugnas de que participaram.

Hoje o Saracá Futebol Clube tem sede própria e uma Diretoria dinâmica, presidida pelo desportista Fernando Almeida, coadjuvado por um elenco de dedicados dirigentes, que fazem do Saracá a melhor agremiação sócio-esportiva de Silves.

Dir-se-á que o Saracá Futebol Clube foi a célula mater do esporte silvense, que se vem destacando em competições intermunicipais, como aconteceu recentemente nos 7º Jogos Estudantis do interior, realizados em Itacoatiara, conquistando medalhas de ouro, prata e bronze, para gáudio da mocidade vibrante daquele festejado rincão.

Ao completar seus 65 anos de fundação, comemorado no dia 22 de outubro último, o Saracá Futebol Clube promoveu uma festa das mais saudáveis: na parte esportiva, houve um torneio de futebol e voleibol, do qual participaram vinte clubes locais e de municípios vizinhos, com distribuição de prêmios aos vencedores, e à noite, na sede social, um afinado conjunto musical, comandado pelo cantor Nino Gatto, propiciou aos presentes uma comovedora noite de encanto e alegria, com a eleição da rainha do Clube, ganho pela jovem Marinete da Silva Neves e que teve a secundária a jovem Lindomar Sousa Costa.

O acontecimento assinalou com todas as pompas os Treze Lustros de Esporte do tradicional clube da terra saracaense.

O nascer de uma clínica de olhos

Cursávamos o 5º ano do tradicional “Gymnasio Amazônico Pedro II” e ainda usávamos aquela farda amarela, tão festejada quão lembrada, e que se glorificou na célebre “Revolução Ginásiana”, que marcou a fibra, o entusiasmo e a coragem cívica e gloriária dos estudantes revolucionários da época. Eram meus colegas de turma, dentre outros, Lúcio de Siqueira Cavalcante, José Bezerra dos Santos, Graciliano Muniz (já falecido), Manoel Felipe de Leiros Garcia, e as mais belas ginásianas de então: Kleonisse Studart de Souza Brasil, Yolanda Pinto, Adylles e Lais Bivar, Nailê Mello, Phriné Benayon e tantas outras. O nosso pequeno mas estúrdio quinteto, coeso, fraterno e entusiasta, costumava paquerar na Av. 7 de Setembro, no trecho compreendido entre a primeira ponte e a Visconde de Porto Alegre. Desta rua até o início da terceira ponte, havia mangueiras vetustas e sombrias, debaixo das quais corriam bondes das linhas “Cachoeirinha Circular”, “Pobre Diabo” e outras.

Era nosso catedrático de Matemática o Professor Antonio Telles de Sousa, o “Telão”, como amavelmente o reverendávamos, cearense de Maranguape, austero, competente e probo, casado com a prendada professora Eunice Serrano Telles de Sousa, que marcou época e celebrizou-se como Diretora da antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Amazonas. O festejado casal de mestres residia na Avenida 7 de Setembro, em frente à “Vila Ninita”, em um casarão à moda antiga, de muitas

portas e janelas, edificado em terreno de grande área. O Professor Antonio Telles de Souza tinha um elenco de filhas muito bonitas e amáveis, dentre as quais se destacava Lais, que foi, inclusive, pelo esplendor de seus dons artísticos, a “Iaiá Boneca” de uma peça que encenou no Teatro Amazonas. Falecido o Professor Telles, a Professora Eunice mudou-se para o Rio de Janeiro, acompanhada das filhas, que casaram e deixaram Manaus definitivamente. Mas ficou o casarão antigo. Foi demolido, restando apenas um terreno baldio.

Em princípio de 1980 corre a notícia de que ali seria construída uma “Clínica de Olhos”, dos médicos oftalmologistas Cláudio do Carmo Chaves e Jacob Moysés Cohen, ambos amazonenses e egressos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Amazonas. No lugar onde se erguia o casarão antigo, com suas portas e janelas que alcovitaram muitos anos de namoro e relações de vizinhança, entram os tratores, planificam o terreno, pronto para suportar as escavações da nova construção. Uma construtora projeta e desenha o edifício em todas as minúcias. O Banco da Amazônia S/A, graças à decidida interferência do Diretor, Dr. José Edgar Stone, financia a obra. São mobilizados serventes, pedreiros, carpinteiros, eletricitas, mestres e contra-mestres, encanadores, azulejistas, pintores, ilustradores. E o projeto sonhado, concebido e idealizado pelos dois jovens médicos, contou com o estímulo dos facultativos, Drs. Werther Leite de Castro, José Rizzo Pinto, Enailson Amado, Angel Arroyo, e dos amazônidas Álvaro César de Carvalho, Enoch Lunière, Raimundo Augusto Meninéia, Carlos Veloso de Oliveira, Ubaldino Meireles, Joel Ferreira da Silva e José Ferreira Marinho, e com a assessoria e permanente estímulo do Professor Cleómenes do Carmo Chaves, o velho “Quelé”, como é carinhosamente epitetado; e o projeto remata-se num edifício vistoso e brilhante, onde um mundão de gente irá prestar serviços e o sofrimento de muitos terá fim; onde as trevas da visão de muitos enfermos, que voltarão a ver as coisas e fulgurantes com que a Natureza aquinhou a espécie humana.

De onde saiu uma família ilustre, cujos chefes preocuparam-se em expungir da juventude as trevas da ignorância

graças ao seu eloqüente magistério, ali se ergue, altaneira e bela, uma “Clínica de Olhos” para servir à cidade de Manaus e seus sofridos habitantes.

Do pátio de minha casa vejo os pedreiros e carpinteiros que contracenam no edifício em construção. Brincam e riem, entre o raque-raque dos serrotes, o tá-tá-tá dos martelos e o cair de tijolos e entulhos. O barulho é infernal. Não nos deixa sossegar. Eu e meus vizinhos confidenciamos, discretamente, as nossas angústias e fazemos preces para que a obra se conclua. E finalmente, está pronta e acabada. Será inaugurada hoje, 17 de janeiro de 1982. E os novéis facultativos, Cláudio do Carmo Chaves e Jacob Moysés Cohen, em homenagem justa e merecida ao grande inspirador da obra e seu incentivador e acompanhante de todas as horas, resolveram denominá-la “Edifício Professor Cleómenes do Carmo Chaves”.

Nossos melhores angúrios para que a novel instituição – “Instituto Oftalmológico de Manaus” – atinja seus altos objetivos, para felicidade da comunidade manauara e plena satisfação de seus idealizadores e executores.

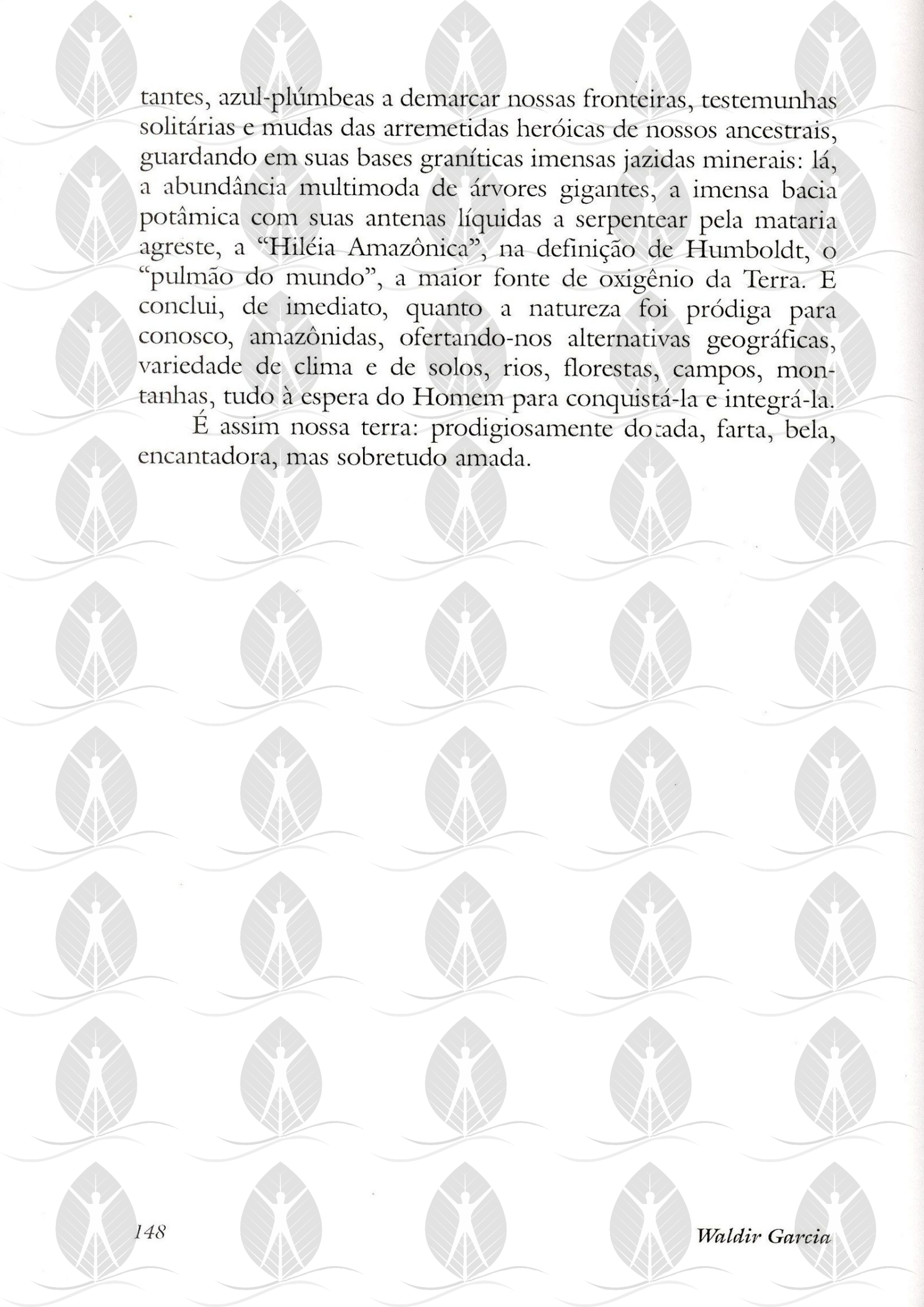
Evocação telúrica

Trafegávamos rumo à ponte recém-construída que atravessa o rio Surumu e percorríamos o grande lavrado de Aruanã, um dos maiores do Território de Roraima, quando o sol descambava no horizonte, tingindo a abóbada celeste com um enxame de raios multicores, com os últimos suspiros de um dia que dava o seu derradeiro adeus ao calendário gregoriano.

As pastagens infindáveis a agitar-se à viração constante, num eterno perder-se de vista, quando a terra se confunde com o firmamento, como se muito longe se juntassem, maravilhoso painel de “Terras do Sem fim”, eis um convite à caminhada por aqueles campos gerais, como em peregrinação poderosa rumo ao Céu, a juntar-nos aos anjos, aos santos, aos bons e aos justos que parecem ali residir, numa ânsia incontida de eternidade.

Mas, comparando bem, pareceu-me que estava diante das lagoas amazônicas, com seus capinzais imensuráveis, de um verdejar pujante e perene, guardados pelos bandos alegres de canários e tangarás, japiins e papagaios, patos e marrecas, maguaris e piaçocas, mergulhões e cararás, sob o canto planigente das saracuras, ao amanhecer, ou ao brado de alerta do carão espantado.

Evoquei, naquele instante, os imensos igapós e lagoas amazonenses e estabeleci o contraste: aqui, os campos gerais, os lavradores quase nus, sem vegetação adulta, as serranias dis-



tantes, azul-plúmbeas a demarcar nossas fronteiras, testemunhas solitárias e mudas das arremetidas heróicas de nossos ancestrais, guardando em suas bases graníticas imensas jazidas minerais: lá, a abundância multimoda de árvores gigantes, a imensa bacia potâmica com suas antenas líquidas a serpentear pela mataria agreste, a “Hiléia Amazônica”, na definição de Humboldt, o “pulmão do mundo”, a maior fonte de oxigênio da Terra. E conclui, de imediato, quanto a natureza foi pródiga para conosco, amazônidas, ofertando-nos alternativas geográficas, variedade de clima e de solos, rios, florestas, campos, montanhas, tudo à espera do Homem para conquistá-la e integrá-la.

É assim nossa terra: prodigiosamente dotada, farta, bela, encantadora, mas sobretudo amada.

Buriti – árvore símbolo

O Território Federal de Roraima no seu tríplice aspecto – Região Amazônica, Região Montanhosa e Região dos Campos Gerais – diferencia-se pela abundância de vegetação e de redes potâmicas, ou pelas elevações ou planuras do solo.

Na Região Amazônica, a vegetação é farta, compacta e variada, com seus espécimes de porte gigantesco e de verdor característico, constituindo a continuação da selva amazônica propriamente dita. Na Região Montanhosa, abrangendo praticamente toda a área Norte do Território, as características de vegetação rasteira, os lavrados infundáveis, salpicados aqui e ali de buritizais imensos, ornamentam a paisagem de nuances gráceis “sui generis”.

Afonso Arinos, em conhecida obra clássica de nossa literatura, fez esta singular e terna apologia do Buriti:

Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que da majestade e de tristura não exprimes, venerável epônimo dos campos! No meio da campina verde, de um verde esmaiado e merencório, onde tremeluzem às vezes as florinhas douradas do alecrim do campo, tu te ergues altaneira, levantando aos céus as palmas tesas – velho guerreiro petrificado em meio da peleja!

Tu me apareces como o poema vivo de uma raça quase

extinta, como a canção dolorosa dos sofrimentos das tribos, como o hino glorioso de seus feitos, a narração comovida das pugnas contra os homens de além! Por que ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram?

Poucas vezes uma narrativa em tom de poema sublimado se agasalha tanto, se compatibiliza tanto e se ajusta tanto à visão panorâmica que tenho agora dos buritizais roraimenses, que são também, sobreviventes do drama da conquista deste agradabilíssimo pedaço de solo brasileiro.

Certamente os pioneiros da conquista de Roraima como Sir Walter, Cristóvão Aires Botelho, o estadista lusitano Manoel da Gama Lobo D'Almada ou o percuciente naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira hão de ter ficado fascinados diante de quadro tão belo, de luxuriante painel, maravilhoso e extasiante, quando por aqui passaram em viagem de aventura ou de conquista, e possivelmente bivacaram à sombra acolhedora e amiga dos buritis destas planuras, que guardavam, ainda, àquela altura, a pureza de sua virgindade natural, sem que o homem civilizado, com sua presença predatória, os houvesse locado antes. Banharam-se, certamente, nos igarapés de águas límpidas, que serpenteiam pelos lavrados, num ziguezaguear que, visto do alto, oferece ao observador atento um imenso dossel de verdura, rendilhado de antenas líquidas que a Natureza, em momento de inspiração divina, soube criar para agasalhar os macuxis, raça quase extinta de que és, buriti altaneiro, o poema cheio de vida e ternura.

Se foste abundante noutros sertões brasileiros, como afirma o autor de *Pelo Sertão*, fizeste de Roraima o teu caravançarã preferido, e aqui, com o teu fruto saboroso e farto e as tuas palmas utilitárias, com o sombrear que dás aos igarapés e às pastagens e agasalhos aos rebanhos bovinos nos momentos caniculares, e onde se escondem, ainda, os veados e antas, queixadas e pacas, patos e marrecas, garças e passarões, serviste, no passado, às tribos nômades como serves no presente às sedentárias, que aqui se fixaram, e aos bravos garimpeiros, sentinelas anônimas de nossas fronteiras, aos intemoratos criadores, desbravadores

desta terra rica e dadivosa, esperança maior da Pátria, atalaia do setentrião, para, por tudo isso, mais uma vez epônimo, conquistares o agradável epíteto de Árvore Símbolo deste futuroso território.

Pela grandeza e imponência que representas: poema vivo dos macuxis; canção dolorosa de seus sofrimentos; hino glorioso de seus feitos; narração comovida das pugnas contra os homens de além, eu te saúdo e te venero, Árvore Símbolo, com os augúrios de uma sublime evocação e de um eterno sobreviver!

Quando, em breve amanhã, Roraima for conduzido à condição de Estado, tua figura heróica e imponente, com suas palmas tesas levantadas para os céus, hás de balouçar ao sopro da brisa agreste, timbrogravado na Bandeira ricamente ornamentada da nova Unidade Federativa, estará, então, justificado, porque ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram, “vegetal ancião, cantor mudo da vida primitiva dos sertões”.

A frustração no primeiro gole

Na antiga Rua-de-Baixo, que ia da casa do Capitão André Farias à do Chico Beka, no Rabo da Onça, hoje denominada Av. Álvaro Maia, havia uma pequena casa comercial, de taipa, denominada “Casa da Farra”, onde a rapaziada silvesense – à época em que Perseverando Garcia era solteiro e boêmio – se reunia para curtir os fins de semana tomando a cachaça “Jararaca”, importada do Pará e que chegava a Silves no “Tejo” ou no “Barão de Cameté”, festejados gaiolas da frota de Nicolau da Costa & Cia. Ltda. Ali a mocidade se entretinha contando suas aventuras amorosas, comentando as partidas de futebol e ensaiando as mais recentes modinhas, sempre acompanhadas pelo violão plangente do Dudu, pelo violino mágico do Lourencinho e pelo bandolim terno e romântico do Minguinho. Depois a Casa da Farra passou às mãos do “Manoel Ferro”, pai do Vereador Bianor Garcia, homem austero e bravo, que não brincava em serviço. Próxima à Casa da Farra residia dona Raimunda Maia, que tinha um filho de nome Saul, além de um neto adolescente: o Dico Maia.

Naquele tempo a criação era severa: os pais controlavam os filhos, ministrando-lhes os melhores princípios de educação doméstica e vivência social, de modo que os filhos só podiam beber ou fumar após atingiram a maioridade, dispensando tratamento respeitoso aos mais idosos. A afirmação da macheza se fazia quando o jovem arranjava uma cutuba, e na roda dos

amigos começava a bebericar. Dico Maia era instado por seus colegas a participar da bebericagem, mas não o fazia temeroso de seu tio Saul e de sua avó, dona Mundica Maia.

Acontecia que alguns jovens desobedeciam os princípios de educação que recebiam de seus pais, e começavam a bebericar antes de alcançar a idade legal. Oswaldo Farias, apelidado de Vaco, era um deles. Começou a beber tiquira desde os 17 anos, e tocando violão, fazia seu ponto predileto na “Casa da Farra”, de propriedade do Seu Ferro. Esse pequeno comércio era constituído de uma prateleira com perfumes, fazendas e outros armarinhos, enquanto de um lado da saleta de entrada amontoavam-se sacas de café, arroz, feijão e açúcar. Sobre esse monte de sacas o Vaco, certo dia, pelas 11 horas da manhã, sentado e dedilhando seu violão, lembrando os amores platônicos que alimentava com as jovens de Itapiranga, recordando-as do último encontro que com elas tivera na festa de N. Sa. de Nazaré, dia 7 de setembro, sem dinheiro para comprar bebida, ali estava à espera de um amigo dadivoso, quando inesperadamente entra pela porta a dentro o Dico Maia, trazendo apertado à mão um moedão de um cruzado – moeda antiga, daquele tempo, que valia quatrocentos réis – e dirigindo-se ao Seu Ferro solicita:

— Seu Ferro, dê-me duzentos réis de cachaça?

A que Seu Ferro redargüiu:

— Você já está bebendo, rapaz?!

Responde Dico Maia:

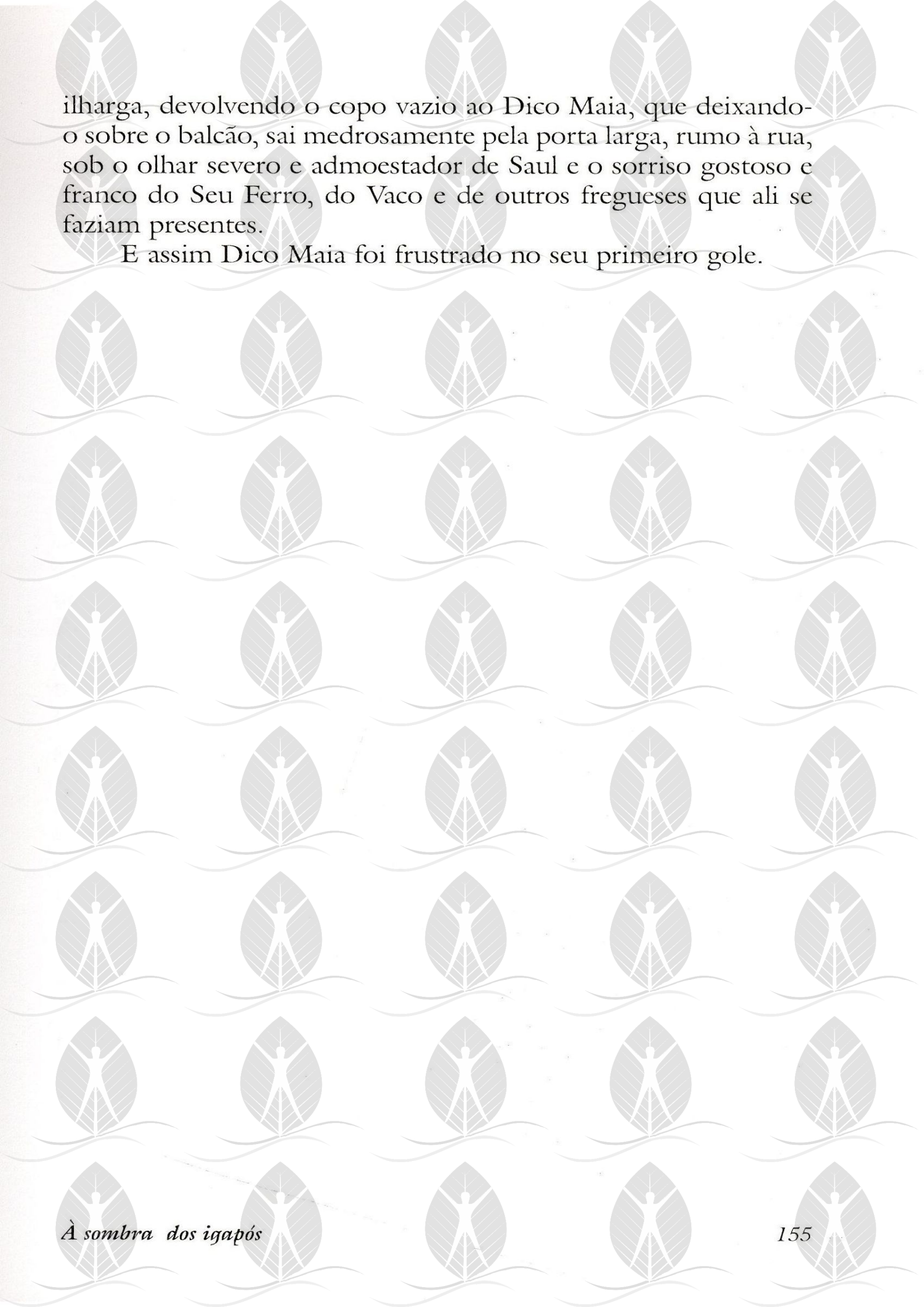
— Seu Ferro, quero matar o bicho.

— Olha lá, Dico, se o Saul te pega, quero ouvir teus gemidos quando ele te surrar com galho de cuieira!

Após essa admoestação, Seu Ferro coloca num copázio a cachaça pedida, equivalente a duzentos réis. Copo quase cheio, Dico Maia lambe o beijo e se prepara para dar o primeiro gole, quando Saul, seu tio, surge à porta e brada:

— Seu Dico, você está bebendo cachaça?

— Não senhor, meu tio, foi o Vaco que pediu pra eu comprar pra ele – levando em seguida o copo de cachaça ao Vaco, que recebendo a benesse, sorri, levanta o copo e de um gole só ingere toda a tiquira, e em seguida dá uma cuspinhada para a



ilharga, devolvendo o copo vazio ao Dico Maia, que deixando-o sobre o balcão, sai medrosamente pela porta larga, rumo à rua, sob o olhar severo e admoestador de Saul e o sorriso gostoso e franco do Seu Ferro, do Vaco e de outros fregueses que ali se faziam presentes.

E assim Dico Maia foi frustrado no seu primeiro gole.

O poder mágico do olho-de-boto do Raimundo Nhamundá

Raimundo Nhamundá era o nome de um caboclo de cabelo sarará, olhos agateados, branco, alto, esguio, atlético, inteligente e astuto, imitador inigualável de aves canoras como o japiim, a saracura, o noctâmbulo urutaí e outras, além de imitar, pelo falar, qualquer cidadão. Esteve em Tabatinga e Remate de Males, de lá voltando mais estúrdio com um linguajar atravessado e meio confuso. Certa vez, foi ele extrair balata no rio Anibá em companhia de alguns balateiros amigos, e faltou-lhe rancho. A canoa do “Nhamo”, como era mais conhecido, aportou em casa de dona Narcisa, uma velhinha que morava na boca do Anibá, e tinha criação de galinhas, porcos e outros animais. Nhamo e seus companheiros, com muita fome, resolveram comprar algo para comer, mas como lhes faltava dinheiro, Nhamo disse que iria bater o fiado em dona Narcisa falando espanhol, que seria traduzido por um dos companheiros. Dito e feito. Raimundo Tapiú foi escolhido para traduzir o que Nhamo falasse. Aproximaram-se de dona Narcisa e Nhamo lhe dirigiu o verbo:

— Usted tiene una gallina pra vendiernos? Nosotros habamos morriendo de hambre si non habermos algo para manjar.

Palavras não compreendidas por dona Narcisa, apressando-se Raimundo Tapiú para fazer a seguinte tradução:

— Ele está dizendo em espanhol, e pergunta se a senhora

tem alguma galinha para vender, que estamos morrendo de fome.

A velhinha, muito prestativa, respondeu:

— Tenho sim, meu senhor.

E Nhamo adiantou:

— Usted pued preparar para los muchachos la gallina?

Imediatamente traduzido por Tapiú:

— Ele está dizendo se a senhora pode mandar preparar a galinha para os rapazes.

— Sim, senhor, vou já mandar pegar a galinha e preparar para os senhores.

O que foi feito a capricho. Depois de comerem a galinha cozida, Nhamo entra com seu espanhol arrevesado:

— Non tengo las monedas para pagarle, mas lo farei em la descida del ciento.

Traduzido por Tapiú:

— Ele não tem dinheiro agora, mas pagará a senhora quando vier do centro (balatal), proposta prontamente aceita pela bondosa dona Narcisa. Sabe-se que o Nhamo nunca mais aportou em casa de dona Narcisa.

Havia muita tartaruga na lagoa do Saracá. O capitão André Farias era o grande pescador marupiára, em sua famosa canoa, a “Samatiã”. Nhamo juntou muitos olhos de tartaruga no quintal da casa do Capitão André, secou-os muito bem e os acondicionou em caixas de fósforo, untados com pó de priprioça e envoltos em algodão, para vender a bordo dos gaiolas que chegassem a Silves.

Certo dia, pelas quatorze horas, dobra a Ponta Grossa o “Tejo”, depois de dar seus fortes apitos, deveras conhecidos. Arriados os ferros, vem a terra o escaler, com o marinheiro e a mala do correio. Nhamo embarca em sua montaria e se dirige a remadas curtas para o gaiola, e passa a oferecer sua muamba:

— Olho-de-boto para conquistar moça bonita! Quem quer? Experimente!

O Comandante Bibi, atento à proa do “Tejo”, chama o vendedor nestes termos:

— Caboclo, sobe, vem ao meu camarote que quero expe-

rimentar esse produto!

Nhamo amarra a montaria ao convés do navio e sobe. Ao defrontar-se com o Comandante Bibi, é perguntado:

— Que é que você está vendendo, caboclo?

— É olho-de-boto, seu Comandante. É do bom, de boto do lago do Redondo. É só o senhor olhar pra uma mulher, que ela já vem mesmo se abaixando.

— Olha lá, caboclo, vou comprar um, mas se não for do bom, quando eu voltar novamente, vou levar-te à polícia, advertiu o Comandante.

— Não há dúvida, seu Comandante!

O Comandante Bibi comprou dois olhos-de-boto: um para ele e outro para o Comissário Narciso, um português muito gentil, que fazia o comércio do “Tejo”. Feita a transação, o Comandante pagou ao Nhamo, que foi à amurada do navio ver onde estava sua montaria. Estava de costas para o Comandante Bibi, quando este assesta o olho-de-boto na direção do bumbum do Nhamo, que ao notar que estava sendo olhado pelo Comandante, vem andando de costas aproximando-se e protestando:

— Olhe lá, seu Comandante, tire esse olho daí, pelo amor de Deus.

E somente quando o Comandante guardou o olho-de-boto que Nhamo pôde voltar de frente para o Comandante, que lhe disse:

— Pelo que vejo, caboclo, o olho-de-boto que você me vendeu é dos bons mesmo, não?

— É sim, seu Comandante. Imagine se eu fosse uma mulher, ein seu Comandante?

E assim foi confirmada a magia do olho-de-boto vendido pelo Raimundo Nhamundá.

Caracaranã

Aqueles campos gerais com seus lavrados infindos, entrecortados de buritizais e lagoas, salpicados aqui e ali pelo voar rasteiro das perdizes, das garças, marrecas e passarões; o espreitar constante dos carcarás à saída das cascavéis de suas moitas-esconderijo; a ventania quase ciclônica a agitar as pastagens, os macegais, farfalhando a folhagem das raras árvores adultas e esvoaçando os cabelos da gente, levantando a poeira nas estradas, afastando para longe os insetos daninhos; as enormes casas de cupim, ebúrneos jazigos de terra, altos e imponentes, majestoso cemitério macuxi, eis o quadro que presencio agora na viagem de regresso de Normandia, que visitei há pouco.

Ao fundo, como se a terra, genuflexa, de mãos postas, estivesse orando para os céus, ou a mãe amorosa, com os seios à mostra, em postura de aleitamento ao filho recém-nascido, as serranias do sistema orográfico guiano, de cor azul-cinza-plúmbeo, dão à paisagem um colorido *sui-generis*, nestas planuras amazônicas e levando o homem à meditação profunda, evocando ali, as primeiras páginas do Gênesis.

E se o quadro natural, assim, servisse para a imagem de uma nova tela da criação, inspirando gênios à moda de Michelangelo ou de Da Vinci, quantos poetas tocados no mundo de suas fantasias se embeveceriam diante da belíssima lagoa de Caracaranã, que eu contemplo agora em toda a sua finura, charme e adornos outros que a Natureza, em momento de divina inspiração soube

criar, em meio a estes lavrados, como uma das dádivas mais caras ao fraterno povo roraimense.

Suas águas límpidas sempre agitadas à viração em banzeiros suaves, parece que guardam nos peraus o “Reino das Náíades”, personificações dionisiacas com que o panteísmo de Martius, numa evocação mitológica, batizou as espécies da flora amazônica, para dar à natureza selvática o perfume suave dos mitos helenos, com as criações fabulosas, filhas de Zeus, moradoras das florestas magníficas, ninfas de beleza resplandecente a brilhar no espelho dos lagos e das fontes, que repousam nas campinas verdejantes ou deslizam na corrente murmurosa dos regatos, correndo por sobre leitos de rochedos. São esses maravilhosos mitos que nas noites de luar vêm deleitar-se às praias alvas que circundam Caracaranã, numa contemplação do céu estrelado, onde o Cruzeiro do Sul é mais luminoso, a deliciarem-se com o néctar dos cajus abundantes, numa orgia de fartura sem par.

No seio daquelas águas existem também, em abundância, peixes exóticos, que seriam capazes de despertar a curiosidade do imortal Agassiz a vir completar, na sua percuciência de cientista, o monumental elenco de espécimes ictiológicas que pacientemente coletou no vale amazônico e legou às gerações estudiosas do presente e do futuro.

Recanto acolhedor, próprio a um grande investimento turístico, que poderia ser explorado como fonte de riqueza do Território, a oferecer, ainda, ao povo roraimense logradouro próprio aos entretenimentos domingueiros, com fartura de água, vento, praias e sol, e que, sob rigoroso controle educativo, a mocidade poderia concretizar o seu *mens sana in corpore sano*, capaz de modificar a biotipologia das gerações novas, num desmentido final ao velho e caduco preconceito da desigualdade das raças, que teve em Gobineau o seu pontífice máximo.

E eu te saúdo, refúgio admirável e lagoa amiga, e te agradeço de coração e perenemente, pelos felizes momentos que me propiciaste, em tempo de *relax* físico e mental, que me inspirou a dedicar-te estas impressões, como retribuição à tua fraternal acolhida.

Os oriundi

Oriundi é a palavra italiana para significar, no plural, os estrangeiros, os naturais de outros países. Conheci muitos *oriundi*, quer pessoalmente, quer através de informações fidedignas, ou seja, italianos que chegaram ao Amazonas à época do fastígio da borracha ou após a primeira e segunda guerras mundiais. Conheci-os tanto na Capital quanto no interior do Estado. No interior, isto é, em Silves, Itapiranga, Urucará, Urucurituba, Itacoatiara e Maués: Nicolau Prianti, José Panza, Guilherme Caliri, Carlos e Alberto Ianuzzi, José Falabella, José Cinque, Natal Gonella, Sarubi, Henrique Mangai e Pedro Cardelli Desideri; na Capital: Vicente Limongi, Giovanni Orofino, Vicente Bianco, Pietro Celani, Domênico Russo, Giácomo Arone, Domingos Demasi, Giusepi Pagani Vulcani – um dos fundadores do Dispensário Maçônico e Inspetor Litúrgico –, Humberto Calderaro, Robert Pelozzi, Melchior Carmine, Vicente Tino, Nicolau Montemurro e tantos e tantos. Todos eles implantaram famílias numerosas, preocupando-se, sobretudo, em educar os filhos, que vêm medrando posições, enfim, formando hoje parcela ponderável e eficiente na dinâmica social amazonense.

É bastante significativo e gratificante para nós vermos hoje, como figuras sinérgicas da Magistratura, do Jornalismo, da Advocacia, da Medicina, da Administração Pública e Empresarial, da Indústria e do Comércio, nomes como de Humberto



Calderaro Filho, no jornalismo, de Alcemir Figliuolo, no Tribunal de Justiça, de Flaviano Limongi e Othílio Tino na Magistratura Trabalhista, de José Russo, Aureliano Carmine, Pietro Antonio Celani, na Advocacia, de Paulo e Arnaldo Russo na Medicina, de Aldo e Piero Desideri, Weuton e Vicente Milson Montemurro no comércio, todos a dar o melhor empenho de suas especialidades em prol da gente amazônica.

Quero referir-me, particularmente, a Nicolau Montemurro, que fundou a Sapataria Moderna, na Rua da Instalação nº 108, e que começou a funcionar em 2 de abril de 1930. É a mais antiga sapataria de Manaus, depois da Sapataria Limongi.

O velho Nicolau Montemurro nasceu na cidade de Montezano, na Itália, vindo para o Brasil aos 14 anos de idade. Aqui constituiu família, deixando do primeiro matrimônio o filho Weuton Montemurro, comerciante bem sucedido de nossa Capital, e do segundo matrimônio, com a senhora Francisca Freire Montemurro, Mironilson Montemurro, Maria Mirtes Montemurro de Melo e Vicente Milson Montemurro, hoje meu leal companheiro de Rotary e uma das figuras estelares da família *oriundi* Montemurro. Comerciante próspero, continuou a profissão de seu falecido pai que, se vivo fosse, completaria 84 anos no dia 20 do mês expirante.

Vicente Milson Montemurro é um rotariano autêntico, assim pelo seu espírito cristão, aliado à filosofia rotariana mundialmente conhecida: *Dar de si antes de pensar em si*.

Os *oriundi* de italianos formam um contingente admirável no Amazonas, todos integrados à nossa realidade sócio-cultural e perfeitamente ajustados aos melhores padrões do glebarismo amazônico, havendo, inclusive, aqueles que diuturnamente lutam pela verdadeira emancipação do Estado, não admitindo de nenhum modo a chamada *antipatriótica, terrível e prejudicial subordinação*.

Álvaro Botelho Maia – político exemplar

Com a abertura político-democrática propiciada pelo Presidente João Batista Figueiredo, temos assistido através dos canais de televisão a debates de líderes políticos, em clima de maior respeito às opiniões adversas, num raio democrático dos mais salutares, a servir de painel de amostragem às gerações do presente, de como os políticos podem divergir, contestar, acusar, sem cair na raia da agressão pessoal, da calúnia, da infamação. Refiro-me aos recentes debates políticos havidos entre os Senadores Jarbas Passarinho e Tancredo Neves, o primeiro do PDS e o segundo do PMDB; entre Sandra Cavalcante e Miro Teixeira, ambos candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, e, no dia 28 de maio pretérito, entre Josué Filho e Gilberto Mestrinho, os mais possantes aspirantes ao Governo do Amazonas. Em que pese a divergência de opiniões sobre como se propõem a governar o Amazonas, se eleitos, ao final dos debates cumprimentaram-se cavalheirescamente e saíram do estúdio abraçados. Que esse exemplo de respeito e de compreensão continue, para gáudio dos ouvintes e expectadores e para o bem-estar da família amazonense.


Em passado não muito remoto o que assistimos foi o debochar, o caluniar incessante, as agressões mais perversas, os apodos mais depreciativos, com o fito de ridicularizar, de menosprezar, de atirar o adversário ao apróbrio público.

Quando o Ministro José Linhares assumiu a Presidência da República e sancionou a primeira Lei Eleitoral pós Estado Novo, ensejando a formação do PSD, da UDN e do PTB, e de outros partidos políticos menores, filiei-me ao PSD de Álvaro Maia, de Waldemar Pedrosa, de Leopoldo Péres, de Pereira da Silva, e servi à Secretaria do Partido com Aldemir de Miranda e Sebastião Norões, sob a orientação segura e firme do inesquecível Rui Araújo. Passei, então, a acompanhar o grande “Tuxaua” nas suas andanças políticas, principalmente no interior do Estado. Álvaro Maia, que fora enfeitiçado pela Política desde moço, continuava, como continuou como o grande líder político do Amazonas, que governou durante mais de uma década.

Alceu Amoroso Lima ao estudar as linhas de demarcação da nossa variedade psicológica, em se referindo ao nortista, dá-nos esta ótica admirável e percuciente:

O nortista, em política, não se deixa levar por idéias e sim por pessoas. Uma grande personalidade, um grande chefe, um homem que se imponha pelo seu caráter inteiro, pela sua vontade de ferro, pelo seu desembaraço de atitudes, pelas suas qualidades de “condotiere” pode levantar o Norte em peso, que não se apaixonará por uma idéia, mas se fará morrer por um homem. E assim também só o estilo forte e cantante, só as palavras quentes e coloridas, só o romantismo ou a oratória, podem satisfazer a alma rumorosa do filho do Norte.

Álvaro Maia, no Amazonas, foi bem um protótipo do político de que nos fala o festejado autor de *Meditações sobre o Mundo Interior*. Impunha-se ele pelas suas qualidades de *condotiere*, com seu verbo fácil, que sabia modular às circunstâncias ambientes: falava a linguagem do caboclo do interior, da gente pobre dos bairros de Manaus, e a linguagem fulgurante dos parlamentos, a linguagem preciosa das academias literárias. Mas sabia, sobretudo, respeitar os adversários, os quais, se quisesse, poderia queimar com as áscuas de seu poderio verbal.



Infamado, caluniado, ultrajado em sua honra pela linguagem viperina de seus adversários mais irredutíveis, soube enfrentá-los com altivez e dignidade, soube superá-los e derrotá-los, soube cair e levantar. Preferiu defender-se através de seu livro: *Nas Barras do Pretório*.

Que o exemplo ético do “Tuxaua” Álvaro Maia sirva aos líderes políticos do Amazonas e do Brasil. Foi, sem dúvida, um político equilibrado, sensato, amável, humilde, sagaz, grandioso na inteligência, vitorioso nos entreveros.

Barnabé Gomes, um pioneiro da integração

Alguns jornalistas e pesquisadores de nossa história, certamente objetivando fazer um levantamento dos migrantes, que de qualquer modo contribuíram para o desenvolvimento social, político, econômico e científico do Amazonas, dentre eles o talentoso professor Samuel Benchimol, o professor Robério Braga, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e o festejado escritor e jornalista Genesisino Braga, têm enfatizado sobre a inestimável contribuição do nordestino, nesse particular. Julgo de meu dever, por uma questão de gratidão e reconhecimento, trazer a público a contribuição de um pernambucano que foi, sem dúvida, verdadeiro paradigma do processo de integração, atualmente tão em destaque graças ao arrojo e tenacidade da mocidade patriota e intemorata, que inspirou a criação do Projeto Rondon. Trata-se do cidadão Francisco Barnabé Gomes, a cuja memória dedico estas linhas.

Natural da cidade de Goiânia, Estado de Pernambuco, onde nasceu no dia 11 de junho de 1886, Francisco Barnabé Gomes veio para o Amazonas no esplendor de sua mocidade, em 1910, sob os cuidados do saudoso jurista Araújo Filho. Procurou instalar-se, inicialmente, no interior do Estado. Foi para a cidade de Uruçurituba, de onde, em 1911, transferiu-se para Silves, onde foi acolhido pela família Garcia. Em Silves Barnabé Gomes exerceu o cargo de Intendente Municipal e

depois empregou-se na firma Garcia & Irmãos, da qual faziam parte meu saudoso avô Manuel Antonio Garcia e seu irmão Raimundo Nonato Garcia.

Barnabé Gomes, que se revelou desde logo um cidadão correto e probo, granjeou a amizade e confiança dos Garcia, e contraiu núpcias em 1912 com a prendada senhorinha Maria Domingas Garcia, filha do Cel. Manuel Antonio, de cujo consórcio houve os seguintes filhos: Manuel (falecido), Jurandir e Manuel Antonio (gêmeos), Jandira, Juracy (falecida), Hindemburgo (falecido), Maria da Glória, Marília, Dorval (falecido), Yolanda, Guilherme, Elvira, Mário Hindemburgo, Lizandro e Roberto.

Barnabé Gomes que era um tipo alegre, cordial e bem educado, conquistou a simpatia e amizade dos manauaras, e aqui se fixou definitivamente. Ingressou na Loja Maçônica “Rio Negro”, da qual foi, inclusive, Venerável Mestre. Pelas mãos de seu sogro, o chefe político de Silves, Cel. Manuel Antonio Garcia, ingressou na política, tornando-se amigo e correligionário de Dorval Pires Porto, de quem era compadre, elegendo-se Deputado Estadual e cumprindo honradamente o mandato popular. Instalou-se depois com um bem sucedido escritório de procuradoria na Rua Lobo D'Almada, ao lado da casa “A La Ville de Paris”, onde funciona atualmente o Consultório Médico do renomado esculápio, Dr. Raimundo Moura Tapajós, e ali pontificavam ainda com escritório de advocacia, os renomados juristas de então, Waldemar Pedrosa, Huascar de Figueiredo e Leopoldo Carpinteiro Péres.


No desempenho desse mister, Barnabé Gomes chegou a mono-polizar o serviço procuratório de quase todo o funcionalismo público estadual, inclusive da Magistratura e do Ministério Público. Como pai de família dedicado e exemplar, cuidou logo da educação dos filhos, que aí estão para honrar-lhe o nome. Manuel Antonio estudou Medicina em Recife; Jurandir, Guilherme e Lizandro, bacharelaram-se em Direito, em Manaus; os demais cursaram escolas secundárias; as moças frequentaram a velha Escola Normal, hoje Instituto de Educação, e para não fugir à tradição da época, estudaram ainda piano e música.

Mário Hindemburgo conquistou mediante concurso público o cargo de Procurador da Prefeitura Municipal. Lizandro é advogado do Banco da Amazônia. Yolanda é funcionária do Tribunal de Contas do Estado. Jacyra casou-se no Rio de Janeiro com o General Lionel Queiroz. Maria da Glória, de prendas do lar, reside no Rio de Janeiro. Jandira casou-se em Recife com o Dr. Mário Cesário Guimarães, que foi destacado membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco, onde chegou a exercer o cargo de Procurador Geral do Estado. Marília casou-se em Recife com o facultativo Dr. Carlos Alberto Uchoa, que também é oficial do Exército. Elvira, de prendas do lar, é casada com o comerciário José Hayden. Manuel Antonio é médico do INAMPS, e está aposentado como médico da Escola Técnica Federal do Amazonas, casado com a prendada senhora Neusa Nunes Gomes, filha do saudoso político, Senador Manuel Severiano Nunes.

Barnabé Gomes reingressou na política ao lado de Álvaro Maia e Ruy Araújo, sendo nomeado Prefeito de Fonte Boa, onde permaneceu de 1941 a 1945, e naquele município impulsionou a política do velho “Tuxaua”, ao lado de Fabiano Afonso e outros dedicados e fieis correligionários.

Em 1951, Barnabé Gomes adquiriu o balneário “Pomerânia”, localizado na Av. Constantino Nery. Foi um dos balneários pioneiros da velha Manaus, onde, aos domingos, acolhia seus inúmeros amigos, dentre eles Zulmar Bonates da Cunha, César Ituassu, José Galvão, Carvalhinho, Pedro Sena, Júlio Levy, Félix Levy e tantos e tantos. Foi um homem de sociedade. Rionegrino fervoroso, chegou a exercer o cargo de Diretor do tradicional clube baré, à época em que Vidinho fazia vibrar as platéias do campo do Luso.

Barnabé Gomes foi, assim, um autêntico pioneiro da integração nacional no Amazonas. Aqui constituiu família numerosa, consubstanciada no verdadeiro conceito de Rui Barbosa, e que tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício, consonando *uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas.*

The background of the page is a repeating pattern of stylized, light gray leaves. Each leaf contains a white silhouette of a human figure with arms raised in a gesture of praise or joy. The leaves are arranged in a grid, with wavy lines separating the rows.

Se vivo fosse, Barnabé Gomes completaria neste 11 de junho, noventa e cinco anos de idade. A ele e aos seus filhos, meus queridos primos, presto minha cordial homenagem como gratidão imorredoura pelo amparo, acolhida, conselhos e exemplos que o saudoso patriarca me propiciou ao longo de minha vida estudantil.

Recordando o tio Eduardo

Lembro-me muito bem daquela figura esbelta, austera, voz abemolada, cabelos da cor de azeviche, o bigode negro com as pontas recurvadas para cima, à portuguesa, o que era moda para os varões de sua estirpe. Era um dos sete filhos do Cel. José Pedro Garcia de Vasconcelos, constituindo o elenco com Manoel Antonio, Raimundo, André, João, Clara e Ana, formadores do grande clã dos Garcia, a que tenho a honra de pertencer. Todos nascidos em Silves, Município oriundo da Missão do Saracá, fundada por Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, um dos integrantes do conjunto de missionários trazidos de Quito pelo audaz sertanista Pedro Teixeira, a quem a coroa lusa deve a conquista da Amazônia.

Casado em segundas núpcias com a veneranda Prof^a. Zulima Marques Garcia, o Cel. Eduardo Garcia de Vasconcelos e sua digna consorte formavam um dos casais mais respeitados e queridos da vetusta Silves.

Eu era ainda menino e costumava brincar à sombra das tradicionais mangueiras que farfalhavam ao sopro constante dos ventos do Murucutu, uma espécie de favônio tropical, e todas as tardes, depois das cinco, tios Eduardo e Raimundo costumavam jogar gamão, após a labuta cotidiana, mas com a missão paterna de vigiar os filhos peraltas, que atiravam pedras às mangueiras, lutavam ou rodopiavam na burrica da praia, ou nadavam nas águas mornas da bela lagoa.



Naquele tempo era comum os grandes jacarés-açus, com o dorso negro à mostra, desfilarem pelo lago do Saracá, como uma flotilha de navios de guerra em tempo de manobras, e tio Eduardo, com a pontaria que o glorificava, à distância, assestava o seu famoso “44 papo amarelo” na direção da fera, que ao ser certamente atingida, rabanava, virando o peito branco para cima, em sinal de agonia e letargia fatal.

Fez o curso primário em sua terra natal, mas aprofundou seus conhecimentos lendo boas obras, inclusive jurídicas, tornando-se assim um autodidata. Foi comerciante e pecuarista, abandonando o comércio para ingressar na vida pública, exercendo as funções de suplente de juiz municipal de Silves. De 1915 a 1917 chefiou a política situacionista no município, liderado no Estado pelo Governador Jonathas Pedrosa. Em 1926 foi nomeado coletor de rendas do Estado, com exercício em Silves, e a partir de 1931 passou a exercer o cargo em Itapiranga, nova sede municipal. Com a reconstitucionalização do país, em 1934, conseqüente à revolução de 1930, voltou a liderar a política, agora já em Itapiranga. Em fins de 1933, no governo do Interventor Nelson de Melo, foi removido para o município de São Gabriel, no alto Rio Negro, onde permaneceu até 1935, quando Álvaro Maia o reconduziu para Itapiranga. Ali retornou às rédeas da política local, filiando-se, antes, ao Partido Socialista Amazonense, e depois ao Partido Popular Amazonense, liderado pelo Governador Álvaro Maia. Com a morte de seu irmão, Manuel Antonio Garcia, ex-deputado estadual, em 1926, assumiu definitivamente o comando da política de Silves e Itapiranga.

Tio Eduardo casou em primeiras núpcias com dona Josefa de Almeida Garcia, com quem teve dois filhos: José Pedro (já falecido) e Josefa. Em segundas núpcias, com a professora Zulima Marques Garcia, com quem teve 14: Manuel, Suzana, Eduardo, Olga, Adail, Jaci, Aristófanés, Marieta, Hugo, Djani-ra, Agobar, Ana Maria, Orlando e Zulima. Criou e educou os filhos com aquela linha impecável de pater-família, de que nos fala Fustel de Coulanges em sua famosa *La Cité Antique*. Em sua casa modesta, mesa grande e farta, todos os filhos legítimos ao

The background of the page is a repeating pattern of stylized, light gray leaves. Each leaf contains a white silhouette of a human figure with arms raised in a 'V' shape. The leaves are arranged in a grid, with wavy lines separating the rows.

redor, e mais Waldemar e Alice, adotivos, todos seguiam a mesma linha de comportamento e educação doméstica, que o ilustre chefe soube imprimir no caráter de cada um.

É este cidadão, assim tão dedicado à família e à sua terra natal, que a edilidade silvense houve por bem homenagear, emprestando seu nome ao aeroporto da cidade, cuja estação de passageiros será hoje inaugurada, sob os mais calorosos aplausos dos filhos e amigos da terra saracaense.

Perseverando e perseverante

Uma das personalidades mais destacadas da família Garcia é, sem dúvida, o cidadão Perseverando da Trindade Garcia. Nascido em 10 de janeiro de 1903, na então Vila de Silves, filho do cidadão Raimundo Nonato Garcia e de dona Margarida Farias de Almeida Garcia, ambos amazonenses e já falecidos. Perseverando é, na sua família, o exemplo típico do cidadão perseverante, firme, constante nos seus ideais, fazendo jus, assim, ao nome que acertadamente lhe foi dado por seu saudoso genitor.

Estudou o ABC com o professor Francisco Assis e Silva, um paraibano inteligente e culto, padrasto do Desembargador Zózimo Severino de Leiros, que tinha, em Silves, no princípio do século, uma escola particular, freqüentada, dentre outros alunos, pelos silvenses Alcebíades de Leiros, Almerinda Garcia, Josefa Garcia, Francisco Afonso, Otílio Garcia e Zoroastro de Leiros. Em 1913, Perseverando passou a freqüentar a Escola Mista de sua terra natal, regida pela professora Zulima Marques Garcia, e a partir de 1914, matriculou-se na Escola Pública de Silves, regida pelo professor João Pedro Garcia, sob cuja orientação terminou seus estudos primários.

Concluindo o curso primário em 1919, foi nomeado interinamente para exercer o cargo de secretário da Superintendência Municipal, no qual permaneceu até 1929, servindo, assim, a sucessivas administrações.

Em 1922 foi nomeado, também interinamente, agente do

correio, em cujo cargo conservou-se até 1935, após nele se ter efetivado.

Com a transferência da sede municipal para a Vila de Itapiranga, em 1931, passou a exercer o cargo nesta localidade, onde contraiu núpcias com a prendada senhorinha Tereza Panza, de cujo consórcio houve 10 filhos: América do Sul, Auri, Maria da Graça, Maria Margarida, Álvaro, Lázaro, Nazaré, Paulo José, Marcílio Dias e Perseverando da Trindade Garcia Filho, além de Aderbal.

Em 1935 candidatou-se ao cargo de prefeito, pelo antigo Partido Popular Amazonense, liderado por Álvaro Maia, tendo sido eleito por expressiva votação, assumindo o novo cargo em 1º de fevereiro do ano seguinte.

Com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi mantido no cargo, do qual foi afastado em 1945, para voltar em 1946 e ser novamente afastado em 1947.

Em 1951 foi convocado para a Assembléia Legislativa, suplente de deputado que era, eleito pela legenda do Partido Social Democrático, no pleito de 1950. Em 1954 foi eleito vice-presidente da Assembléia Legislativa, e como tal assumiu duas vezes o governo do Estado, em virtude de impedimento do presidente, sendo a primeira vez eventualmente, em dezembro daquele ano, e a segunda, em caráter permanente, com a renúncia do Governador Paulo de Grana Marinho, em janeiro de 1955, tendo, inclusive, transferido o governo ao eleito Plínio Ramos Coelho.

Durante sua estada no interior do Estado, foi diretor do jornal *O Alfinete*, editado em Silves e de propriedade do jornalista Antonio Duarte Beltrão. Como Solicitador, apaixonado que sempre foi pelo Direito, advogou nos termos de Urucará, Urucurituba, Silves e Itapiranga. Foi desportista, fundador do Saracá Futebol Clube, de sua terra natal. Quando moço, foi o “almofadinha” de sua terra, tal a elegância e o aprumo do trajar.

Sua grande meta era bacharelar-se em Direito. Perseverou, e muito, para alcançar o seu grande ideal. Resolveu fixar residência em Manaus, e aqui, em 1969, termina o Curso de Madureza, feito no Colégio Estadual do Amazonas, e logo após matricula-se na 1ª Série da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, onde se graduou em Direito, em 1973, aos 70 anos de idade, como o

mais idoso dos formandos de sua turma. Presentemente é advogado militante, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas sob nº 692.

Perseverando perseverou tanto que medrou graças à sua perseverante atividade, várias posições: secretário da Superintendência Municipal, agente do correio, prefeito municipal, deputado estadual, governador do Estado, advogado.

É este cidadão simples, modesto, perseverante, que atende pelo nome de Perseverando da Trindade Garcia, que completa 80 anos de idade no dia 10 do mês fluente, sob o calor da amizade de sua esposa e filhos e os aplausos carinhosos de seus parentes e admiradores.

Homenagem a um pai exemplar

Creio que a primeira prova de um homem verdadeiramente grande, seja a sua humildade.

John Ruskin

Ninguém melhor do que Rui Barbosa definiu com tanta propriedade a Família. Prelecionava o festejado Mestre: *A família divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea.*

Fustel de Coulanges em sua obra *A Cidade Antiga*, no profundo estudo que fez sobre o Culto, o Direito e Instituições da Grécia e Roma, assevera: *O que uniu os membros da família antiga foi algo de mais poderoso do que o nascimento, o sentimento ou a força física: é na religião do lar e dos antepassados que se encontra esse poder. A religião fez com que a família formasse um corpo nesta e na outra vida.*

As mudanças sociais que se operaram neste século, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, foram de tal

ordem que a tradicional estabilidade familiar começar a estreme-
cer em suas bases, a desmoronar-se. Mas não obstante os
quadros estarrecedores e pungentes que presenciamos, com os
milhares de desquitados, divorciados, abandonados, filhos natu-
rais, adulterinos, incestuosos, tudo isso graças às licenciosidades
em voga, à desmesurada apologia do sexo através dos vídeos,
cinema, jornais e revistas, propaganda solerte a que a religião,
com seus freios morais não pôde coibir; não obstante todo esse
desvario social, encontramos ainda, felizmente, muitos casais
que formam família una, indivisível, solidária, seguindo à risca
as normas conceituais de Rui, a servir de modelo, posto que à
moda antiga, para as gerações do presente. E um pater família
exemplar, digno de nossa admiração e respeito, habitante desta
nossa encantadora Manaus, é que passamos a enfocar agora.

Trata-se do cidadão Domenico Russo, natural da Província
de Potenza, no sul da Itália. Domenico deixou seu país de
origem aos 13 anos de idade e veio para o Brasil em companhia
de sua genitora, a Sra. Tereza, ao encontro do pai, Giuseppe
Russo, já radicado em Manaus desde 1920. Viajaram de trem
até Napoli, onde embarcaram como tantos outros emigrantes
num velho transatlântico rumo ao Brasil. Desembarcaram na
cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceram alguns meses,
chegando a Manaus no ano de 1923. Reuniram-se ao Velho
Giuseppe, que com exemplar tirocínio exercia a modesta profis-
são de sapateiro e era mais conhecido pela alcunha de “Pep-
pino”, e passaram a residir na Rua Monsenhor Coutinho.
Domenico passou a trabalhar com o pai numa oficina de calça-
dos, situada na esquina da Rua Epaminondas com a José
Clemente. Em 1934 Domenico contraiu núpcias com a prenda-
da jovem Dinea Ribeiro de Melo, amazonense, portadora de
fina educação e muitos cabedais, estimada por todos que a
conheciam. Desse feliz consórcio houve oito filhos, todos ama-
zonenses, aos quais Domenico e sua venerável esposa dedicaram
toda sua vida e o fruto de seu trabalho honrado e edificante, na
crença de que a maior fortuna que um casal deve legar aos filhos
é a educação. E assim fizeram. Domenico, na humildade de sua
profissão, conseguiu mandar os “curumins” para a escola. For-

mou-os a todos. Estão eles aí, profissionais competentes, a constituir ponderável força sinérgica das mais atuantes na sociedade amazonense. São eles: Dr. José Russo, brilhante advogado, Diretor do Banco do Estado do Amazonas; Antonio Russo, destacado funcionário do Banco do Brasil; a premdada senhorinha Maria do Carmo Russo, eficiente funcionária da 29ª CSM; Dr. Paulo Russo, médico oftalmologista dos mais capazes e credenciados; Dr. Pedro Américo Russo, destacado Engenheiro Civil; Geraldo Russo, dinâmico e eficiente Gerente do Banco de Roraima, em Manaus; Dr. Arnaldo Russo, destacado médico oftalmologista, que com seu irmão Paulo dirige uma das clínicas especializadas mais famosas de nossa urbe.

À custa de muito esforço e a instância dos filhos, o velho Domenico foi convencido a abandonar sua oficina, após meio século de trabalho honesto e eficiente. É este cidadão exemplar, este operário eficiente, este pai modelar que hoje, no casarão da Família Russo, na Rua José Clemente, comemora seus 72 anos de vida, sob o intenso calor da amizade e veneração de seus filhos e amigos, esse operário incansável e batalhador, que deu tudo de si pela esposa e pelos filhos, e que a sociedade amazonense admira e aplaude como um pai exemplar.

Antenor Thiago de Melo, pioneiro do regatão-a-motor no Baixo Amazonas

Antenor Thiago de Melo pode ser considerado um pioneiro do tipo de comércio regatão-a-motor no Baixo Amazonas pela ousadia de sua luta e êxito de seus empreendimentos. Nascido na cidade de Barreirinha a 1º de setembro de 1905, iniciou suas atividades no comércio como empregado de Vicente Correa Lima, que em 1926/1927 mantinha uma casa comercial no lugar denominado Massauari, da qual Antenor era gerente, enquanto Vicente Correa Lima, mais tarde Prefeito de Barreirinha, perlustrava o rio Andirá e adjacências em uma bela galeota movida a remos de faia, praticando o escambo comercial, tão em voga àquela altura.

Mas Antenor, homem inteligente, vivo e ambicioso, desejava ardentemente auto-realizar-se, melhorar de vida, constituir família, casar. Tipo simpático e galanteador, nas festas que frequentava era sempre o mais cortejado pelas cunhantãs mais graciosas, as ninfetas de então, que, à época, se mostravam perfumadas de “Royal Briar”, ou com os cabelos untados de óleo de mutamba, ou ornamentados com pequenas folhas de manjerição ou ainda salpicadas de cheirosa priprioica importada do Pará.

Cansado dos namoricos fugazes, Antenor contraiu núpcias no dia 15 de maio de 1926 com a prendada jovem Marieta Seixas, na cidade de Parintins, havendo desse consórcio dez filhos: Maria de Lourdes, Maria Lúcia, Mário, ex-subsecretário de Fazenda, Maria Luiza, Maria do Carmo, Geraldo, Maria Inês,

Wagner, Maria de Fátima e Antenor Filho.

Em 1928 Antenor começou a trabalhar por conta própria, estabelecendo-se na cidade de Urucará. Ali iniciou o comércio numa galeota, passando em seguida a usar barcos a motor, dentre eles: “Itaúna”, “Bom Socorro I”, “Bom Socorro II”, “Wagner”, “Sol Nascente”, e outros. A casa de comércio matriz em Urucará denominava-se “Ponto Chic”. Dali saiam os aviamentos para a freguesia disseminada em todo o Município de Urucará, Urucurituba, Itapiranga, Silves, Barreirinha, Maués, Parintins e Nhamundá. Tornou-se Antenor um dos comerciantes mais prósperos do Baixo Amazonas. Possuía fazendas de gado, seringais, castanhais, cacauais, jutais. Era, enfim, um homem bem sucedido. Mas não dispensava as festas, as reuniões alegres, o prazer. E nessas suas andanças, Antenor teve ainda quinze filhos extra-lar, e de que se ufanava pela sua esturdícia e pabulagem, pois era um tipo elegante e bastante comunicativo e que tinha, ainda, a ornamentar sua singular personalidade a invejável posição de comerciante abastado, próspero e sadio, que constituíam forte atrativo às meninas das cidades e barrancos interioranos.

Homem bem posicionado social e economicamente, não poderia deixar de ser flechado pela política partidária, e tanto isto é certo que ao tempo da Intervenção Federal do Amazonas, com o advento do Estado Novo getuliano, o Interventor Álvaro Botelho Maia nomeou-o Interventor do Município de Urucará, onde se manteve a contento recebendo as auras populares, e com a redemocratização do país e fundação dos partidos políticos, Antenor foi por duas vezes eleito Prefeito Municipal de Urucará pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), destacando-se pela dinâmica administração realizada, o que lhe granjeou invejável liderança política naquela próspera municipalidade.

Enquanto prefeito, seu comércio a regatão era ativado pelo cidadão Vicente Correa Lima, que de antigo patrão passou a ser seu empregado, e, posteriormente, seu sócio comercial.

Conheci Antenor quando eu era estudante de direito, pois Antenor tornou-se amigo de meu saudoso pai, Prof. João Pedro Garcia, de Silves, onde Antenor mantinha intenso comércio com Armando e Xavier Almeida, Joaquim Venâncio da Silva e outros.

Tornamo-nos bons amigos, e por intermédio dele consegui a amizade de seus filhos, particularmente de Mário Seixas de Melo, dileto companheiro das fagueiras manhãs de domingo no querido Fazendário Clube.

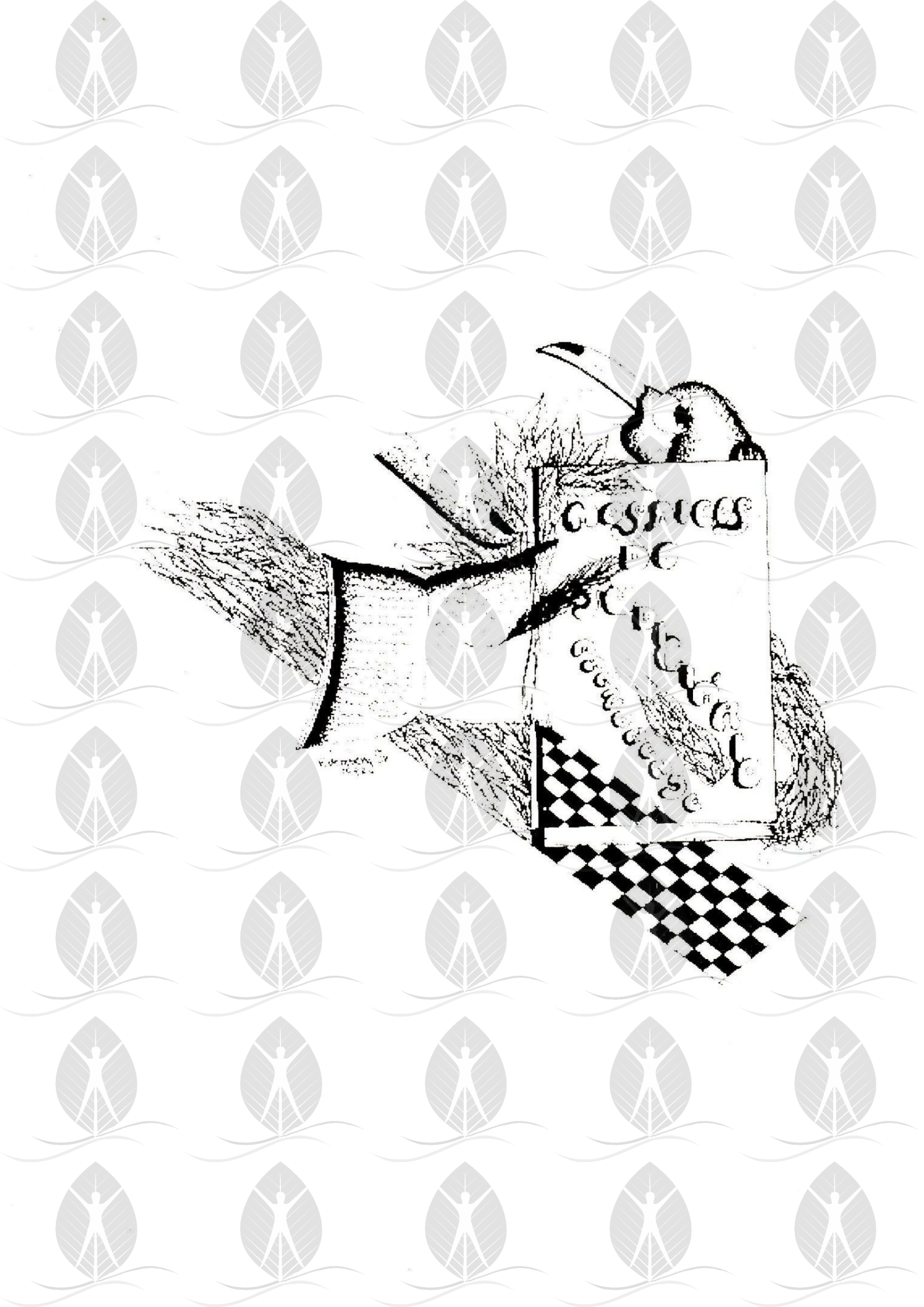
Dia 23 do mês fluente faz um ano do falecimento de Antenor, tombado sob os cuidados e carinho de seus familiares e amigos. Ao recordar traços de sua vida, presto-lhe minha homenagem de amizade e de saudades a um amigo a todos os modos sincero e leal, que dedicou sua vida à família, que soube educar e engrandecer com sua marcante personalidade.

Mosaico esquecido

Em solenidade promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, Associação dos Magistrados Amazonenses e Governo do Estado, foi lançado em noite festiva na sede do Atlético Rio Negro Clube, em 27 de dezembro pretérito, o livro de autoria do Desembargador Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, intitulado *Mosaicos do Judiciário Amazonense*.

Trata-se de uma obra de há muito esperada, por isso que o Poder Judiciário Amazonense peca por falta de documentos sérios que memorizem o seu passado glorioso e ressaltem as decisões justas e dignas de reflexão, na difícil missão da aplicação do Direito.

A obra, por seu conteúdo e propósito, merece os aplausos de quantos se interessam pela vida judiciária amazonense, uma vez que relembra fatos históricos, tais como a criação e instalação do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o seu primeiro presidente, os primeiros desembargadores; episódios como o do fechamento do Tribunal de Justiça, em decorrência de momento emocional gלבário do saudoso Álvaro Botelho Maia; os momentos difíceis de opressão por que passou o Tribunal, no primeiro governo revolucionário de 1946, bem como a reação moderada e firme do Judiciário, que ensejou a intervenção conciliatória do General Bizarria Mamede, e outros tantos fatos, que servem a consulta rápida de advogados, juízes,



promotores e serventuários, e a quantos servem ao Poder Judiciário ou a ele recorrem. Nossos aplausos efusivos ao autor da obra, personalidade marcante da Magistratura e do Magistério Superior do Estado, de quem tivemos a honra de ser colega de turma dos Bacharéis em Direito de 1946.

Ocorre, entretanto, que como bem frisa o Desembargador Verçosa, o Tribunal é carente de fontes informativas sobre o seu passado, daí decorrendo o título da obra: *Mosaicos do Judiciário Amazonense*, sabido que mosaico, em sentido figurado, é *qualquer trabalho intelectual ou manual composto de várias partes distintas ou separadas*, e tanto isto é certo, principalmente no que tange à carência de informações, que na relação dos Desembargadores que integraram ou ainda integram o Tribunal de Justiça, de 1891 a 1982, um nome ilustre foi esquecido, ou melhor, um mosaico foi esquecido: o Desembargador Zózimo Severino de Leiros.

O Desembargador Zózimo Severino de Leiros formou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife e veio para o Amazonas na década de 90 (1890). Foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Xapuri, no Acre, quando ainda pertencia ao Amazonas. A seguir foi transferido para Silves, onde contraiu núpcias, em janeiro de 1894, com a senhorinha Ana Garcia, de cujo consórcio houve seis filhos: Zoroastro, Alexandrina, Alcebíades, Zózimo, Benjamim e Floriano. Foi ainda Juiz de Direito na Comarca do Rio Branco, hoje Território de Roraima, onde nasceram dois filhos: Alcebíades e Zózimo, este último octogenário e ainda vivo.

Conheci o Desembargador Zózimo, quando já aposentado, em minha cidade natal: Silves. Era menino e o Desembargador Zózimo, a quem todos chamávamos de “meu avô”, vivia, com seu porte elegante e austero, a contemplar a bela lagoa do Saracá, sob as mangueiras vetustas e acolhedoras; a varrer e amontoar a folhagem; a fazer palitos do caule de muratas, que colhia nas capoeiras próximas; a conversar com a meninada e a lhes dar conselhos e a lhes corrigir as frases mal formadas, recordando sempre sua vida de estudante no Recife, a lembrar amigos a quem sempre referia com saudades, como

Abel Garcia, Felipe Meninéa, José Lucas Raposo da Câmara, Paulino de Melo, Agapito Pereira. Era um latinista primoroso. Meu tio, Manuel de Almeida Garcia, que se consorciou com dona Alexandrina de Leiros Garcia, era também um poliglota e dominava o Latim. O Desembargador Zózimo e seu genro Manuel, correspondiam-se em Latim. Meu pranteado tio faleceu quando Juiz de Direito da Comarca de Barcelos, deixando prole numerosa.

Zózimo Severino de Leiros foi Desembargador no princípio do século. Foi também Procurador Geral do Estado. Aposentou-se em 1920. No Recife, quando estudante, foi aluno de Tobias Barreto e contemporâneo de Alcebíades Peçanha, irmão do Presidente Nilo Peçanha, e em homenagem ao amigo dileto do tempo de estudante, deu a um de seus filhos o nome de Alcebíades, de quem é neto o professor universitário Alcebíades de Leiros, um dos atuais mentores da Federação Amazonense de Futebol.

O Desembargador Zózimo tem ainda hoje, a seguir-lhe os passos na senda luminosa de devoção ao Direito, seu neto, o brilhante advogado, Dr. Manuel Felipe de Leiros Garcia.

Acreditamos que o desembargador Mário Verçosa, com sua ótica percuciente e cuidadosa, não haja omitido o Desembargador Zózimo, que tanto brilho deu ao nosso Tribunal de Justiça, com o acervo cultural de que era possuidor. Possivelmente o descuido do tipógrafo haja esquecido de arrolá-lo. Nossa intenção é que o mosaico esquecido seja colocado no pavimento que enfeita e destaca a obra de Verçosa.

O pedagogo Paulo Sarmiento

Ao ensejo das comemorações do setuagésimo aniversário de instalação da Escola Técnica Federal do Amazonas, é oportuno, por uma questão de justiça, lembrar a valiosa contribuição administrativo-pedagógica de um dos diretores daquele tradicional estabelecimento de ensino técnico-profissional. Trata-se do Professor Luís Paulo Sarmiento, ou simplesmente Paulo Sarmiento, como era mais conhecido e tratado.

Paulo Sarmiento foi poliglota, professor, escritor, profundo conhecedor do nosso idioma e orador talentoso, havendo moldado sua condição de pregador na Igreja Presbiteriana de Manaus, na Rua Silva Ramos, da qual era integrante destacado.

Membro preeminente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, Luís Paulo Sarmiento foi nomeado Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas em 1935, quando a Escola funcionava no chamado “Mercadinho da Cachoeirinha”, que nas palavras do próprio Sarmiento *era um velho e arruinado barracão, ex-mercadinho de subúrbio pobre, todo coberto de folhas fendidas de zinco velhíssimo, piso de cimento esburacado, paredes de tiras de madeira apodrecida, com divisões internas de tabiques grotescamente ajustados.*

Com o advento do Estado Novo, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a denominar-se Liceus Profissionais, e o governo federal, dando cumprimento ao seu programa de reforma educacional, mandou construir Liceus em Manaus, São

Luís, Vitória, Pelotas e Goiânia.

A construção do Liceu Industrial de Manaus, feita em terreno doado pelo então Interventor Federal do Estado, Doutor Waldemar Pedrosa, através do Ato nº 2.110, de 17 de março de 1933, deveu-se também à influência de Paulo Sarmiento junto ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de quem era amigo íntimo.

Paulo Sarmiento foi Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas até 1947. Durante sua permanência na direção da Escola, introduziu notáveis modificações no sistema de ensino ali ministrado. Inspirado em Carneiro Ribeiro, que considerava o maior educador brasileiro, repetia religiosamente suas palavras:

Honrem-se os nobres e generosos esforços dos bons mestres; não se tenham em menos as verdadeiras, as decididas vocações, que se não improvisam, mas, fazem-se, formam-se por si mesmas; dêem-se-lhes as ocasiões de se instruir por constantes e repetidas conferências pedagógicas, em que se discutam os métodos, modos e processos mais modernos de difundir a luz do ensino e os ensinamentos morais pelo espírito da mocidade, em cujo futuro a pátria assenta as suas mais doces esperanças; compenetrem-se os mestres da importância e santidade de sua missão, restituindo às famílias e à sociedade as jóias que elas lhe confiaram, sem lhes desdoirar nem lhes baixar os quilates, sem lhes marcar o brilho, nem lhes emurcheçar e mirrar as primeiras rosas da primavera, tão amoravelmente regadas pelas lágrimas maternas; sem desânimo nem dúbios desalentos, olhos na consciência e na pátria, trabalhem como diligentes agricultores na abundante sementeira, que há de opulentar as gerações por vir; não divorciem na obra da educação dos discípulos a inteligência da vontade e do caráter; convençam-se de que a verdadeira educação forma homens e não existe, onde nem o espírito nem o coração recebem seu alimento apropriado; vão, por paciente

e inflexível tenacidade, corrigindo em si mesmos as más tendências, os vícios e as paixões, que censuram nos discípulos, e se esforçam, por lhes arrancar e extinguir, sejam moderados, de modos singelos e comunicativos, homens de boa vontade, amigos do trabalho, intransigentes para o mal e para todo o deslize do honesto, educando mais pela prática das boas ações e pelos exemplos, que por teorias vagas e especulativas; e então haverá mestres, discípulos e escolas: mestres, que sejam estimados e respeitados, discípulos, que sejam amados e queridos; escolas, ambiente de luz e de amor.

Durante sua vida de educador, Paulo Sarmiento evocava em se referindo à nobilitante missão do professor, as prédicas do notável pedagogo Michel Charbonneaus e de John Dewey; sobre o meio como fator de variabilidade, seguia os ensinamentos de Renouvier, Vachet e Aguayo; sobre a falta de amor, mencionava freqüentemente as palavras sábias do Dr. Rudolf Von Urbantschitsh. No seu próprio entendimento, assim conceituava a missão do professor:

Para os verdadeiros professores, o ensino é um sacerdócio sublime, e o trabalho é alegre, por ser espontâneo, é produtivo por ser sincero; é feliz, por ser verdadeiro; é grandioso, por ser profundamente humano. A estes o Brasil deverá seu desenvolvimento, seu progresso, sua riqueza e a grandeza de seu nome.

Paulo Sarmiento considerava a biblioteca como fator de aproximação, e dentro dessa filosofia fundou, a 3 de outubro de 1935, a Cooperativa Bibliotecária da Escola de Aprendizes e Artífices, havendo doado 50 livros de sua biblioteca particular à novel entidade. em 1942, por ocasião da inauguração do novo prédio, a Escola estava enriquecida, em sua Biblioteca, em 1183 volumes, no valor de onze contos oitocentos e oitenta mil reis, destacando-se, dentre os mesmos, valiosas coeções como *O Tesouro da Juventude*, *História do Brasil*, de Rocha Pombo, *Obras*

Completas, de Machado de Assis, História Universal, de César Cantu, e muitas outras de assuntos técnicos.

Antevendo o desenvolvimento da biblioteca escolar, Paulo Sarmiento preconizava com euforia:

E quando vimos dezenas de pequenos brasileiros, confortavelmente instalados, a folhearem livros, enriquecendo a inteligência e consolidando a cultura, então nos alegraremos com o nosso humilde trabalho, na certeza de que a semente por nós lançada em boa terra se transformou em árvore bendita, a cuja sombra gerações e gerações se abrigarão, para sorver o néctar precioso da ciência, das letras e das artes, frutos gloriosos da inteligência humana.

E acrescenta para a posterioridade:

E mortos, um dia, viveremos em cada livro solicitado, cujas páginas receberão o calor cariciente dessas mãos pequeninas, que hão de construir o Brasil gigantesco e respeitado, que sonhamos. E assim seremos imortais...

Justa, portanto, a todos os motivos, a homenagem que a atual direção da Escola Técnica Federal do Amazonas presta ao pedagogo Paulo Sarmiento, dando seu nome à novel Biblioteca a ser inaugurada no dia 1º de outubro, ao ensejo das comemorações do setuagésimo aniversário de fundação da tradicional Escola.

Recordando o “Rei do Solovox”

Uma das figuras admiráveis de meu tempo de ginásio, pelo talento musical que expandia precocemente, foi, sem dúvida, Armando de Souza Lima. Nascido em Manaus no dia 8 de setembro de 1923, Armando era filho do cirurgião-dentista Jaques de Souza Lima e de dona Ondina Mattos Lima. Conheci-o no velho Gymnasio Amazonense Pedro II. Era meu vizinho na Av. Joaquim Nabuco, quando eu morava em casa de meu saudoso tio Francisco Barnabé Gomes, que neste 11 de junho completará seu centenário de nascimento. Àquele tempo Manaus não era um polo industrial fabricante de aparelhos sofisticados em sistema de som. As reuniões sociais da mocidade fazia-se em casas de família, animadas ao som do piano maravilhoso de Armando. Sua vocação artística se manifestou ainda em garoto, sendo um dos pioneiros da radiofonia amazonense, atuando na Rádio Baré, no programa “Voz da Baricéia”. O estúdio era o porão da casa de Lizardo Rodrigues, seu lançador no rádio. Trabalhando e estudando aprendeu outros idiomas e isto lhe foi de grande valia. Ao tempo da II Guerra Mundial foi contratado para intérprete dos americanos que aqui estavam a serviço da “*Rubber Development Corporation*”. Transferido para Belém do Pará, servindo como intérprete na base de Val de Cans, colaborando no esforço de guerra, nos fins de semana apresentava-se em programas artísticos, interpretando números de piano, em espetáculos promovidos pelo U.S.O. para

os soldados ali sediados.

Recebendo uma passagem do General Zacarias de Assunção, então comandante da Região Militar, viajou para o Rio de Janeiro. Ali Armando sofreu e teve que lutar muito para vencer, como acontece a todos aqueles que procuram os grandes centros em busca de melhor oportunidade. Dormiu em bancos de praças públicas, nos bondes, lutou mas venceu. Seu primeiro emprego na Cidade Maravilhosa foi na antiga Aerovias Brasil. Passou a acompanhar cantores no programa “Hora do Comerciário”, na Rádio Tupi, indo trabalhar em casas noturnas com o fechamento dos cassinos. Foi visto então nas boates Chez-Aimée, Night and Day e Monte Carlo, participando ainda de um filme ao lado de Celso Guimarães, acompanhando Grande Otelo na *Luz dos Meus Olhos*.

Já consagrado pela imprensa da época, nos anos de 1946 a 1950, Armando aceitou proposta e foi para São Paulo, sendo visto em boates, cinemas (pela Sorocaba filmes na película *Não Matarás*) e rádio, ingressando mais tarde na TV Record. Na época fez as primeiras gravações com dois discos para a gravadora Copacabana. Seu nome já era realidade e tornou-se conhecido como “O Rei do Solovox”, instrumento que o projetou.

Novamente no Rio de Janeiro, de onde sentia muitas saudades, Armando de Souza Lima adotou o pseudônimo de “Armando do Solovox”, aceitando proposta de Carlos Machado para trabalhar outra vez no Night and Day.

A convite da Varig foi para os Estados Unidos participar do Carnaval Brasileiro em Nova York, atuando em casas noturnas locais e nos programas de Mitch Miller Show da CBS (Columbia). Tem vários long-plays gravados, sendo conhecida em todo mundo a edição Columbia *Patrícia*, gravada em 1959/1960 e agora fazendo parte integrante do elenco de músicas selecionadas no recentíssimo disco intitulado *Anos Dourados*, da Rede Globo. Vinculou-se à Odeon, na qual gravou uma série intitulada *Som de Boîte*, com Armando's Trio. Seu amor ao Rio de Janeiro é demonstrado no LP da Copacabana com a música intitulada *Rio*.

Foi detentor dos troféus “Homenagem da Mesbla”, de 1970, recebido no Teatro Municipal como o melhor organista do ano; “Acumulada Musical”, oferecido num programa de televisão pela gravação de *Patrícia*, em 1959; “Prêmio da Cadena de las Américas”, como recordista de sucesso em disco com *Patrícia*, além de haver sido agraciado, em 1977, com o honroso título de “Cidadão Judeu Honorário”, conferido pelo governo do Estado de Israel, aõ ensejo das comemorações de 30 anos de fundação daquele Estado.

Casado com a Sra. Maria Lúcia, não teve filhos. Mas, sem dúvida, sua maior consagração pública foi a aprovação do seu nome para “Cidadão do Estado da Guanabara”, requerido pelo Deputado Sebastião Menezes, decisão unânime do plenário e que serviu de testemunho e prova de gratidão pelo muito que fez em benefício da nossa música, destacando sempre a cidade do Rio de Janeiro em todas suas aplaudidas apresentações. Irmão de meus queridos amigos Adelson, Ádson, Eunice, Neide e Arinos, esse caboclo amazonense que se distinguiu lá fora, faleceu, para tristeza nossa, no dia 2 de maio último, na “Cidade Maravilhosa” que o acolheu e onde ele colheu os louros maravilhosos de sua vitória.

Primeiro Natal sem ti

Zilma, querida!
Desperta da letargia em que te achas
E escuta-me:
Ainda me lembro, e como lembro, querida,
Quando te conheci.
Era julho de 1942... Tempo distante...
Tinhas apenas 15 anos:
Tímida, esgueira, arisca.

Aproximamo-nos, dia a dia,
E passamos a nos amar.
Seis anos depois, casamos,
Sob os conselhos sacros do inefável Padre Stélio Dálison,
Na Igreja Matriz de N.Sa. da Conceição,
Após havermos dado o "SIM" ao contrato nupcial,
Sob a vista austera do Juiz Coimbra.
E nos amamos mutuamente,
Até que a morte nos separou.
Não foi assim?

Vieram nossos primeiros filhos:
À sombra dos igapós

Dois gêmeos prematuros –
Paulo César e João Carlos.
Morreram. Foram-se de nós.
Depois, vieram Sandra e Waldir.
Criamo-los a ambos,
Com zelo, carinho e amor.

E os anos se passaram...
Educamos nossos filhos,
Tu os acompanhaste nos estudos,
Estudando também.

Tua perseverança e força-de-vontade
Fizeram-te triunfante!
Venceste pela pertinácia a incompreensão de muitos,
Venceste, pela tolerância
A ingratidão de alguns...
Medraste, assim, a firme posição universitária.

Vivemos juntos, sempre juntos, lutando.
Construímos nosso lar, a teu gosto.
Conquistamos “status”:

TU: funcionária nível universitário, Bibliotecária federal.
EU: Professor, Magistrado, Advogado, Diretor, Secretário
de Estado, Conselheiro.

Muitas vezes tínhamos arrufos até ingênuos,
Por incompreensão tola ou excesso de zelo mútuo: ciúme?
Nossa casa sempre farta,
Nossas vidas ajustadas.

Ano passado, neste dia – 24 de dezembro –, estávamos juntos.
Brindamo-nos, a sós, felizes, esperançosos.
O infortúnio, porém, veio surpreender-nos.
Adoceste gravemente.
Recorremos aos melhores médicos,
Aos melhores hospitais.
Tudo em vão. Era tua vez. Partiste...

Em teu leito de dor, no apartamento 710, disseste-me um dia:
“Meu marido”, este ano não passaremos o Natal juntos,
De fato, tua previsão foi correta.
O Onipotente precisou de ti, levou-te,
Deixando-me só, pesaroso, saudoso e triste.

Lembras-te do dia de hoje?
Recordas 24 de dezembro?
Nosso aniversário de casamento, querida!
Quantos anos vão?
Trinta e seis, completaríamos hoje.

Estás longe, muito longe, amor.
Deus assim o quis.
Tua casa está limpa, arrumada,
Como fazias e gostavas.
Jovelina voltou e arrumou-a.

Eu e teus filhos continuamos juntos,
Cultuando tua imagem, tua memória.
Recordo-te hoje, mais do que nunca!
Tua figura singular de mulher
Continua firme em minha retina.

Os sinos de Natal repicam tristes,
As lágrimas da Saudade caem em abundância.
Estás distante de mim, mas – suponho –, em bom lugar.
Estás, certamente, na Mansão Divina,
Zelando, do alto, por nós.

Mas, querida, confesso-te:
Como te recordo agora!
Como sinto que te amo!
O vazio que deixaste é imenso, impreenchível!
É meu primeiro Natal sem ti.
Beijo-te, no vazio da Saudade.

Lamentável omissão

O ilustre compatriota Robério Braga, do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, em artigo domingueiro publicado no festejado Jornal do Commercio, edição do dia 15 de junho pretérito, sob a epígrafe – *Piauiense no Amazonas e o Glebarismo* – assevera, com a sua peruciência de pesquisador, que o Amazonas, desde a época provincial, tem sido beneficiado com a participação de brasileiros de todos os quadrantes no seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural.

Propondo-se tratar dos homens que se impuseram na sociedade amazonense pelos conhecimentos, pelo trabalho no magistério, na judicatura, na política e nas letras, coloca os piauienses, pela ordem cronológica, em segundo lugar, já que o primeiro cabe, de direito, aos cearenses. E passa a destacar figuras preeminentes no magistério, na judicatura, na medicina, no jornalismo, na política, na literatura, todos filhos da terra do pranteado Senador Petrônio Portela. Mas o elenco dessas figuras altamente representativas, todos filhos do Estado do Piauí, esqueceu-se o ilustre beletista de mencionar o nome impoluto do piauiense Hamilton Mourão, cuja vida, dedicada à justiça, foi um belo exemplo de altivez moral, de honradez, de caráter e de magistrado portador de vasta cultura jurídica, manifestada através de arestos de sua lavra, que “*entesoiram os repertórios de nossa jurisprudência*”.

O Desembargador Hamilton Mourão foi, no dizer de Waldemar Pedrosa:

... um desígnio do todo Poderoso, na sua alta sabedoria e bondade, que traçou a Hamilton Mourão o destino glorioso, conduzindo-o pela senda florida de rosas e irisada de fúlgidos clarões, que seguiu na judicatura, de que fez um sacerdócio, e para a qual trouxe do berço as virtudes essenciais: a serenidade, a imparcialidade e o amor da justiça.

Juiz por índole e temperamento, juiz por conformação moral, ele foi magistrado à antiga, tendo sempre diante dos olhos, como fanal da conduta inatacável, aqueles três preceitos da justiça romana: honeste vivere, alterum non lasdere, jus suum cuique tribuere.

Viveu honestamente, viveu honradamente, viveu dignamente; não ofendeu a ninguém, e deu a cada um o que era seu.

Hamilton Mourão nasceu em Pedro II, Estado do Piauí, no dia 10 de março de 1886, tendo feito o curso de ciências jurídicas e sociais da Faculdade de Direito do Recife, onde colou grau em 4 de dezembro de 1909. Chegando ao Amazonas em 1910, aqui constituiu família em 21 de março de 1912. Exerceu o cargo de Promotor Público de Humaitá, de 10 de janeiro de 1911 a 31 de dezembro de 1912, quando foi nomeado juiz municipal de Manicoré, função que não chegou a desempenhar.

Militou na advocacia, emprestando a esse ministério o mesmo apostolado que assinalou a sua carreira na judicatura.

Foi Secretário Geral do Estado de 1º de janeiro de 1917 a 31 de agosto de 1918, quando assumiu o cargo de chefe de Polícia, exercendo-o até 15 de julho de 1919.

A 16 de julho do mesmo ano, investiu-se nas funções de Juiz de Direito da Capital, e logo a seguir voltou a servir, em comissão, o cargo de chefe de Polícia, que desempenhou até 4 de junho de 1920, reassumindo depois o exercício da judicatura.

Ficou em disponibilidade em 4 de outubro de 1923, em virtude da extinção da 3ª Vara da Comarca da Capital.

Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado

por ato de 6 de março de 1926, prestou compromisso e assumiu o exercício em 9 do mesmo mês.

Suas atividades na judicatura notabilizaram-se pelos seus votos e decisões, sempre embasados em claríssimas razões de decidir, e que são paradigmas de critério de justiça a revelarem o criminalista, o civilista, o comercialista.

Dentre tantos arestos de sua lavra, é oportuno referir, para ressaltar-lhe o estudo, a análise penetrante em matéria criminal, o proferido no chamado caso de Coari, a lutuosa e sangrenta tragédia em que tombou sem vida, no cumprimento do dever, o pranteado prefeito, doutor Herbert Lessa de Azevedo, ocorrida em 23 de junho de 1927, e que decorre nos “Julgados e Decisões” daquele ano, em quarenta e duas páginas, e também no seu brilhante voto de Habeas-Corpus impetrado em favor de Dagoberto Braule Pinto preso preventivamente por atentado ao pudor, revelando o insigne magistrado, nesses substanciosos estudos, aprimorada cultura e vasto conhecimento do Direito Penal e Medicina Legal, expostos nos acórdãos de que foi relator.

Impõe-se ainda destacar, em matéria comercial, o substancioso aresto concernente à apelação comercial nº 753, publicada na Revista de Direito Comercial número 44, do 4º trimestre de 1941, em que figurou como apelante Antonio Coelho, e como apelada a firma Teixeira Pinto & Cia. Ltda. e no qual o douto Magistrado patenteou, mais uma vez, sua admirável cultura jurídica, ao estudar a duplicata como expressão de contrato de venda mercantil, dando ao mesmo tempo, inteligente interpretação teleológica ao artigo 824 do Código de Processo Civil.

No cumprimento de seus deveres funcionais foi sempre austero e escrupuloso, e verberava com veemência os deslizos de seus subordinados. Certa feita, ao proferir voto no julgamento de uma representação levada ao conhecimento do Tribunal de Justiça contra o juiz de Direito de certa comarca do interior do Estado, teve estas palavras de censura e consternação:

...A acrimoniosa censura ao ilustre causídico poderá parecer à primeira vista, uma dessas liberdades de que usam e abusam certos advogados quando apreciam decisões desfa-

voráveis a seus constituintes. No caso em apreço, porém, é ela, infelizmente, de todo o ponto procedente e justa.

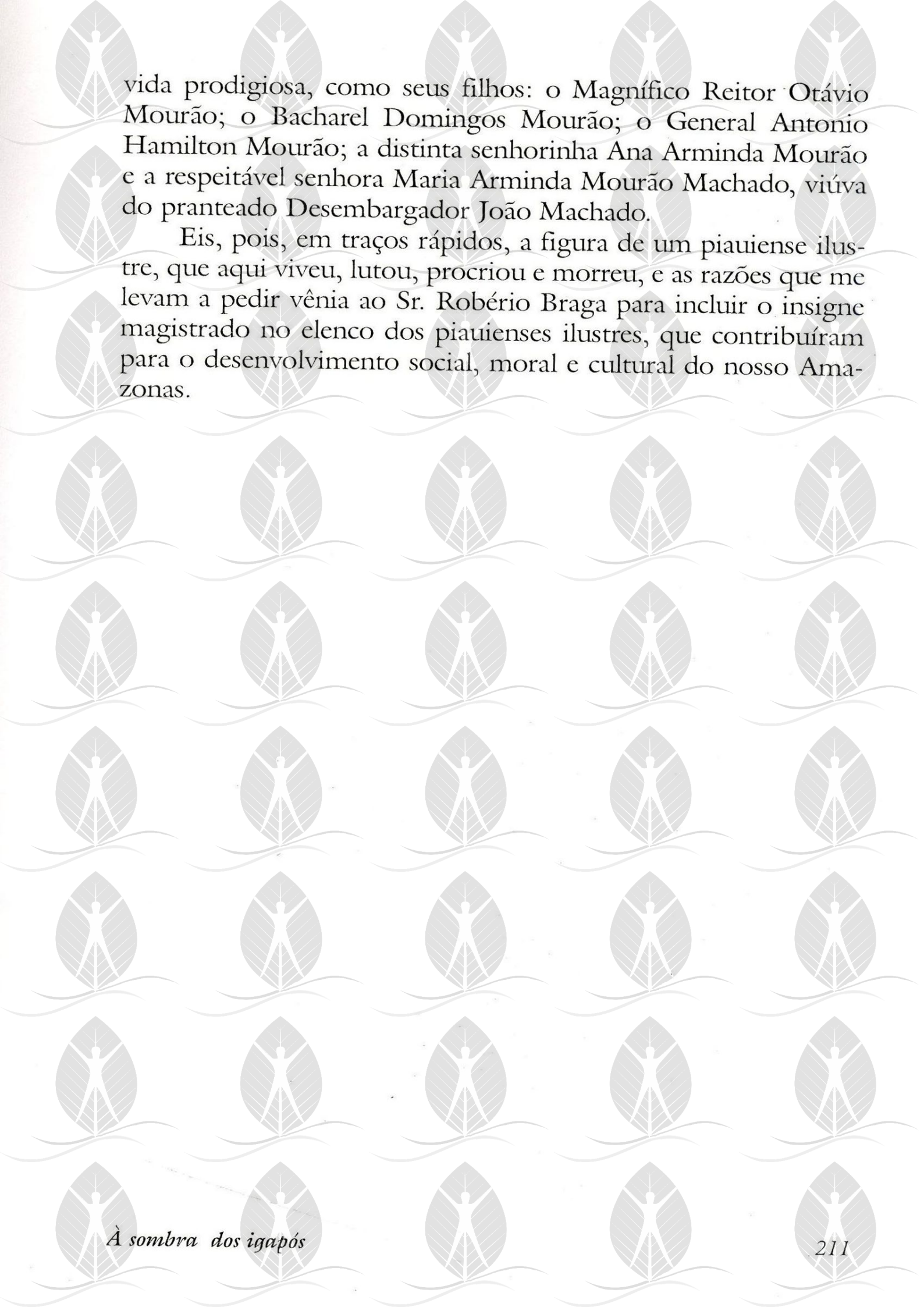
Na verdade, estes autos dão bem a idéia da precariedade da situação daqueles que são forçados a recorrer à Justiça na comarca de Lábrea, como aliás, em algumas outras do interior do nosso Estado, e quem os compulsa fica, fatalmente, com uma desoladora impressão, revelando os juízes de primeira instância que neles figuram, uns, evidente frouxidão e falta de coragem com o fugir à responsabilidade, outros, notória inépcia.

Basta notar que três juízes de direito... afirmaram suspeição por motivos injustificáveis, dando lugar a que vários de seus suplentes leigos também o fizessem, sentindo, talvez, que o pau tinha formiga... e outros... proferiram sentenças e despachos reveladores de sua falta de preparo intelectual, não apenas no que se refere a assuntos jurídicos, mas até no que concerne à língua vernácula...

É triste, é muito triste tudo isso, e eu, que tenho o mais acendrado amor à justiça, que desejaria ver sempre elevada e dignificada, e a maior admiração pelos magistrados íntegros e cultos, que a sabem praticar, fico verdadeiramente compungido quando me defronto com casos como os que os presentes autos apresentam, pensando na necessidade indeclinável de expurgar a nossa magistratura dos elementos maus que a desmoralizam no conceito público...

Revele-me o Egrégio Tribunal esses amargos reparos que não pude sopitar...

Foi, assim, Hamilton Mourão, magistrado modelar pela virtude e pelo saber; cidadão insigne pelas qualidades raras que o singularizaram entre seus contemporâneos, portentosa sumaumeira plantada em plena Manaus e que deixou um bosque familiar verdejante e florido de descendentes que dignificam sua



vida prodigiosa, como seus filhos: o Magnífico Reitor Otávio Mourão; o Bacharel Domingos Mourão; o General Antonio Hamilton Mourão; a distinta senhorinha Ana Arminda Mourão e a respeitável senhora Maria Arminda Mourão Machado, viúva do pranteado Desembargador João Machado.

Eis, pois, em traços rápidos, a figura de um piauiense ilustre, que aqui viveu, lutou, procriou e morreu, e as razões que me levam a pedir vênua ao Sr. Robério Braga para incluir o insigne magistrado no elenco dos piauienses ilustres, que contribuíram para o desenvolvimento social, moral e cultural do nosso Amazonas.

Quarenta anos depois

No ano de 1942 após aprovação no 2º ano do Curso Complementar Pré-Jurídico, no Colégio Dom Bosco de Manaus, submetemo-nos a exame vestibular e ingressamos na vetusta Faculdade de Direito do Amazonas. Cinco anos após, concluímos o curso seriado. Nossa turma, que teve como orador o José Lindoso, era assim constituída: Antonio Barbosa de Amorim Tupinambá, Aury Góis da Silva, Áureo Bringel de Mello, Edílio Ribeiro de Farias, Francisco Zenon Teófilo Lessa, José Bernardino Lindoso, José Ivan de Hugo Silva, Kideniro Stephenson Teixeira, Mário Ypiranga Monteiro, Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, Mozart Cervinho Martins, Mateus da Silva, Neper Antony e Waldir Garcia.

De posse dos diplomas de Bacharéis em Direito, a turma partiu para o exercício da vida profissional, e pouco a pouco fomos medrando os mais altos postos da vida pública do Estado, Antonio Barbosa de Amorim Tupinambá, fez concurso para Fiscal de Consumo e hoje está aposentado como Inspetor de Rendas da União. Reside em São Paulo. Aury Góis da Silva, exímia cronista social, que assinava sob o pseudônimo de “Thais”, destacou-se na vida social. Foi diretora do Departamento Feminino do Atlético Rio Negro Clube, e durante mais de 20 anos promoveu a Festa das Debutantes daquela agremiação, com invulgar sucesso. Funcionária destacada da Universidade do Amazonas, para tristeza nossa faleceu no corrente ano. Áureo Bringel de Mello é Procurador Autárquico. Foi

Deputado Federal pelo Estado da Guanabara. Poeta, escritor, jornalista profissional e político militante. Edílio Ribeiro de Farias não militou na advocacia. Optou, entretanto, pela profissão de Despachante, onde se houve com invulgar sucesso. Francisco Zenon Teófilo Lessa, seguiu a carreira bancária. Foi Gerente do Basa em várias cidades e está aposentado. José Bernardino Lindoso: Advogado, Professor Titular da Universidade do Amazonas. Foi Secretário de Estado de Educação e Cultura, Deputado Federal, Senador da República e Governador do Amazonas. Escritor e membro da Academia Amazonense de Letras. José Ivan de Hugo Silva: advogado militante e escritor de obras jurídicas. Reside, atualmente, no Rio de Janeiro. Mário Ypiranga Monteiro: professor, escritor, historiador emérito. Membro destacado da Academia Amazonense de Letras, sodalício que preside com invulgar proficiência. Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa: Professor Universitário, Desembargador decano do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Já foi presidente do Tribunal três vezes, e interventor do mesmo Tribunal de janeiro a maio do corrente ano. Foi Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Amazonas de 1962 a 1977 e Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, em 1969. É escritor, com três obras publicadas. Mozart Cervinho Martins: foi Juiz Substituto da Capital. Faleceu no ano passado. Mateus da Silva: é Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Manaus. Estudioso de História da Civilização, é considerado o maior egiptólogo existente no Amazonas. Neper Antony: advogado brilhante e festejado jornalista, como tal destacado desde seu tempo de estudante, como colaborador da “Página Escolar” do Colégio D. Bosco, tendo merecido, por isso, elogiosas referências do então Diretor, Padre Estélio Dalison. Nos seus escritos diários Neper expressa a verdadeira função do jornal, que no dizer de Walter Ramos Poyares é, em resumo, “*expor o homem ao homem todos os dias*”. Waldir Garcia: professor decano da Escola Técnica Federal do Amazonas, Membro do Conselho Estadual de Educação e Conselheiro da OAB/AM. Foi Juiz Substituto da Capital, Juiz Auditor Militar do Estado, Secretário de Estado de Educação e Cultura e de Segurança Pública em Roraima, onde assumiu por diversas vezes, como substituto, o Governo daquele Território. Foi, também, Dire-



tor eleito da Escola Técnica Federal do Amazonas. É advogado militante.

Nossa formação jurídica devemos-la aos insígnies Mestres: Souza Brasil, Análio de Rezende, Manoel Barbosa, Augusto de Rezende Rocha, Sócrates Bonfim, Sadoc Pereira, Adriano Queiroz, Davi Alves de Melo, Raimundo Nonato de Castro, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Henoch Reis, Cunha Costa, Alfredo Costa, Afonso Elvas Cordeiro e Tomás de Carvalho.

Eis, pois, numa visão rápida, os caminhos percorridos pelos Bacharéis em Direito de 1946, turma que, sem falsa modéstia, tem honrado e dignificado o nome da tradicional Faculdade de Direito do Amazonas. É o que se constata. Quarenta Anos Depois, na efeméride comemorada pelos Bacharéis em Direito de 1946, num laudo jantar de confraternização no dia 14 do fluente.

Lirão

Zeferino era um pecuarista bem sucedido e habitava, com sua família, uma fazenda situada na Boca do Forte, um igarapé que deriva da margem do grande lago Canaçari, onde habita, também, a famosa cobra-grande da ilha do Mujuí. Zeferino tinha os filhos Simão, Eutrópio e Raimundo de Miranda Lira, que atendia pelo amável epíteto de Lirão. Zeferino tinha como vizinho o Bitó Viana e suas irmãs, todos dedicados aos misteres agrícolas. O gado de Zeferino invadia constantemente as plantações dos Viana, inclusive, os suínos, que fuçavam as plantações menores, como tomateiros, maxi-xeiros e feijões-de-metro. Por isso, os Viana reclamavam a Zeferino pelos prejuízos que seus animais lhes causavam, mas não obtinham pago ou compensação pelos prejuízos, advindo daí o ódio mortal que devotavam a Zeferino.

Certo dia o professor João Garcia viajava a Itacoatiara pelo lago Canaçari e resolveu aportar à casa dos Viana, logo ao amanhecer, aos primeiros cantos das saracuras. Foi bem recebido e convidado ao desjejum servido a leite, café, cará roxo cozido, queijo fresco e umas saborosas tapiocas. Na conversa que entretinha à mesa, o professor perguntou a uma das Viana pelo Zeferino Lira. A resposta foi imediata e ríspida:

— Nem pergunte por aquele desgraçado, professor! O gado dele tem-nos dado grandes prejuízos e não há jeito de pagar. Já recorreremos até ao Delegado de Polícia do Puruzinho,

o André Guariba, e como o filho dele, o Simão, é o Tabelião de Silves, tem muita influência, e nós é que padecemos com isso, pois, não somos ouvidos. Além do mais, ele é perverso.

A que uma outra Viana, a Ana, adverte:

— Também aquele miserável é amaldiçoado de pai e mãe!

A que outra da família, que tirava leite de uma vaca à porta do curral, atenta à conversa, acrescenta:

— E de viúva.

Outra Viana, que batia roupa num cedro no porto da casa, acrescenta:

— E de viúva...

Como se vê, a praga de viúva contra Zeferino Lira ecoava como o maior defeito que ele possuía.

Lirão mudou-se do Canaçari após uma briga com um caboclo valente morador do Igarapé do Forte, chamado Firmiño Rozo, que com um rifle “Papo Amarelo”, calibre 44, deu-lhe um tiro de raspão, queimando-lhe a pele da barriga. Em Silves, onde passou a residir, Lirão amancebrou-se com uma cabocla curvilínea, calipigiana, que atendia pelo apelido de “Mariquinha da Ponta”, pelo fato de residir com seus genitores no lugar denominado “Ponta”, uma saliência interessante da topografia da ilha onde se situa a cidade.

Lirão, homem trabalhador, gorducho, vermelhão, fala compassada e firme, aparentava gozar de ótima saúde e boa disposição física. Era um cidadão pacato e benquisto da comunidade, como todos seus parentes o são até hoje. Parecia viver feliz com sua amante. Criava uma cunhantã muito simpática e atraente. Certo dia Lirão aproxima-se do professor João Garcia e lhe diz:

— Professor, quero revelar-lhe um segredo, que só vou contar ao senhor porque me inspira muita confiança.

— De que se trata? – pergunta o professor.

— Ah!, professor, o senhor não sabe a desgraça que me aconteceu!

— Que foi? – pergunta o professor, surpreendido pela revelação que lhe seria feita. Lirão pôs a mão à cintura, na altura do cinturão que lhe prendia as calças e revela:

— Ah!, professor, não é que sou homem só já daqui pra cima?...

— Não é possível, – redargüiu o professor – você é um homem forte, sadio, e, ademais, tem como companheira uma cabocla bonita e nova que não consta lhe haja traído com ninguém! Mas, diante do que você acaba de revelar, vou dar-lhe um conselho: vá a Itacoatiara, procure o Sr. Arnóbio na mesma rua da loja do Sr. Isaac Péres, ao lado da farmácia do Auzier, compre umas seis garrafas de xexuá e passe a tomar em jejum, depois de devidamente serenadas. Você vai ver o efeito. Se, por acaso, não der bom resultado, volte a Itacoatiara, procure nas proximidades do Aningal do Jauari um pajé famoso que atende pelo nome de Mestre Olímpio, aprendiz do famoso Felismino Borrvalho, hoje o mais entendido em especiarias e drogas para curar as enfermidades como essa que lhe acometeu. Você vai ver o resultado!

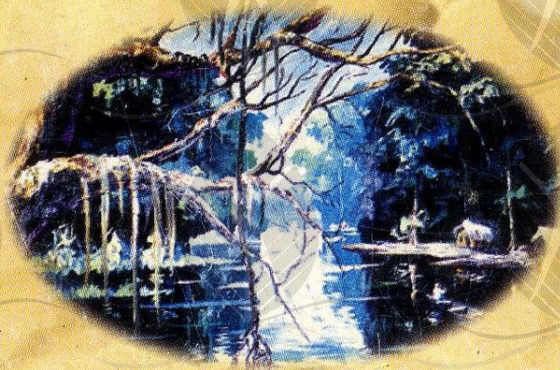
Lirão passou vários meses sem ver o professor. Por ocasião da festa da padroeira local, Lirão aparece ao professor, que lhe pergunta:

— Que tal, seu Lirão, como vai da sua doença?

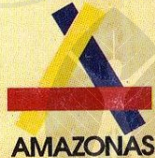
— Ah!, professor, – responde Lirão – muito obrigado pelo seu conselho. Não é que tudo deu certo? Além do xexuá, que tomei em jejum, o pajé Mestre Olímpio me receitou pó de guaraná batido com gema de ovo e raspa de osso de quati, mel de abelha jandaíra e suco de folha de muiratinga, e agora, professor, estou igual paracuúba. A Mariazinha que o diga...

WALDIR GARCIA

À sombra dos igapós



GOVERNO DO



AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTO



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA